A photograph of a woman with short brown hair and glasses, wearing a light pink t-shirt and a green lanyard, sitting at a desk in an office. She is looking towards the left. The background is slightly blurred, showing other office workers. A large teal diagonal shape is overlaid on the left side of the image, containing the title text.

Demonstrações Financeiras 2018



Custos com a Administração de Recursos

Dezembro / 2018

› I – Composição dos Recursos da Entidade

Segmento	Dezembro / 2018		Dezembro / 2017	
	R\$	Alocação % Resolução nº 4.661	R\$	Alocação % Resolução nº 3.792
RENDA FIXA	85.972.545.503,86	42,61	77.372.573.439,39	42,91
RENDA VARIÁVEL	96.900.360.352,53	48,03	84.700.747.097,98	46,98
INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	1.072.632.254,94	0,53	1.118.834.338,07	0,62
INVESTIMENTOS NO EXTERIOR	155.085.081,81	0,08	145.665.778,04	0,08
IMÓVEIS	-	-	10.092.903.823,15	5,60
IMOBILIÁRIO	10.501.717.381,73	5,21	-	-
OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES	7.171.827.624,09	3,55	6.868.129.618,77	3,81
DERIVATIVOS	-12.329.181,16	-0,01	-	-
* Recursos da Entidade	201.761.839.017,80	100,00	180.298.854.095,40	100,00

* Recursos: Disponível + Realizável do Programa de Investimentos - Exigível Operacional do Programa de Investimentos - Exigível Contingencial do Programa de Investimentos.

› II – Composição dos Recursos dos Planos de Benefícios

Segmento	Dezembro / 2018		Dezembro / 2017	
	R\$	Alocação % Resolução CMN nº 4.661	R\$	Alocação % Resolução CMN nº 3.792
Plano 1	185.574.093.405,19	100,00	167.153.380.291,97	100,00
RENDA FIXA	75.652.144.188,61	40,77	69.614.229.230,97	41,65
RENDA VARIÁVEL	93.366.221.756,34	50,31	81.316.400.162,06	48,65
INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	922.162.639,51	0,50	972.565.648,93	0,58
INVESTIMENTOS NO EXTERIOR	139.571.932,07	0,07	131.099.200,25	0,08
IMÓVEIS	-	-	9.588.438.319,66	5,74
IMOBILIÁRIO	9.975.161.348,59	5,38	-	-
OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES	5.531.160.721,23	2,98	5.530.647.730,10	3,30
DERIVATIVOS	-12.329.181,16	-0,01	-	-
Plano PREVI Futuro	14.710.064.962,51	100,00	11.821.274.339,18	100,00
RENDA FIXA	8.989.230.177,18	61,11	6.562.201.150,57	55,51
RENDA VARIÁVEL	3.390.349.356,13	23,05	3.256.290.529,52	27,55

* CONTINUA



» CONTINUAÇÃO

INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	150.469.615,43	1,02	146.268.689,14	1,24
INVESTIMENTOS NO EXTERIOR	15.513.149,74	0,11	14.566.577,79	0,12
IMÓVEIS	-	-	504.465.503,49	4,27
IMOBILIÁRIO	523.835.761,17	3,56	-	-
OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES	1.640.666.902,86	11,15	1.337.481.888,67	11,31
Plano CAPEC	417.696.432,90	100,00	338.728.438,87	100,00
RENDA FIXA	417.696.432,90	100,00	338.728.438,87	100,00
Plano PGA	1.059.984.217,20	100,00	985.471.025,38	100,00
RENDA FIXA	913.474.705,17	86,18	857.414.618,98	87,01
RENDA VARIÁVEL	143.789.240,06	13,56	128.056.406,40	12,99
IMOBILIÁRIO	2.720.271,97	0,26	-	-

› III – Alocação dos Recursos por Segmento de Aplicação

Plano de Benefício Segmento	Política de Investimentos Ano 2018		Limites Resolução nº 4.661	Alocação
	Limite Mínimo (%)	Limite Máximo (%)	%	%
Plano 1				
RENDA FIXA	38,20	46,20	100,00	40,77
RENDA VARIÁVEL	43,90	51,90	70,00	50,31
INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	0,00	1,00	20,00	0,50
INVESTIMENTOS NO EXTERIOR	0,00	0,50	10,00	0,07
IMOBILIÁRIO	-	-	20,00	5,38
OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES	1,40	5,40	15,00	2,98
Plano PREVI Futuro				
RENDA FIXA	21,00	95,00	100,00	61,11
RENDA VARIÁVEL	0,00	60,00	70,00	23,05
INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	0,00	5,00	20,00	1,02
INVESTIMENTOS NO EXTERIOR	0,00	1,00	10,00	0,11
IMOBILIÁRIO	-	-	20,00	3,56
OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES	5,00	15,00	15,00	11,15
Plano CAPEC				
RENDA FIXA	0,00	100,00	100,00	100,00
Plano PGA				
RENDA FIXA	85,00	100,00	100,00	86,18
RENDA VARIÁVEL	0,00	15,00	70,00	13,56
IMOBILIÁRIO	-	-	20,00	0,26



› IV – Rentabilidade dos Planos de Benefícios (% no ano)

Plano de Benefício	Rentabilidade Bruta	Rentabilidade Líquida	Política de Investimentos	
	%	%	Benchmarks	%
Plano 1	18,82%	18,70%	INPC + 5,0%	8,61
RENDA FIXA	10,88%	10,78%	INPC + 5,25%	8,86
RENDA VARIÁVEL	29,44%	29,31%	Superar IBrX	15,42
INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	26,55%	26,45%	IPCA + 6,0%	9,97
INVESTIMENTOS NO EXTERIOR	3,52%	3,43%	MSCI World Index + Variação Cambial	4,91
IMOBILIÁRIO	9,76%	9,66%	INPC + 8,00%	11,71
OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES	10,48%	10,48%	Superar Meta Atuarial	8,61
Plano PREVI Futuro	14,06%	13,94%	INPC + 5,0%	8,61
RENDA FIXA	12,65%	12,55%	INPC + 5,25%	8,86
RENDA VARIÁVEL	17,66%	17,57%	Superar IBrX	15,42
INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	38,64%	38,55%	IPCA + 5,0%	8,93
INVESTIMENTOS NO EXTERIOR	3,52%	3,44%	MSCI World Index + Variação Cambial	4,91
IMOBILIÁRIO	8,04%	7,96%	INPC + 8,00%	11,71
OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES	9,15%	9,15%	Superar Meta Atuarial	8,61
Plano CAPEC	8,21%	8,09%	TMS	6,43
RENDA FIXA	8,26%	8,14%	TMS	6,43
Plano PGA	11,74%	11,74%	TMS	6,43
RENDA FIXA	11,18%	11,18%	INPC + 5,25%	8,86
RENDA VARIÁVEL	15,75%	15,75%	Superar IBrX	15,42



> V – Custos com a Administração de Recursos (R\$ no ano)

Plano de Benefício	Despesas com Administração		Despesa Total
	Própria	Terceirizada	
Itens de Custo			
Plano 1	174.936.520,15	55.791.126,00	230.727.646,15
Administração/Gestão	124.029.991,73	40.353.648,92	164.383.640,65
Taxa de Performance	-	1.178.220,85	1.178.220,85
Custódia	1.864.775,86	5.207.977,76	7.072.753,62
Corretagem	3.728.241,51	339.745,43	4.067.986,94
Consultoria	11.099.330,44	1.676.124,31	12.775.454,75
Honorários Advocatícios	5.632.023,13	1.373.492,26	7.005.515,39
Auditoria	299.407,46	464.386,97	763.794,43
Viagens e Transporte	856.926,78	-	856.926,78
Despesas Gerais	13.826.264,33	-	13.826.264,33
Despesas Judiciais	8.532.181,88	-	8.532.181,88
Aluguel da Sede	1.159.745,07	-	1.159.745,07
Depreciações/Amortizações	3.377.063,24	-	3.377.063,24
Outras	530.568,72	5.197.529,50	5.728.098,22
Plano PREVI Futuro	13.961.602,59	6.239.612,01	20.201.214,60
Administração/Gestão	9.971.553,18	4.483.770,91	14.455.324,09
Taxa de Performance	-	130.913,43	130.913,43
Custódia	59.740,01	637.016,19	696.756,20
Corretagem	580.152,01	37.420,16	617.572,17
Consultoria	858.357,08	233.063,34	1.091.420,42
Honorários Advocatícios	328.715,49	140.896,05	469.611,54
Auditoria	22.812,58	63.452,84	86.265,42
Viagens e Transporte	66.089,02	-	66.089,02
Despesas Gerais	1.065.620,56	-	1.065.620,56
Despesas Judiciais	654.456,76	-	654.456,76
Aluguel da Sede	72.898,20	-	72.898,20
Depreciações/Amortizações	258.511,54	-	258.511,54
Outras	22.696,16	513.079,09	535.775,25

* CONTINUA



» CONTINUAÇÃO

Plano CAPEC	433.479,55	197.536,89	631.016,44
Administração/Gestão	312.969,44	96.536,43	409.505,87
Custódia	-	42.418,77	42.418,77
Consultoria	27.362,20	-	27.362,20
Honorários Advocatícios	21.027,80	-	21.027,80
Auditoria	713,00	5.125,67	5.838,67
Viagens e Transporte	2.099,78	-	2.099,78
Despesas Gerais	33.616,23	-	33.616,23
Despesas Judiciais	20.758,59	-	20.758,59
Depreciações/Amortizações	6.009,20	-	6.009,20
Aluguel da Sede	8.190,47	-	8.190,47
Outras	732,84	53.456,02	54.188,86
Plano PGA	7.634,25	450.898,32	458.532,57
Administração/Gestão	-	293.249,63	293.249,63
Custódia	4.587,31	75.140,89	79.728,20
Corretagem	3.046,94	-	3.046,94
Auditoria	-	5.359,59	5.359,59
Outras	-	77.148,21	77.148,21

› VI - Distribuição dos Investimentos - Gestão Terceirizada

Gestor	R\$	%
Plano 1		
ANGÁ ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS LTDA.	30.989.565,84	0,02
ANGRA PARTNERS GESTÃO DE RECURSOS S.A.	14.544.179,16	0,01
BANCO FATOR S.A.	1.840.135,99	0,00
BB GESTÃO DE RECURSOS DTVM S.A.	122.103.262.166,48	65,80
BOZANO PRIVATE EQUITY GESTÃO LTDA.	96.388.042,60	0,05
BRAM-BRADESCO ASSET MANAGEMENT S.A. DTVM LTDA.	165.096.094,65	0,09
BRKB DTVM S.A.	57.703.885,58	0,03
(PROVISÃO - PANAMBY)	-52.921.880,78	-0,03
BRZ INVESTIMENTOS LTDA.	243.689.081,87	0,13

» CONTINUA



» CONTINUAÇÃO

BTG PACTUAL ASSET MANAGEMENT S.A. DTVM	165.558.703,82	0,09
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL	156.362.909,54	0,08
CRP COMPANHIA DE PARTICIPAÇÕES	10.960.434,34	0,01
DGF INVEST. GESTÃO DE FUNDOS LTDA.	15.332.490,39	0,01
IDEAL INVEST S.A	3.673.370,71	0,00
ITAU UNIBANCO S.A.	109.353.270,88	0,06
KINEA INVESTIMENTOS LTDA.	62.202.271,18	0,03
LEBLON EQUITIES GESTÃO DE RECURSOS LTDA.	29.054.634,65	0,02
MANTIQU INVESTIMENTOS LTDA.	44.960.880,17	0,02
MODAL ADM. DE RECURSOS S.A.	21.044.101,94	0,01
NEO GESTÃO DE RECURSOS LTDA.	65.553.197,98	0,04
TCG GESTOR LTDA.	160.194.117,18	0,09
VALORA GESTÃO DE INVEST. LTDA.	7.185.712,35	0,00
VINCI GESTORA DE RECURSOS LTDA.	91.947.449,84	0,05
VOTORANTIM ASSET MANAGEMENT DTVM LTDA.	5.751.407,34	0,00
XP GESTÃO DE RECURSOS LTDA.	41.061.640,40	0,02
2BCAPITAL S.A.	34.274.283,92	0,02
Total Gestão Terceirizada	123.685.062.148,02	66,65
Total dos Recursos do Plano	185.574.093.405,19	100,00
Plano PREVI Futuro		
ANGÁ ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS LTDA.	30.989.565,84	0,21
BB GESTÃO DE RECURSOS DTVM S.A.	7.596.239.771,50	51,64
BOZANO PRIVATE EQUITY GESTÃO LTDA.	13.199.758,29	0,09
BRAM-BRADESCO ASSET MANAGEMENT S.A. DTVM LTDA.	18.344.010,51	0,12
BRZ INVESTIMENTOS LTDA.	16.753.325,06	0,11
BTG PACTUAL ASSET MANAGEMENT S.A. DTVM	18.169.914,26	0,12
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL	39.090.727,38	0,27
CRP COMPANHIA DE PARTICIPAÇÕES	7.306.956,23	0,05
DGF INVEST. GESTÃO DE FUNDOS LTDA.	2.751.606,56	0,02
IDEAL INVEST S.A	1.469.348,48	0,01
ITAU UNIBANCO S.A.	12.150.363,43	0,08



KINEA INVESTIMENTOS LTDA.	20.734.090,39	0,14
MANTIQU INVESTIMENTOS LTDA.	1.464.391,33	0,01
MODAL ADM. DE RECURSOS S.A.	2.338.233,55	0,02
NEO GESTÃO DE RECURSOS LTDA.	11.136.061,41	0,08
TCG GESTOR LTDA.	17.799.346,34	0,12
VALORA GESTÃO DE INVEST. LTDA.	1.796.428,08	0,01
VINCI GESTORA DE RECURSOS LTDA.	28.176.295,35	0,19
VOTORANTIM ASSET MANAGEMENT DTVM LTDA.	639.045,26	0,00
XP GESTÃO DE RECURSOS LTDA.	41.061.640,40	0,28
2BCAPITAL S.A.	14.688.979,14	0,10
Total Gestão Terceirizada	7.896.299.858,79	53,68
Total dos Recursos do Plano	14.710.064.962,51	100,00
Plano CAPEC		
BB GESTÃO DE RECURSOS DTVM S.A.	331.318.083,88	79,32
Total Gestão Terceirizada	331.318.083,88	79,32
Total dos Recursos do Plano	417.696.432,90	100,00
Plano PGA		
BB GESTÃO DE RECURSOS DTVM S.A.	699.783.494,21	66,02
VINCI GESTORA DE RECURSOS LTDA.	6.252.464,75	0,59
Total Gestão Terceirizada	706.035.958,96	66,61
Total dos Recursos do Plano	1.059.984.217,20	100,00



Desenquadramentos e Justificativas

Dezembro / 2018

PLANO 1

Limites de Alocação por Emissor

-> A EFPC deve observar, em relação aos Recursos de cada Plano, o limite de até 10% para os demais emissores. (art. 27, inciso III)

VALE S.A.	25,16%
-----------	--------

(Participação direta e por intermédio da Litel Participações S.A.)

ENTIDADE

Limites de Concentração por Emissor

> A EFPC deve observar, considerada a soma dos recursos por ela administrados, o limite de concentração por emissor: até 25% (vinte e cinco por cento) do capital total e do capital votante, incluindo os bônus de subscrição e os recibos de subscrição, de uma mesma sociedade por ações de capital aberto admitida ou não à negociação em bolsa de valores.

-> O total das aplicações de uma mesma companhia não pode exceder 25% do respectivo **capital total**. (art. 28, inciso I)

521 PARTICIPAÇÕES S.A.	100,00%
------------------------	---------

INVESTIMENTOS E PART.INFRAESTRUTURA S.A. - INVEPAR	25,56%
--	--------

NEOENERGIA S.A.	38,21%
-----------------	--------

TUPY S.A.	25,88%
-----------	--------

-> O total das aplicações de uma mesma companhia não pode exceder 25% do respectivo capital votante. (art. 28, inciso I)

521 PARTICIPAÇÕES S.A.	100,00%
------------------------	---------

NEOENERGIA S.A.	38,21%
-----------------	--------

TUPY S.A.	25,88%
-----------	--------

-> No caso da Carteira de Fundo de Investimento Imobiliário, o total das aplicações em um mesmo Fundo não pode exceder 25% do Patrimônio Líquido. (art. 28, inciso II, alínea e)

FUNDO INVEST. IMOBILIÁRIO PANAMBY	30,91%
-----------------------------------	--------

JUSTIFICATIVAS

“Os desenquadramentos atualmente existentes perante a nova Resolução CMN 4.661/18 vem sendo tratados ao longo do tempo, estando em situação excepcional de desenquadramento, e com envio semestral de Relatório à PREVIC com justificativas, e estão amparados pelo Ofício nº 790/2015/CGMI/DIACE/PREVIC.

O Ofício nº 790/2015/CGMI/DIACE/PREVIC, de 30/03/2015 reconheceu, com base na legislação vigente, em especial os artigos 55º e 4º, ambos da Resolução antecessora CMN Nº 3.792, de 24.09.2009, o entendimento de que é possível a manutenção de ativos em situação excepcional de desenquadramento, continuando os envios de relatórios semestrais para a PREVIC.”



Demonstrativo de Investimentos - Plano de Benefícios 1

Relação dos Investimentos

Dezembro / 2018

DISCRIMINAÇÃO	QUANTIDADE	VALOR	%
RECURSOS		185.574.093.405,20	100,00
FUNDOS DE INVESTIMENTOS (GESTÃO TERCEIRIZADA)		123.685.062.148,02	66,65
FUNDO DE INVESTIMENTO IMOBILIÁRIO	234.412,0000	4.782.004,80	0,00
FUNDO DE INVESTIMENTO IMOBILIÁRIO PANAMBY	234.412,0000	57.703.885,58	
(PROVISÃO - PANAMBY)		-52.921.880,78	
FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÃO	288.776.423,1507	922.162.653,90	0,50
BOZANO EDUCACIONAL II	45.492,5748	52.799.033,12	
BRASIL AGRONEGÓCIO	110.544,0000	95.532.328,87	
BRASIL EQUITY PROPERTIES	732,2244	0,00	
BRASIL GOVERNANÇA CORPORATIVA	104.292,5492	43.589.009,48	
BRASIL INTER. DE EMPRESAS	75.915,7604	67.941.841,99	
BRASIL INTER. DE EMPRESAS II	70.158,2182	92.252.275,19	
BRASIL ÓLEO E GÁS	27.424,0000	7.185.712,35	
BRASIL PETRÓLEO 1	31.769,7190	5.857.565,36	
BRASIL PORTOS E ATIVOS LOGÍSTICOS	27.627,2000	17.929.242,42	
BRASIL SUSTENTABILIDADE	44.884.210,0000	43.212.443,73	
CAIXA AMBIENTAL	35.910,0000	2.662.438,07	
CAIXA BARCELONA	57.942,4000	156.362.895,15	
CRP EMPREENDEDOR	8.080.137,0000	10.960.434,34	
DGF FIPAC 2	11.302,4000	11.006.426,26	
INFRABRASIL	8.615,2898	36.440.876,74	
INVEST. INSTITUCIONAIS	182.244,6353	4.416.451,22	
INVEST. INSTITUCIONAIS III	26.279,7804	9.396.034,86	
KINEA PRIVATE EQUITY II	52.887,0000	62.202.271,18	
LOGÍSTICA BRASIL	6.000,0000	87.015.066,85	
NEO CAPITAL MEZANINO	51.209.067,3600	37.816.114,16	
NEO CAPITAL MEZANINO III	26.558.594,0240	27.737.083,82	

» CONTINUA



» CONTINUAÇÃO

NORDESTE III	13.168.497,7500	11.243.846,48	
RB NORDESTE II - FMIEE	132,4429	2.899,82	
SONDAS	143.999.999,6000	14,39	
TERRA VIVA	341,5533	4.326.064,13	
2bCAPITAL-BRASIL CAPITAL	305,6690	34.274.283,92	
FUNDOS DE RENDA FIXA	11.137.980.362,7075	71.689.897.026,07	38,63
BB LIQUIDEZ II RF	157.678.381,9849	165.332.782,22	
BB RENDA FIXA IV	1.701.229.108,9904	52.960.910.117,90	
BB RENDA FIXA LIQUIDEZ	9.215.752.440,7255	18.461.427.397,44	
BTG PACTUAL	39.572.261,4723	4.312.652,34	
FATOR SINERGIA	23.614,0000	1.840.135,99	
MODAL GAIA RF CRÉDITO PRIVADO	23.201.563,5992	21.044.101,94	
VINCI RF IMOBILIÁRIO	522.991,9352	75.029.838,24	
FUNDOS DE RENDA VARIÁVEL	1.003.713.268,2211	50.850.746.835,65	27,40
ANGRA PARTNERS VOLT	811.078,1881	731.693,08	
BB CARTEIRA ATIVA	871.754.329,5878	49.233.982.968,44	
BB CARTEIRA LIVRE I	130.163.541,0986	1.048.397.165,40	
LEBLON EQUITY PARTNERS IV	677.838,1013	29.054.634,65	
BB SML 1	63.582,3466	102.884.957,07	
SML 2	90.239,2004	161.246.051,48	
SML 4	63.135,8689	109.353.270,88	
SML 7	89.523,8294	165.096.094,65	
FUNDOS MULTIMERCADO INVESTIMENTO NO EXTERIOR	62.488.340,6576	136.078.185,35	0,07
BB MM BLACKROCK INVEST. EXTERIOR	16.312.820,0229	34.336.126,75	
BB MM GLOBAL SELECT EQUITY INVEST. EXTERIOR	23.344.871,3590	53.376.457,03	
BB MM SCHRODER INVEST. EXTERIOR	19.522.143,3872	42.614.194,23	
VOTO MM ALLIANZGI EUROPE INVEST. EXTERIOR	3.308.505,8885	5.751.407,34	
FIDC	43.697.276,6843	81.395.442,25	0,04
FIDC ANGÁ SABEMI	29.550,0000	30.989.565,84	
FIDC CRÉDITO UNIVERSITÁRIO	3.662.337,0000	3.673.370,71	
FIDC LIGHT	40.000.000,0000	41.061.640,40	
FIDC VINCI ENERGIA SUSTENTÁVEL	5.389,6843	5.670.865,30	
CARTEIRA PRÓPRIA		61.889.031.257,18	33,35
DISPONÍVEL		47.542.533,35	0,03
RENDA FIXA - TÍTULOS PÚBLICOS	21.830	90.823.266,43	0,05
LETRAS FINANCEIRAS DO TESOURO	33	326.021,66	

» CONTINUA



» CONTINUAÇÃO

NOTAS DO TESOIRO NACIONAL SÉRIE C	21.797	90.497.244,77	
RENTA FIXA CERTIFICADO DE DEPÓSITO BANCÁRIO	20.000	20.243.278,88	0,01
BCO. BTG PACTUAL S.A.	20.000	20.243.278,88	
RENTA FIXA DEBÊNTURE	88.814.729	2.175.054.687,08	1,17
AES TIETÊ S.A.	39.702.500	44.749.442,09	
ALGAR TELECOM S.A.	22.353	27.370.371,99	
BNDES PARTICIPAÇÕES S.A. - BNDESPAR	121.949	187.375.301,99	
CCR S.A.	29.466	30.546.070,66	
CEMIG GERAÇÃO TRANSMISSÃO S.A.	485	5.746.875,51	
CENTRAIS ELÉTRICAS PARÁ S.A. - CELPA	1.662	16.762.942,95	
CIA. ELETRICIDADE ESTADO BAHIA - COELBA	18.242	18.257.691,69	
CIA. ENERGÉTICA PERNAMBUCO - CELPE	20.002.586	34.191.370,95	
CIA. SANEAMENTO BÁSICO ESTADO SÃO PAULO - SABESP	12.775	12.031.680,54	
CIA. SANEAMENTO MINAS GERAIS - COPASA MG	7.864	7.301.504,46	
CIA. SANEAMENTO PARANÁ - SANEPAR	3.133	39.031.076,36	
CONCESSIONÁRIA AUTO RAPOSO TAVARES S.A.	120.000	151.751.708,18	
ECORODOVIAS CONCESSÕES SERVIÇOS S.A.	42.635	116.316.042,61	
ELEKTRO ELETRICIDADE SERVIÇOS S.A.	4.662	63.754.589,38	
EMPRESA CONCESSIONÁRIA RODOVIAS NORTE S.A. - ECONORTE	4.000	15.602.820,57	
INVESTIMENTOS E PART. EM INFRAESTRUTURA S.A. - INVEPAR	7.842	100.833.119,03	
JSL S.A.	50.233	71.825.670,90	
LOCALIZA RENT A CAR S.A.	1.165	11.802.756,31	
LOJAS AMERICANAS S.A.	7.974	102.800.310,73	
MRV ENGENHARIA PARTICIPAÇÕES S.A.	4.675	50.950.814,47	
NCF PARTICIPAÇÕES S.A.	21.000	212.523.706,20	
NEOENERGIA S.A.	2.500	25.727.105,45	
RIO PARANAPANEMA ENERGIA S.A.	68.848	149.990.695,93	
SABER SERVIÇOS EDUCACIONAIS S.A.	1.700	15.197.119,32	
SANTO ANTÔNIO ENERGIA S.A.	3.311	44.941.963,77	
SONAE SIERRA BRASIL S.A.	15.625	17.491.705,70	
SUL AMÉRICA S.A.	2.160	31.249.177,71	
TELEFÔNICA BRASIL S.A.	12.000	20.320.170,61	
TERMOPERNAMBUCO S.A.	1.940	25.126.107,48	
TRANSMISSORA ALIANÇA ENERGIA ELÉTRICA S.A.	75.995	111.613.751,00	
UNIDAS S.A.	15.600	13.881.136,54	

» CONTINUA



» CONTINUAÇÃO

VALE S.A.	28.427.849	397.989.886,00	
RENTA FIXA LETRA FINANCEIRA	1.304	1.575.978.654,97	0,85
BCO. BRADESCO S.A.	157	199.943.349,54	
BCO. BRASIL S.A.	740	692.651.042,50	
BCO. BTG PACTUAL S.A.	20	21.193.356,42	
BCO. ITAÚ S.A.	250	490.562.586,28	
BCO. SAFRA S.A.	92	112.578.955,57	
BCO. SANTANDER (BRASIL) S.A.	45	59.049.364,66	
RENTA FIXA - A RECEBER / A PAGAR		0,00	0,00
RENTA VARIÁVEL - EMPRÉSTIMO DE AÇÕES	315.462	14.583.808,26	0,01
TELEFÔNICA BRASIL S.A., PN	315.462	14.583.808,26	
RENTA VARIÁVEL - AÇÕES À VISTA	11.958.720.690	42.132.466.169,83	22,70
AFLUENTE TRANSMISSÃO ENERGIA ELÉTRICA S.A.,ON	1.445.606	8.023.113,30	
AMBEV S.A.,ON	241.390.925	3.712.592.426,50	
B3 S.A. - BRASIL, BOLSA, BALCÃO,ON	7.783.500	208.675.635,00	
BB SEGURIDADE PARTICIPAÇÕES S.A.,ON	10.997.200	303.412.748,00	
BCO. BRADESCO S.A.,ON	32.453.734	1.098.558.895,90	
BCO. BRADESCO S.A.,PN	30.725.632	1.187.545.676,80	
BCO. BRASIL S.A.,ON	174.097.045	8.093.771.622,05	
BICICLETAS MONARK S.A.,ON	39.704	11.216.380,00	
BOMBRIL S.A.,PN	3.740.100	9.799.062,00	
BR MALLS PARTICIPAÇÕES S.A.,ON	11.951.800	156.210.026,00	
BRF BRASIL S.A.,ON	84.735.803	1.858.256.159,79	
CIA. ELETRICIDADE ESTADO BAHIA - COELBA,ON	4.621.407	122.929.426,20	
CIA. ELETRICIDADE ESTADO BAHIA - COELBA,PNA	1.385.110	41.584.395,71	
CIA. ENERGÉTICA RIO GRANDE NORTE - COSERN,ON	1.854.848	31.810.643,20	
CIA. ENERGÉTICA RIO GRANDE NORTE - COSERN,PNA	359.031	4.813.678,33	
CIA. ENERGÉTICA RIO GRANDE NORTE - COSERN,PNB	382.135	5.123.443,29	
EMBRAER S.A.,ON	23.543.803	510.429.649,04	
FRAS-LE S.A.,ON	27.006.698	124.230.810,80	
INVITEL LEGACY S.A.,ON	317.311.938	89.164,65	
IRB BRASIL RESSEGUROS S.A.,ON	2.718.250	226.865.145,00	
ITAU UNIBANCO HOLDING S.A.,PN	120.866.353	4.290.755.531,50	
ITAUSA INVESTIMENTOS ITAU S.A.,PN	152.395.974	1.840.943.365,92	
JEREISSATI PARTICIPAÇÕES S.A.,ON	16.489.536	375.796.525,44	
KEPLER WEBER S.A.,ON	4.598.648	68.611.828,16	

» CONTINUA



» CONTINUAÇÃO

LOCALIZA RENT A CAR S.A.,ON		1.210.500	36.012.375,00	
LOJAS AMERICANAS S.A.,PN		2.482.622	48.907.653,40	
LOJAS RENNER S.A.,ON		1.894.300	80.318.320,00	
NEOENERGIA S.A.,ON		463.790.668	8.815.832.268,54	
NEWTEL PARTICIPAÇÕES S.A.,ON		382.709.514	2.306.590,24	
PARANAPANEMA S.A.,ON		137.120.603	191.968.844,20	
PETROBRAS DISTRIBUIDORA S.A.,ON		31.333.333	805.266.658,10	
PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS,PN		246.427.915	5.588.985.112,20	
RAIA DROGASIL S.A.,ON		436.500	24.945.975,00	
RANDON S.A. - IMPLEMENTOS PARTICIPAÇÕES,ON		10.308.300	69.993.357,00	
RUMO LOGÍSTICA OPERADORA MULTIMODAL,ON		6.017.188	102.292.196,00	
SUL 116 PARTICIPAÇÕES S.A.,ON		9.339.700.539	1.307.558,07	
SUZANO PAPEL CELULOSE S.A.,ON		468.462	17.839.032,96	
TELEFÔNICA BRASIL S.A.,PN		350.528	16.204.909,44	
TUPY S.A.,ON		37.314.154	751.880.203,10	
ULTRAPAR PARTICIPAÇÕES S.A.,ON		22.299.900	1.186.354.680,00	
VALE S.A.,ON		1.960.884	100.005.084,00	
RENTA VARIÁVEL - A RECEBER / A PAGAR			399.883.596,38	0,22
DERIVATIVOS			-12.329.181,16	-0,01
OPÇÃO DE ÍNDICE			-12.329.181,16	
IMÓVEIS			9.861.012.414,85	5,31
ALAMEDA MAMORÉ, 989	CRYSTAL TOWER	BARUERI - SP	93.918.399,96	
RUA LEOPOLDO PEREIRA, 45	APTO 203 - ED. SILVIO ANTONIO	BELO HORIZONTE - MG	183.455,83	
AVENIDA VIA ÁPIA, SAI/SO AI, 6580	PARKSHOPPING	BRASILIA - DF	301.309.398,42	
CONDOMÍNIO SCS B, QUADRA 9, BLOCO A, 1	PARQUE CIDADE CORP - TORRE C	BRASILIA - DF	293.046.783,11	
CONDOMÍNIO SETOR COMERCIAL SUL, 9	PARQUE CIDADE CORP - TORRE A	BRASILIA - DF	293.213.987,31	
RODOVIA ANHANGUERA, KM 36	CONDOMINIO JORDANESIA PARK	CAJAMAR - SP	182.832.130,00	
RODOVIA ANHANGUERA, KM 36	CAJAMAR INDUSTRIAL PARK	CAJAMAR - SP	299.742.543,33	
RUA BRIGADEIRO FRANCO, 2300	SHOPPING CURITIBA	CURITIBA - PR	167.077.734,38	
RUA BRIGADEIRO FRANCO, 2300	COMPLEXO SHOPPING CURITIBA	CURITIBA - PR	7.207.578,10	
AVENIDA BARRETO DE MENEZES, 800	HIPERMERCADO	JABOATÃO DOS GUARARAPES - PE	32.224.817,31	
AVENIDA CEL. FERNANDO FERREIRA LEITE, 1540	RIBEIRÃO SHOPPING	RIBEIRAO PRETO - SP	125.823.134,84	
AVENIDA DAS AMÉRICAS, 5000	NEW YORK CITY CENTER	RIO DE JANEIRO - RJ	134.622.658,86	

» CONTINUA



» CONTINUAÇÃO

AVENIDA DAS AMÉRICAS, 4666	BARRASHOPPING	RIO DE JANEIRO - RJ	551.824.663,81
AVENIDA DAS AMÉRICAS, 700	BLOCOS 4 E 5	RIO DE JANEIRO - RJ	92.385.889,85
AVENIDA PRESIDENTE VARGAS, 3131	SALAS 1601 A 1606	RIO DE JANEIRO - RJ	18.500.712,74
AVENIDA PRESIDENTE VARGAS, 3131	SALAS 1501 A 1506	RIO DE JANEIRO - RJ	18.500.712,78
AVENIDA REPÚBLICA DO CHILE, 500	PAVS. 16 A 25	RIO DE JANEIRO - RJ	98.857.886,39
AVENIDA RIO BRANCO, 1	PAVS. 9 A 12	RIO DE JANEIRO - RJ	88.831.055,77
AVENIDA SUBURBANA, 5474	NORTESHOPPING	RIO DE JANEIRO - RJ	184.496.341,08
AVENIDA SUBURBANA, 5474	NORTESHOPPING	RIO DE JANEIRO - RJ	300.474.395,31
PRAÇA PIO X, 54	MARQUES DOS REIS	RIO DE JANEIRO - RJ	87.826.247,79
PRAIA DE BOTAFOGO, 501	PAV. 2	RIO DE JANEIRO - RJ	69.543.283,34
PRAIA DE BOTAFOGO, 501	PAVS. 7 E 8, LJS E HEALTH CLUB	RIO DE JANEIRO - RJ	106.433.468,27
PRAIA DE BOTAFOGO, 501	PAVS. 3 E 4	RIO DE JANEIRO - RJ	148.112.150,00
PRAIA DO FLAMENGO, 154	PAVS. 3 A 9	RIO DE JANEIRO - RJ	82.308.460,97
RUA DA CANDELÁRIA, 65	PAVS. 18 A 22	RIO DE JANEIRO - RJ	29.074.473,93
RUA DA CANDELÁRIA, 65	CANDELÁRIA CORPORATE	RIO DE JANEIRO - RJ	26.869.426,12
RUA DA CANDELÁRIA, 65	CANDELÁRIA CORPORATE	RIO DE JANEIRO - RJ	63.355.198,79
RUA DA QUITANDA, 196	EDIFÍCIO GARAGEM	RIO DE JANEIRO - RJ	1.304.895,90
RUA DA QUITANDA, 196	EDIFÍCIO GARAGEM	RIO DE JANEIRO - RJ	2.000.840,38
RUA DAS LARANJEIRAS, 475	LOJA	RIO DE JANEIRO - RJ	3.468.327,51
AVENIDA CENTENÁRIO, 2992	SHOPPING BARRA	SALVADOR - BA	117.809.367,94
AVENIDA PEREIRA BARRETO, 42	SHOPPING ABC	SANTO ANDRÉ - SP	543.025.537,49
AVENIDA CHUCRI ZAIDAN, 80	PRÉDIO	SÃO PAULO - SP	31.433.306,18
AVENIDA DAS NAÇÕES UNIDAS, 7221	LOJAS, PAVS. 9 A 21	SÃO PAULO - SP	208.207.071,64
AVENIDA DAS NAÇÕES UNIDAS, 7221	LOJAS E PAVS. 1/7 E 23/26	SÃO PAULO - SP	219.757.900,51
AVENIDA DAS NAÇÕES UNIDAS, 7815	WTORRE NAÇÕES UNIDAS	SÃO PAULO - SP	397.234.963,09
AVENIDA ENGENHEIRO LUIZ CARLOS BERRINI, 1376	ECO BERRINI	SÃO PAULO - SP	837.937.777,79
AVENIDA FRANCISCO MATARAZZO, 1400	ÁGUA BRANCA	SÃO PAULO - SP	358.766.469,34
AVENIDA MAJOR SYLVIO DE MAG. PADILHA, 5200	EDS. ATLANTA E PHILADELPHIA	SÃO PAULO - SP	92.725.000,03
AVENIDA PAULISTA, 1230	CENTRO EMPRESARIAL	SÃO PAULO - SP	835.272.256,89
AVENIDA PAULISTA, 2163	PRÉDIO	SÃO PAULO - SP	134.244.401,41
AVENIDA ROQUE PETRONI JÚNIOR, 1089	SHOPPING MORUMBI	SÃO PAULO - SP	327.913.891,67
AVENIDA ROQUE PETRONI JÚNIOR, 999	PAVS. 8,9,10	SÃO PAULO - SP	38.345.156,83

» CONTINUA



» CONTINUAÇÃO

AVENIDA ROQUE PETRONI JÚNIOR, 999	LOJA , PAVS. 3, 11 A 16	SÃO PAULO - SP	93.879.521,78	
RUA DOMINGOS AGOSTIN, 91	SHOPPING METRÔ TATUAPÉ	SÃO PAULO - SP	525.785.491,37	
RUA ENGENHEIRO MESQUITA SAMPAIO, 782	SHOPPING PARQUE DA CIDADE	SÃO PAULO - SP	399.724.400,75	
RUA ENGENHEIRO MESQUITA SAMPAIO, 782	TORRE PARQUE DA CIDADE	SÃO PAULO - SP	482.030.105,17	
RUA EUGÊNIO BETARELLO, 55	APARTAMENTO	SÃO PAULO - SP	588.866,67	
AVENIDA IZORAIDA MARQUES PERES, 401	SHOPPING ESPLANADA	SOROCABA - SP	105.952.999,62	
AVENIDA AMÉRICO BUAIZ, 200	SHOPPING VITÓRIA	VITÓRIA - ES	107.993.839,74	
AVENIDA GISELE CONSTANTINO, S/N	SHOPPING IGUATEMI ESPLANADA	VOTORANTIM - SP	97.013.036,76	
IMÓVEIS - A RECEBER / A PAGAR			52.611.307,08	0,03
OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES			5.558.968.951,12	3,00
FINANCIAMENTOS - IMOBILIÁRIO			3.653.577.574,91	
(PROVISÃO P/ DEVEDORES DUVIDOSOS FINANCIAMENTOS - IMOBILIÁRIO)			-2.777.998.301,45	
EMPRÉSTIMOS - PESSOAL			4.716.705.882,22	
(PROVISÃO P/ DEVEDORES DUVIDOSOS EMPRÉSTIMOS - PESSOAL)			-33.316.204,56	
OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES - A RECEBER / A PAGAR			-27.808.229,89	-0,01



Demonstrativo de Investimentos - Plano de Benefícios PREVI FUTURO

Relação dos Investimentos

Dezembro / 2018

DISCRIMINAÇÃO	QUANTIDADE	VALOR	%
RECURSOS		14.710.064.962,51	100,00
FUNDOS DE INVESTIMENTOS (GESTÃO TERCEIRIZADA)		7.896.299.858,79	53,68
FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÃO	64.609.350,4563	150.469.619,03	1,02
BOZANO EDUCACIONAL II	11.373,1437	13.199.758,29	
BRASIL AGRONEGÓCIO	7.056,0000	6.097.808,22	
BRASIL EQUITY PROPERTIES	81,9138	0,00	
BRASIL INTER. DE EMPRESAS	8.435,0845	7.549.093,55	
BRASIL INTER. DE EMPRESAS II	7.795,3576	10.250.252,79	
BRASIL ÓLEO E GÁS	6.856,0000	1.796.428,08	
BRASIL PETRÓLEO 1	7.942,4297	1.464.391,33	
BRASIL PORTOS E ATIVOS LOGÍSTICOS	6.906,8000	4.482.310,60	
BRASIL SUSTENTABILIDADE	6.412.030,0000	6.173.206,24	
CAIXA BARCELONA	14.485,6000	39.090.723,78	
CRP EMPREENDEDOR	5.386.758,0000	7.306.956,23	
DGF FIPAC 2	2.825,6000	2.751.606,56	
KINEA PRIVATE EQUITY II	17.629,0000	20.734.090,39	
NEO CAPITAL MEZANINO	5.689.896,3700	4.201.790,46	
NEO CAPITAL MEZANINO III	6.639.648,5060	6.934.270,95	
NORDESTE III	4.389.499,2500	3.747.948,82	
SONDAS	36.000.000,4000	3,60	
2bCAPITAL-BRASIL CAPITAL	131,0010	14.688.979,14	
FUNDOS DE RENDA FIXA	2.302.954.469,6079	7.591.671.606,31	51,61
BB MAXI LIQUIDEZ RF	2.126.167.074,0754	4.286.010.861,47	
BB MAXI RF	171.750.907,7581	3.284.311.343,74	
BTG PACTUAL	2.327.788,1286	253.686,32	
MODAL GAIA RF CRÉDITO PRIVADO	2.577.951,5110	2.338.233,55	
VINCI RF IMOBILIÁRIO	130.748,1348	18.757.481,23	

* CONTINUA



» CONTINUAÇÃO

FUNDOS DE RENDA VARIÁVEL	34.053,4717	59.842.263,77	0,41
BB SML 1	7.064,7052	11.431.661,89	
SML 2	10.026,5778	17.916.227,94	
SML 4	7.015,0965	12.150.363,43	
SML 7	9.947,0922	18.344.010,51	
FUNDOS MULTIMERCADO INVESTIMENTO NO EXTERIOR	6.945.508,8436	15.124.949,66	0,10
BB MM BLACKROCK INVEST. EXTERIOR	1.812.535,5581	3.815.125,19	
BB MM GLOBAL SELECT EQUITY INVEST. EXTERIOR	2.593.874,5954	5.930.717,44	
BB MM SCHRODER INVEST. EXTERIOR	2.171.486,9247	4.740.061,77	
VOTO MM ALLIANZGI EUROPE INVEST. EXTERIOR	367.611,7654	639.045,26	
FIDC	41.499.874,6843	79.191.420,02	0,54
FIDC ANGÁ SABEMI	29.550,0000	30.989.565,84	
FIDC CRÉDITO UNIVERSITÁRIO	1.464.935,0000	1.469.348,48	
FIDC LIGHT	40.000.000,0000	41.061.640,40	
FIDC VINCI ENERGIA SUSTENTÁVEL	5.389,6843	5.670.865,30	
CARTEIRA PRÓPRIA		6.813.765.103,72	46,32
DISPONÍVEL		18.247,66	0,00
RENDA FIXA CERTIFICADO DE DEPÓSITO BANCÁRIO	10.000	10.121.639,44	0,07
BCO. BTG PACTUAL S.A.	10.000	10.121.639,44	
RENDA FIXA DEBÊNTURE	59.995.915	728.951.507,45	4,96
AES TIETÊ S.A.	39.702.500	44.749.442,09	
ALGAR TELECOM S.A.	22.353	27.370.371,99	
BNDES PARTICIPAÇÕES S.A. - BNDESPAR	2.448	3.761.365,29	
BR MALLS PARTICIPAÇÕES S.A.	440	3.467.358,74	
CCR S.A.	14.733	15.273.035,33	
CEMIG DISTRIBUIÇÃO S.A.	8.253	11.565.651,37	
CEMIG GERAÇÃO TRANSMISSÃO S.A.	20.965	32.719.165,14	
CENTRAIS ELÉTRICAS PARÁ S.A. - CELPA	1.662	16.762.942,95	
CIA. ELETRICIDADE ESTADO BAHIA - COELBA	15.636	15.649.450,02	
CIA. ENERGÉTICA PERNAMBUCO - CELPE	20.002.586	34.191.370,95	
CIA. SANEAMENTO BÁSICO ESTADO SÃO PAULO - SABESP	11.981	29.797.475,24	
CIA. SANEAMENTO MINAS GERAIS - COPASA MG	7.864	7.301.504,46	
CIA. SANEAMENTO PARANÁ - SANEPAR	1.460	16.384.649,58	
CONCESSIONÁRIA AUTO RAPOSO TAVARES S.A.	60.000	75.876.383,75	
ECORODOVIAS CONCESSÕES SERVIÇOS S.A.	34.863	62.120.525,06	
ELEKTRO ELETRICIDADE SERVIÇOS S.A.	2.331	31.877.294,69	

» CONTINUA



» CONTINUAÇÃO

EMPRESA CONCESS. DE RODOVIAS DO NORTE S.A. - ECONORTE	1.000	3.900.705,14	
IGUATEMI EMPRESA SHOPPING CENTERS S.A.	215	2.709.976,34	
JSL S.A.	13.979	19.824.009,06	
LOCALIZA RENT A CAR S.A.	1.165	11.802.756,31	
LOJAS AMERICANAS S.A.	4.117	48.779.136,70	
MRV ENGENHARIA PARTICIPAÇÕES S.A.	3.697	40.363.259,18	
NCF PARTICIPAÇÕES S.A.	2.800	28.336.494,16	
NEOENERGIA S.A.	2.500	25.727.105,45	
RIO PARANAPANEMA ENERGIA S.A.	24.847	41.950.063,90	
SABER SERVIÇOS EDUCACIONAIS S.A.	850	7.598.559,66	
SANTO ANTÔNIO ENERGIA S.A.	700	9.501.472,25	
SONAE SIERRA BRASIL S.A.	15.625	17.491.705,70	
SUL AMÉRICA S.A.	1.080	15.624.588,85	
TELEFÔNICA BRASIL S.A.	3.000	5.080.042,65	
TERMOPERNAMBUCO S.A.	970	12.563.053,74	
TRANSMISSORA ALIANÇA ENERGIA ELÉTRICA S.A.	2.995	3.224.748,11	
UNIDAS S.A.	6.300	5.605.843,60	
RENDA FIXA LETRA FINANCEIRA	514	589.963.921,98	4,01
BCO. BRADESCO S.A.	127	161.740.256,19	
BCO. BRASIL S.A.	100	97.384.510,28	
BCO. BTG PACTUAL S.A.	20	21.193.356,42	
BCO. ESTADO RIO GRANDE SUL S.A.	30	31.932.504,05	
BCO. SAFRA S.A.	192	218.663.930,38	
BCO. SANTANDER (BRASIL) S.A.	45	59.049.364,66	
RENDA FIXA - A RECEBER / A PAGAR		-999.378,32	-0,01
RENDA VARIÁVEL - EMPRÉSTIMO DE AÇÕES	2.740.084	50.792.875,32	0,35
CIELO S.A.,ON	516.000	4.587.240,00	
KROTON EDUCACIONAL S.A.,ON	1.585.800	14.066.046,00	
RAIA DROGASIL S.A.,ON	241.000	13.773.150,00	
TELEFÔNICA BRASIL S.A.,PN	397.284	18.366.439,32	
RENDA VARIÁVEL - AÇÕES CDA	3.123.257	91.613.050,70	0,62
BCO. SANTANDER (BRASIL) S.A.,UNT	762.150	32.543.805,00	
CIA. SANEAMENTO PARANÁ - SANEPAR,UNT	139.520	8.580.480,00	
ENERGISA S.A.,UNT	549.387	20.382.257,70	
KLABIN S.A.,UNT	1.212.100	19.248.148,00	
TRANSMISSORA ALIANÇA ENERGIA ELÉTRICA S.A.,UNT	460.100	10.858.360,00	

» CONTINUA



» CONTINUAÇÃO

RENDA VARIÁVEL - AÇÕES À VISTA	121.460.222	3.165.122.144,60	21,52
AMBEV S.A.,ON	7.667.580	117.927.380,40	
ATACADÃO S.A.,ON	701.700	12.693.753,00	
AZUL S.A.,PN	775.940	27.933.840,00	
BB SEGURIDADE PARTICIPAÇÕES S.A.,ON	1.375.750	37.956.942,50	
BCO. BRADESCO S.A.,ON	1.800.196	60.936.634,60	
BCO. BRADESCO S.A.,PN	6.796.364	262.679.468,60	
BCO. BRASIL S.A.,ON	2.943.559	136.846.057,91	
BCO. ESTADO RIO GRANDE SUL S.A.,PNB	422.804	9.377.792,72	
BR MALLS PARTICIPAÇÕES S.A.,ON	2.304.965	30.125.892,55	
BRADESPAR S.A.,PN	462.800	14.666.132,00	
BRASKEM S.A.,PNA	540.400	25.604.152,00	
BRF BRASIL S.A.,ON	1.701.675	37.317.732,75	
B2W CIA.DIGITAL,ON	347.500	14.601.950,00	
B3 S.A. - BRASIL, BOLSA, BALCÃO,ON	4.324.546	115.941.078,26	
CCR S.A.,ON	2.291.043	25.659.681,60	
CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRA S.A. - ELETROBRAS,ON	563.692	13.658.257,16	
CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRA S.A. - ELETROBRAS,PNB	472.008	13.296.465,36	
CESP - CIA. ENERGÉTICA SÃO PAULO,PNB	385.278	8.399.060,40	
CIA. ENERGÉTICA MINAS GERAIS - CEMIG,PN	1.977.882	27.413.444,52	
CIA. PARANAENSE ENERGIA - COPEL,PNB	211.800	6.470.490,00	
CIA. SANEAMENTO MINAS GERAIS - COPASA MG,ON	129.200	7.949.676,00	
CIA. BRASILEIRA DISTRIBUIÇÃO,PN	316.956	25.667.096,88	
CIA. SANEAMENTO BÁSICO ESTADO SÃO PAULO - SABESP,ON	636.488	20.049.372,00	
CIA. SIDERÚRGICA NACIONAL,ON	1.324.660	11.709.994,40	
CIELO S.A.,ON	561.512	4.991.841,68	
COSAN S.A. IND.COM.,ON	325.066	10.876.708,36	
CVC BRASIL OPERADORA AGÊNCIA VIAGENS S.A.,ON	527.670	32.282.850,60	
CYRELA BRAZIL REALTY S.A. EMPREENDIMENTOS PARTICIPAÇÕES,ON	536.900	8.305.843,00	
DURATEX S.A.,ON	566.700	6.704.061,00	
ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA LOGÍSTICA S.A.,ON	381.100	3.574.718,00	
EDP ENERGIAS BRASIL S.A.,ON	623.285	9.193.453,75	
EMBRAER S.A.,ON	1.412.340	30.619.531,20	
ENGIE BRASIL ENERGIA S.A.,ON	521.036	17.204.608,72	
EQUATORIAL ENERGIA S.A.,ON	405.100	30.204.256,00	

» CONTINUA



» CONTINUAÇÃO

ESTÁCIO PARTICIPAÇÕES S.A.,ON	641.750	15.247.980,00
EZ TEC EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A.,ON	110.500	2.764.710,00
FIBRIA CELULOSE S.A.,ON	468.300	31.657.080,00
FLEURY S.A.,ON	631.394	12.488.973,32
GERDAU S.A.,PN	2.022.037	29.966.588,34
GOL LINHAS AÉREAS INTELIGENTES S.A.,PN	271.300	6.809.630,00
HYPERMARCAS S.A.,ON	812.050	24.523.910,00
IGUATEMI EMPRESA SHOPPING CENTERS S.A.,ON	358.700	14.921.920,00
IOCHPE MAXION S.A.,ON	286.885	6.830.731,85
IRB BRASIL RESSEGUROS S.A.,ON	473.762	39.540.176,52
ITAU UNIBANCO HOLDING S.A.,PN	10.183.074	361.499.127,00
ITAUSA INVESTIMENTOS ITAU S.A.,PN	9.306.100	112.417.688,00
JBS S.A.,ON	3.280.470	38.020.647,30
KROTON EDUCACIONAL S.A.,ON	1.135.928	10.075.681,36
LIGHT S.A.,ON	191.200	3.154.800,00
LINX S.A.,ON	277.800	9.056.280,00
LOCALIZA RENT A CAR S.A.,ON	1.519.460	45.203.935,00
LOG COMMERCIAL PROPERTIES PARTICIPAÇÕES S.A.,ON	42.879	786.829,65
LOJAS AMERICANAS S.A.,ON	377.680	5.676.530,40
LOJAS AMERICANAS S.A.,PN	1.402.526	27.629.762,20
LOJAS RENNER S.A.,ON	1.832.570	77.700.968,00
MAGAZINE LUIZA S.A.,ON	217.000	39.292.190,00
MARCOPOLO S.A.,PN	1.089.853	4.446.600,24
MARFRIG GLOBAL FOODS S.A.,ON	794.400	4.337.424,00
METALÚRGICA GERDAU S.A.,PN	1.194.891	8.292.543,54
MINERVA S.A.,ON	299.629	1.495.148,71
MRV ENGENHARIA PARTICIPAÇÕES S.A.,ON	609.800	7.537.128,00
MULTIPLAN EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS S.A.,ON	559.331	13.597.336,61
NATURA COSMÉTICOS S.A.,ON	360.400	16.218.000,00
PETROBRAS DISTRIBUIDORA S.A.,ON	1.701.700	43.733.690,00
PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS,ON	6.111.003	155.219.476,20
PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS,PN	9.011.480	204.380.366,40
PORTO SEGURO S.A.,ON	197.800	10.315.270,00
QUALICORP S.A.,ON	401.270	5.172.370,30
RAIA DROGASIL S.A.,ON	192.151	10.981.429,65
RANDON S.A. IMPLEMENTOS PARTICIPAÇÕES,PN	351.392	3.253.889,92

» CONTINUA



» CONTINUAÇÃO

RUMO S.A.,ON			2.290.563	38.939.571,00
SÃO MARTINHO S.A.,ON			164.600	2.994.074,00
SMILES FIDELIDADE S.A.,ON			114.700	5.020.419,00
SUZANO PAPEL CELULOSE S.A.,ON			982.300	37.405.984,00
TELEFÔNICA BRASIL S.A.,PN			239.539	11.073.887,97
TIM PARTICIPAÇÕES S.A.,ON			1.654.800	19.609.380,00
ULTRAPAR PARTICIPAÇÕES S.A.,ON			1.106.192	58.849.414,40
USINAS SIDERÚRGICAS MINAS GERAIS S.A. - USIMINAS,PNA			1.081.300	9.969.586,00
VALE S.A.,ON			6.431.148	327.988.548,00
VIA VAREJO S.A.,ON			827.300	3.631.847,00
WEG S.A.,ON			1.513.820	26.552.402,80
RENTA VARIÁVEL - A RECEBER / A PAGAR				24.518.422,89 0,17
IMÓVEIS				513.005.639,12 3,49
AVENIDA DOM HELDER CÂMARA, 5474	NORTE SHOPPING	RIO DE JANEIRO - RJ		118.528.107,53
AVENIDA CENTENÁRIO, 2992	SHOP. BARRA EXPANSÃO	SALVADOR - BA		23.947.805,00
AVENIDA CENTENÁRIO, 2992	SHOPPING BARRA	SALVADOR - BA		92.257.083,68
AVENIDA PEREIRA BARRETO, 42	SHOPPING ABC	SANTO ANDRÉ - SP		47.205.675,00
RUA ENGENHEIRO MESQUITA SAMPAIO, 782	TORRE PARQUE DA CIDADE	SÃO PAULO - SP		53.558.900,58
RUA ENGENHEIRO MESQUITA SAMPAIO, 782	SHOPPING PARQUE DA CIDADE	SÃO PAULO - SP		44.413.822,31
RUA DOMINGOS AGOSTIN, 91	SHOPPING METRÔ TATUAPÉ	SÃO PAULO - SP		52.566.646,06
AVENIDA AMÉRICO BUAIZ, 200	SHOPPING VITÓRIA	VITÓRIA - ES		80.527.598,96
IMÓVEIS - A RECEBER / A PAGAR				-9.869,98 -0,00
OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES				1.654.307.977,50 11,25
FINANCIAMENTOS - IMOBILIÁRIO				227.160.880,80
(PROVISÃO P/ DEVEDORES DUVIDOSOS FINANCIAMENTOS - IMOBILIÁRIO)				-944.164,30
EMPRÉSTIMOS - PESSOAL				1.437.957.499,33
(PROVISÃO P/ DEVEDORES DUVIDOSOS EMPRÉSTIMOS - PESSOAL)				-9.866.238,33
OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES - A RECEBER / A PAGAR				-13.641.074,64 -0,09



Demonstrativo de Investimentos - Plano CAPEC

Relação dos Investimentos

Dezembro / 2018

DISCRIMINAÇÃO	QUANTIDADE	VALOR	%
RECURSOS		417.696.432,90	100,00
FUNDOS DE INVESTIMENTOS (GESTÃO TERCEIRIZADA)		331.318.083,88	79,32
FUNDO DE RENDA FIXA	54.958.686,5691	331.318.083,88	79,32
BB CAPEC RF	54.958.686,5691	331.318.083,88	
CARTEIRA PRÓPRIA		86.378.349,02	20,68
DISPONÍVEL		3.100,87	0,00
RENDA FIXA CERTIFICADO DE DEPÓSITO BANCÁRIO	10.000	10.121.639,44	2,42
BCO. BTG PACTUAL S.A.	10.000	10.121.639,44	
RENDA FIXA LETRA FINANCEIRA	65	76.297.014,04	18,27
BCO. BRADESCO S.A.	15	19.088.979,95	
BCO. BTG PACTUAL S.A.	5	5.298.339,10	
BCO. ESTADO RIO GRANDE SUL S.A.	10	10.644.168,01	
BCO. SAFRA S.A.	30	34.704.486,47	
BCO. SANTANDER (BRASIL) S.A.	5	6.561.040,51	
RENDA FIXA - A RECEBER / A PAGAR		-43.405,33	-0,01



Demonstrativo de Investimentos - Plano PGA

Relação dos Investimentos

Dezembro / 2018

DISCRIMINAÇÃO	QUANTIDADE	VALOR	%
RECURSOS		1.059.984.217,20	100,00
FUNDOS DE INVESTIMENTOS (GESTÃO TERCEIRIZADA)		706.035.958,96	66,61
FUNDO DE RENDA FIXA	248.700.856,7033	706.035.958,96	66,61
BB PGA RF	248.657.274,1938	699.783.494,21	
VINCI RF IMOBILIÁRIO	43.582,5095	6.252.464,75	
CARTEIRA PRÓPRIA		353.948.258,24	33,39
DISPONÍVEL		13.335,07	0,00
RENDA FIXA CERTIFICADO DE DEPÓSITO BANCÁRIO	10.000	10.121.639,44	0,95
BCO. BTG PACTUAL S.A.	10.000	10.121.639,44	
RENDA FIXA DEBÊNTURE	5.030.574	59.178.428,32	5,58
CEMIG GERAÇÃO TRANSMISSÃO S.A.	9.800	15.505.268,99	
CIA. ELETRICIDADE ESTADO BAHIA - COELBA	2.606	2.608.241,67	
CIA. ENERGÉTICA PERNAMBUCO - CELPE	5.000.000	5.202.505,00	
CIA. SANEAMENTO MINAS GERAIS - COPASA MG	1.122	1.041.745,67	
CIA. SANEAMENTO BÁSICO ESTADO SÃO PAULO - SABESP	2.129	2.005.123,12	
ECORODOVIAS CONCESSÕES SERVIÇOS S.A.	10.000	11.271.321,98	
MRV ENGENHARIA PARTICIPAÇÕES S.A.	517	5.662.298,10	
NCF PARTICIPAÇÕES S.A.	700	7.084.123,54	
NEOENERGIA S.A.	500	5.145.421,09	
SABER SERVIÇOS EDUCACIONAIS S.A.	100	893.948,19	
UNIDAS S.A.	3.100	2.758.430,97	
RENDA FIXA LETRA FINANCEIRA	117	140.845.615,35	13,29
BCO. BRADESCO S.A.	51	64.839.439,78	
BCO. BRASIL S.A.	10	11.488.096,85	
BCO. BTG PACTUAL S.A.	10	5.298.339,10	
BCO. ESTADO RIO GRANDE SUL S.A.	10	10.644.168,01	
BCO. SAFRA S.A.	36	42.014.531,10	
BCO. SANTANDER (BRASIL) S.A.	5	6.561.040,51	

» CONTINUA



» CONTINUAÇÃO

RENDA FIXA - A RECEBER / A PAGAR		0,00	0,00
RENDA VARIÁVEL - AÇÕES CDA	203.467	5.269.658,70	0,50
AES TIETÊ ENERGIA S.A.,UNT	27.325	273.796,50	
ALUPAR INVESTIMENTO S.A.,UNT	13.900	254.787,00	
BCO. SANTANDER (BRASIL) S.A.,UNT	35.140	1.500.478,00	
CIA. SANEAMENTO PARANÁ - SANEPAR,UNT	6.160	378.840,00	
ENERGISA S.A.,UNT	22.888	849.144,80	
KLABIN S.A.,UNT	55.600	882.928,00	
SUL AMÉRICA S.A.,UNT	25.554	730.844,40	
TRANSMISSORA ALIANÇA ENERGIA ELÉTRICA S.A.,UNT	16.900	398.840,00	
RENDA VARIÁVEL - AÇÕES À VISTA	5.467.723	137.439.309,78	12,97
AMBEV S.A.,ON	392.145	6.031.190,10	
AREZZO IND. COM. S.A.,ON	3.700	203.722,00	
ATACADÃO S.A.,ON	29.700	537.273,00	
AZUL S.A.,PN	25.860	930.960,00	
B2W CIA.DIGITAL,ON	15.324	643.914,48	
B3 S.A. - BRASIL, BOLSA, BALCÃO,ON	183.792	4.927.463,52	
BB SEGURIDADE PARTICIPAÇÕES S.A.,ON	61.600	1.699.544,00	
BCO. BRADESCO S.A.,ON	80.262	2.716.868,70	
BCO. BRADESCO S.A.,PN	291.552	11.268.484,80	
BCO. BRASIL S.A.,ON	119.910	5.574.615,90	
BCO. ESTADO RIO GRANDE SUL S.A.,PNB	16.096	357.009,28	
BR MALLS PARTICIPAÇÕES S.A.,ON	77.037	1.006.873,59	
BRADSPAR S.A.,PN	20.300	643.307,00	
BRASKEM S.A.,PNA	24.400	1.156.072,00	
BRF BRASIL S.A.,ON	69.474	1.523.564,82	
CCR S.A.,ON	102.437	1.147.294,40	
CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRA S.A. - ELETROBRAS,ON	24.808	601.097,84	
CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRA S.A. - ELETROBRAS,PNB	20.692	582.893,64	
CESP - CIA. ENERGÉTICA SÃO PAULO,PNB	16.722	364.539,60	
CIA. BRASILEIRA DISTRIBUIÇÃO,PN	14.344	1.161.577,12	
CIA. ENERGÉTICA MINAS GERAIS - CEMIG,PN	88.586	1.227.801,96	
CIA. HERING,ON	11.446	334.681,04	
CIA. PARANAENSE ENERGIA - COPEL,PNB	9.300	284.115,00	
CIA. SANEAMENTO BÁSICO ESTADO SÃO PAULO - SABESP,ON	27.612	869.778,00	

» CONTINUA



» CONTINUAÇÃO


CIA. SANEAMENTO MINAS GERAIS - COPASA MG,ON	5.700	350.721,00
CIA. SIDERÚRGICA NACIONAL,ON	55.100	487.084,00
CIELO S.A.,ON	102.526	911.456,14
COSAN S.A. IND. COM.,ON	14.134	472.923,64
CTEEP - CIA.TRANSMISSÃO ENERGIA ELÉTRICA PAULISTA,PN	9.100	629.538,00
CVC BRASIL OPERADORA AGÊNCIA VIAGENS S.A.,ON	12.400	758.632,00
CYRELA BRAZIL REALTY S.A. EMPREENDIMENTOS PARTICIPAÇÕES,ON	22.400	346.528,00
DURATEX S.A.,ON	24.925	294.862,75
ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA LOGÍSTICA S.A.,ON	17.200	161.336,00
EDP ENERGIAS BRASIL S.A.,ON	27.142	400.344,50
EMBRAER S.A.,ON	67.300	1.459.064,00
ENGIE BRASIL ENERGIA S.A.,ON	23.363	771.446,26
EQUATORIAL ENERGIA S.A.,ON	18.200	1.356.992,00
ESTÁCIO PARTICIPAÇÕES S.A.,ON	28.400	674.784,00
EZ TEC EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A.,ON	5.282	132.155,64
FIBRIA CELULOSE S.A.,ON	21.100	1.426.360,00
FLEURY S.A.,ON	28.106	555.936,68
GERDAU S.A.,PN	91.472	1.355.615,04
GOL LINHAS AÉREAS INTELIGENTES S.A.,PN	8.800	220.880,00
HYPERMARCAS S.A.,ON	36.300	1.096.260,00
IGUATEMI EMPRESA SHOPPING CENTERS S.A.,ON	8.000	332.800,00
IOCHPE MAXION S.A.,ON	11.481	273.362,61
IRB BRASIL RESSEGUROS S.A.,ON	8.300	692.718,00
ITAU UNIBANCO HOLDING S.A.,PN	424.309	15.062.969,50
ITAUSA INVESTIMENTOS ITAU S.A.,PN	401.643	4.851.847,44
JBS S.A.,ON	139.600	1.617.964,00
KROTON EDUCACIONAL S.A.,ON	134.168	1.190.070,16
LIGHT S.A.,ON	9.000	148.500,00
LINX S.A.,ON	12.100	394.460,00
LOCALIZA RENT A CAR S.A.,ON	45.465	1.352.583,75
LOG COMMERCIAL PROPERTIES PARTICIPAÇÕES S.A.,ON	1.883	34.553,05
LOJAS AMERICANAS S.A.,ON	17.780	267.233,40
LOJAS AMERICANAS S.A.,PN	61.601	1.213.539,70
LOJAS RENNER S.A.,ON	64.653	2.741.287,20
M. DIAS BRANCO S.A. IND. COM. ALIMENTOS,ON	7.900	338.120,00

» CONTINUA



» CONTINUAÇÃO

MAGAZINE LUIZA S.A.,ON	6.300	1.140.741,00	
MARCOPOLO S.A.,PN	51.031	208.206,48	
MARFRIG GLOBAL FOODS S.A.,ON	36.903	201.490,38	
METALÚRGICA GERDAU S.A.,PN	52.463	364.093,22	
MINERVA S.A.,ON	26.627	132.868,73	
MRV ENGENHARIA PARTICIPAÇÕES S.A.,ON	26.100	322.596,00	
MULTIPLAN EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS S.A.,ON	24.906	605.464,86	
NATURA COSMÉTICOS S.A.,ON	15.835	712.575,00	
ODONTOPREV S.A.,ON	24.253	333.478,75	
PETROBRÁS DISTRIBUIDORA S.A.,ON	29.500	758.150,00	
PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS,ON	244.580	6.212.332,00	
PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS,PN	384.780	8.726.810,40	
PORTO SEGURO S.A.,ON	8.661	451.671,15	
QUALICORP S.A.,ON	22.100	284.869,00	
RAIA DROGASIL S.A.,ON	19.369	1.106.938,35	
RANDON S.A. IMPLEMENTOS PARTICIPAÇÕES,PN	16.487	152.669,62	
RUMO S.A.,ON	102.289	1.738.913,00	
SÃO MARTINHO S.A.,ON	14.100	256.479,00	
SER EDUCACIONAL S.A.,ON	3.745	58.234,75	
SMILES S.A.,ON	5.300	231.981,00	
SUZANO PAPEL CELULOSE S.A.,ON	42.653	1.624.226,24	
TELEFÔNICA BRASIL S.A.,PN	38.037	1.758.450,51	
TIM PARTICIPAÇÕES S.A.,ON	74.178	879.009,30	
TOTVS S.A.,ON	12.377	336.035,55	
ULTRAPAR PARTICIPAÇÕES S.A.,ON	49.558	2.636.485,60	
USINAS SIDERÚRGICAS MINAS GERAIS S.A. - USIMINAS,PNA	46.800	431.496,00	
VALE S.A.,ON	276.143	14.083.293,00	
VALID SOLUÇÕES E SERV. DE SEG. EM MEIOS DE PGTO. E IDENT. S.A.,ON	6.300	113.400,00	
VIA VAREJO S.A.,ON	37.200	163.308,00	
WEG S.A.,ON	68.016	1.193.000,64	
WIZ SOLUÇÕES CORRETAGEM SEGUROS S.A.,ON	7.200	50.472,00	
RENDA VARIÁVEL - A RECEBER / A PAGAR		1.080.271,58	0,10



Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas 2018



Balanço Patrimonial

R\$ mil

ATIVO	(Notas)	2018	2017
DISPONÍVEL		1.522	939
REALIZÁVEL		205.593.598	183.651.105
Gestão Previdencial	(5)	3.331.855	2.956.695
Gestão Administrativa	(6)	311.689	286.575
Investimentos	(7)	201.950.054	180.407.835
Títulos Públicos	(7.1)	90.823	83.632
Créditos Privados e Depósitos	(7.1)	5.396.879	8.144.533
Ações	(7.2)	46.075.690	46.957.740
Fundos de Investimento	(7.3)	132.618.715	108.122.045
Derivativos	(7.4)	62.279	0
Investimentos Imobiliários	(7.5)	10.431.502	10.138.259
Empréstimos e Financiamentos	(7.6)	7.228.112	6.920.536
Depósitos Judiciais/Recursais	(12.2)	46.054	41.090
PERMANENTE	(8)	17.725	16.164
Imobilizado		10.895	9.416
Intangível		6.830	6.748
TOTAL DO ATIVO		205.612.845	183.668.208

As Notas Explicativas fazem parte das Demonstrações Contábeis.

José Maurício Pereira Coelho
Presidente
CPF: 853.535.907-91

Márcio de Souza
Diretor de Administração
CPF: 844.274.347-20

Antonio Henrique Pereira dos Santos
Contador CRC DF 12.360/O-T-RJ
CPF: 224.430.703-44

Vanessa Ferreira Ennes
Atuário MIBA 1194
CPF: 855.313.757-57



Balanço Patrimonial

R\$ mil

PASSIVO	(Notas)	2018	2017
EXIGÍVEL OPERACIONAL	(11)	25.332.099	25.477.981
Gestão Previdencial		25.194.992	25.401.478
Gestão Administrativa		4.796	15.217
Investimentos		132.311	61.286
EXIGÍVEL CONTINGENCIAL	(12)	2.026.482	1.830.568
Gestão Previdencial		1.676.387	1.521.970
Gestão Administrativa		309.532	277.544
Investimentos		40.563	31.054
PATRIMÔNIO SOCIAL		178.254.264	156.359.659
Patrimônio de Cobertura do Plano		175.111.485	153.795.330
Provisões Matemáticas	(14)	168.587.226	157.938.419
Benefícios Concedidos		151.498.683	143.674.033
Benefícios a Conceder		31.370.420	28.872.577
(-) Provisões Matemáticas a Constituir		-14.281.877	-14.608.191
Equilíbrio Técnico	(15)	6.524.259	-4.143.089
Resultados realizados		6.524.259	-4.143.089
Superávit Técnico Acumulado		6.524.259	0
Déficit Técnico Acumulado		0	-4.143.089
Fundos	(16)	3.142.779	2.564.329
Fundos Previdenciais		963.149	568.911
Fundos Administrativos		1.094.838	1.015.931
Fundos dos Investimentos		1.084.792	979.487
TOTAL DO ATIVO		205.612.845	183.668.208

As Notas Explicativas fazem parte das Demonstrações Contábeis.

José Maurício Pereira Coelho
Presidente
CPF: 853.535.907-91

Márcio de Souza
Diretor de Administração
CPF: 844.274.347-20

Antonio Henrique Pereira dos Santos
Contador CRC DF 12.360/O-T-RJ
CPF: 224.430.703-44

Vanessa Ferreira Ennes
Atuário MIBA 1194
CPF: 855.313.757-57



Demonstração da Mutação do Patrimônio Social

R\$ mil

DESCRIÇÃO (Nota 17)	2018	2017	Varia�o (%)
A) Patrimônio Social - início do exercício	156.359.659	141.752.705	10,3
1. Adi�es	36.919.851	28.870.909	27,9
(+) Contribuiões Previdenciais(*)	4.671.633	4.586.697	1,9
(+) Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	31.733.171	23.479.584	35,2
(+) Reversão Líquida de Contingências - Gestão Previdencial	0	321.917	-
(+) Receitas Administrativas	296.535	284.632	4,2
(+) Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Administrativa	113.207	128.525	-11,9
(+) Constituião de Fundos de Investimento	105.305	69.554	51,4
2. Destina�es	-15.025.246	-14.263.955	5,3
(-) Benefícios	-14.635.179	-13.926.805	5,1
(-) Constituião Líquida de Contingências - Gestão Previdencial	-59.263	0	-
(-) Despesas Administrativas	-320.717	-308.431	4,0
(-) Constituião Líquida de Contingências - Gestão Administrativa	-10.087	-28.719	-64,9
3. Acréscimo/Decréscimo no Patrimônio Social (1+2)	21.894.605	14.606.954	49,9
(+/-) Provisões Matemáticas	10.648.807	4.560.057	133,5
(+/-) Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	10.667.348	9.800.249	8,8
(+/-) Fundos Previdenciais	394.238	101.107	289,9
(+/-) Fundos Administrativos	78.907	75.987	3,8
(+/-) Fundos dos Investimentos	105.305	69.554	51,4
B) Patrimônio Social - final do exercício (A+3)	178.254.264	156.359.659	14,0

As Notas Explicativas fazem parte das Demonstra es Contábeis.

(*) Contribuiões Líquidas, conforme Anexo B, da Resolu o CNPC n  8, de 31/10/2011.

José Maurício Pereira Coelho
Presidente
CPF: 853.535.907-91

Márcio de Souza
Diretor de Administra o
CPF: 844.274.347-20

Antonio Henrique Pereira dos Santos
Contador CRC DF 12.360/O-T-RJ
CPF: 224.430.703-44

Vanessa Ferreira Ennes
Atuário MIBA 1194
CPF: 855.313.757-57



Demonstração do Ativo Líquido do Plano de Benefícios 1

R\$ mil

DESCRIÇÃO	2018	2017	Varição (%)
1. Ativos	189.827.286	170.919.605	11,1
Disponível	1.495	922	62,1
Recebível	4.078.267	3.682.937	10,7
Investimento	185.747.524	167.235.746	11,1
Títulos Públicos	90.823	83.632	8,6
Créditos Privados e Depósitos	3.771.277	6.449.756	-41,5
Ações	42.599.855	43.614.615	-2,3
Fundos de Investimento	123.685.062	101.844.286	21,4
Derivativos	62.279	0	-
Investimentos Imobiliários	9.918.496	9.633.786	3,0
Empréstimos	4.683.399	4.616.272	1,5
Financiamentos Imobiliários	890.286	952.313	-6,5
Depósitos Judiciais/Rekursais	46.047	41.086	12,1
2. Obrigações	26.977.424	26.950.037	0,1
Operacional	25.265.182	25.401.326	-0,5
Contingencial	1.712.242	1.548.711	10,6
3. Fundos Não Previdenciais	1.818.386	1.694.968	7,3
Fundos Administrativos	758.514	736.214	3,0
Fundos dos Investimentos	1.059.872	958.754	10,5
5. Total do Ativo Líquido (1-2-3-4)	161.031.476	142.274.600	13,2
Provisões Matemáticas	154.506.120	146.567.429	5,4
Superávit / Déficit Técnico	6.524.259	-4.295.067	-251,9
Fundos Previdenciais	1.097	2.238	-51,0
6. Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado (Nota 15)			
a) Equilíbrio Técnico	6.524.259	-4.295.067	-251,9
b) Ajuste de Precificação	0	2.607.979	-100,0
c) Equilíbrio Técnico Ajustado (a + b)	6.524.259	-1.687.088	-486,7

As Notas Explicativas fazem parte das Demonstrações Contábeis.

José Maurício Pereira Coelho
Presidente
CPF: 853.535.907-91

Márcio de Souza
Diretor de Administração
CPF: 844.274.347-20

Antonio Henrique Pereira dos Santos
Contador CRC DF 12.360/O-T-RJ
CPF: 224.430.703-44



Demonstração do Ativo Líquido do Plano de Benefícios PREVI Futuro

R\$ mil

DESCRIÇÃO	2018	2017	Variação (%)
1. Ativos	15.013.000	12.086.462	24,2
Disponível	11	6	83,3
Recebível	288.166	238.606	20,8
Investimento	14.724.823	11.847.850	24,3
Créditos Privados e Depósitos	1.329.037	1.392.831	(4,6)
Ações	3.332.046	3.215.069	3,6
Fundos de Investimento	7.896.300	5.383.522	46,7
Investimentos Imobiliários	513.006	504.473	1,7
Empréstimos	1.428.113	1.203.775	18,6
Financiamentos Imobiliários	226.314	148.176	52,7
Depósitos Judiciais/Rekursais	7	4	75,0
2. Obrigações	22.304	32.441	(31,2)
Operacional	22.126	32.295	(31,5)
Contingencial	178	146	21,9
3. Fundos Não Previdenciais	309.366	256.222	20,7
Fundos Administrativos	284.446	235.489	20,8
Fundos dos Investimentos	24.920	20.733	20,2
5. Total do Ativo Líquido (1-2-3-4)	14.681.330	11.797.799	24,4
Provisões Matemáticas	14.081.106	11.370.990	23,8
Superávit / Déficit Técnico	0	151.978	(100,0)
Fundos Previdenciais	600.224	274.831	118,4

As Notas Explicativas fazem parte das Demonstrações Contábeis.

José Maurício Pereira Coelho
Presidente
CPF: 853.535.907-91

Márcio de Souza
Diretor de Administração
CPF: 844.274.347-20

Antonio Henrique Pereira dos Santos
Contador CRC DF 12.360/O-T-RJ
CPF: 224.430.703-44



Demonstração do Ativo Líquido do Plano de Benefícios Capec

R\$ mil

DESCRIÇÃO	2018	2017	Variação (%)
1. Ativos	478.945	390.790	22,6
Disponível	3	5	-40,0
Recebível	61.205	52.019	17,7
Investimento	417.737	338.766	23,3
Créditos Privados e Depósitos	86.419	86.161	0,3
Fundos de Investimento	331.318	252.605	31,2
2. Obrigações	65.239	54.720	19,2
Operacional	60.709	50.553	20,1
Contingencial	4.530	4.167	8,7
3. Fundos Não Previdenciais	51.878	44.228	17,3
Fundos Administrativos	51.878	44.228	17,3
5. Total do Ativo Líquido (1-2-3-4)	361.828	291.842	24,0
Fundos Previdenciais	361.828	291.842	24,0

As Notas Explicativas fazem parte das Demonstrações Contábeis.

José Maurício Pereira Coelho
Presidente
CPF: 853.535.907-91

Márcio de Souza
Diretor de Administração
CPF: 844.274.347-20

Antonio Henrique Pereira dos Santos
Contador - CRC DF 12.360/O-T-RJ
CPF: 224.430.703-44



Demonstração da Mutação do Ativo Líquido do Plano de Benefícios 1

R\$ mil

DESCRIÇÃO	2018	2017	Variacão (%)
A) Ativo Líquido - início do exercício	142.274.600	130.432.473	9,1
1. Adições	33.100.099	25.455.292	30,0
(+) Contribuições	3.082.198	3.106.359	-0,8
(+) Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	30.017.901	22.028.383	36,3
(+) Reversão Líquida de Contingências - Gestão Previdencial	0	320.550	-100,0
2. Destinações	-14.343.223	-13.613.165	5,4
(-) Benefícios	-14.235.713	-13.565.234	4,9
(-) Constituição Líquida de Contingências - Gestão Previdencial	-59.328	0	-
(-) Custeio Administrativo	-48.182	-47.931	0,5
3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)	18.756.876	11.842.127	58,4
(+/-) Provisões Matemáticas	7.938.691	2.196.090	261,5
(+/-) Fundos Previdenciais	-1.141	-2.234	-48,9
(+/-) Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	10.819.326	9.648.271	12,1
B) Ativo Líquido - final do exercício (A+3)	161.031.476	142.274.600	13,2
C) Fundos não Previdenciais	1.818.386	1.694.968	7,3
(+) Fundos Administrativos	758.514	736.214	3,0
(+) Fundos dos Investimentos	1.059.872	958.754	10,5

As Notas Explicativas fazem parte das Demonstrações Contábeis.

José Maurício Pereira Coelho
Presidente
CPF: 853.535.907-91

Márcio de Souza
Diretor de Administração
CPF: 844.274.347-20

Antonio Henrique Pereira dos Santos
Contador CRC DF 12.360/O-T-RJ
CPF: 224.430.703-44



Demonstração da Mutação do Ativo Líquido do Plano de Benefícios PREVI Futuro

R\$ mil

DESCRIÇÃO	2018	2017	Variacão (%)
A) Ativo Líquido - início do exercício	11.797.799	9.240.311	27,7
1. Adic�es	3.045.083	2.687.942	13,3
(+) Contribuiões	1.359.128	1.268.258	7,2
(+) Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	1.685.955	1.419.615	18,8
(+) Reversão Líquida de Contingências - Gestão Previdencial	0	69	-100,0
2. Destina�es	-161.552	-130.454	23,8
(-) Benefícios	-107.807	-80.019	34,7
(-) Constituião Líquida de Contingências - Gestão Previdencial	-11	0	-
(-) Custeio Administrativo	-53.734	-50.435	6,5
3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)	2.883.531	2.557.488	12,7
(+/-) Provisões Matemáticas	2.710.116	2.363.967	14,6
(+/-) Fundos Previdenciais	325.393	41.543	683,3
(+/-) Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	-151.978	151.978	-200,0
B) Ativo Líquido - final do exercício (A+3)	14.681.330	11.797.799	24,4
C) Fundos não Previdenciais	309.366	256.222	20,7
(+) Fundos Administrativos	284.446	235.489	20,8
(+) Fundos dos Investimentos	24.920	20.733	20,2

As Notas Explicativas fazem parte das Demonstra es Contábeis.

José Maurício Pereira Coelho
Presidente
CPF: 853.535.907-91

Márcio de Souza
Diretor de Administra o
CPF: 844.274.347-20

Antonio Henrique Pereira dos Santos
Contador CRC DF 12.360/O-T-RJ
CPF: 224.430.703-44



Demonstração da Mutação do Ativo Líquido do Plano de Benefícios Capec

R\$ mil

DESCRIÇÃO	2018	2017	Varia�o (%)
A) Ativo Líquido - início do exercício	291.842	230.044	26,9
1. Adi�es	370.120	351.287	5,4
(+) Contribuiões	340.729	318.403	7,0
(+) Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	29.315	31.586	-7,2
(+) Reversão Líquida de Contingências - Gestão Previdencial	76	1.298	-94,1
2. Destina�es	-300.134	-289.489	3,7
(-) Benefícios	-291.659	-281.552	3,6
(-) Custeio Administrativo	-8.475	-7.937	6,8
3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)	69.986	61.798	13,2
(+/-) Fundos Previdenciais	69.986	61.798	13,2
B) Ativo Líquido - final do exercício (A+3)	361.828	291.842	24,0
C) Fundos não Previdenciais	51.878	44.228	17,3
(+) Fundos Administrativos	51.878	44.228	17,3

As Notas Explicativas fazem parte das Demonstra es Contábeis.

José Maurício Pereira Coelho
Presidente
CPF: 853.535.907-91

Márcio de Souza
Diretor de Administra o
CPF: 844.274.347-20

Antonio Henrique Pereira dos Santos
Contador CRC DF 12.360/O-T-RJ
CPF: 224.430.703-44



Demonstração do Plano de Gestão Administrativa (Consolidada)

R\$ mil

DESCRIÇÃO (Nota 18)	2018	2017	Variação (%)
A) Fundo Administrativo do Exercício Anterior	1.015.931	939.944	8,1
1. Custeio da Gestão Administrativa	409.742	413.157	-0,8
1.1. Receitas	409.742	413.157	-0,8
Custeio Administrativo da Gestão Previdencial	110.422	106.323	3,9
Custeio Administrativo dos Investimentos	174.005	168.109	3,5
Taxa de Administração de Empréstimos e Financiamentos	9.094	7.912	14,9
Receitas Diretas	1.754	2.271	-22,8
Resultado Positivo dos Investimentos	113.207	128.525	-11,9
Outras Receitas	1.260	17	-
2. Despesas Administrativas	-320.717	-308.431	4,0
2.1. Administração Previdencial	-137.618	-132.410	3,9
Pessoal e encargos	-73.082	-67.543	8,2
Treinamentos / congressos e seminários	-863	-1.608	-46,3
Viagens e estadias	-832	-864	-3,7
Serviços de terceiros	-18.277	-24.318	-24,8
Despesas gerais*	-26.382	-20.241	30,3
Depreciações e amortizações	-3.588	-3.769	-4,8
Tributos	-3.240	-3.034	6,8
Outras Despesas	-11.354	-11.033	2,9
2.2. Administração dos Investimentos	-183.099	-176.021	4,0
Pessoal e encargos	-127.320	-117.719	8,2
Treinamentos / congressos e seminários	-1.184	-2.095	-43,5
Viagens e estadias	-925	-971	-4,7
Serviços de terceiros	-18.290	-19.795	-7,6
Despesas gerais	-25.372	-26.225	-3,3
Depreciações e amortizações	-3.644	-4.022	-9,4
Tributos	-5.810	-5.185	12,1
Outras Despesas	-554	-9	-
3. Constituição/Reversão de Contingências Administrativas	-10.087	-28.719	-64,9
4. Reversão de Recursos para o Plano de Benefícios	-31	-20	55,0
6. Sobra/Insuficiência da Gestão Administrativa (1-2-3-4-5)	78.907	75.987	3,8
7. Constituição/Reversão do Fundo Administrativo (6)	78.907	75.987	3,8
B) Fundo Administrativo do Exercício Atual (A+7+8)	1.094.838	1.015.931	7,8

As Notas Explicativas fazem parte das Demonstrações Contábeis.

(*) Inclui gastos com aluguel e manutenção da sede, manutenção de software, publicações, despesas judiciais, cartorárias e informações eletrônicas.

José Maurício Pereira Coelho
Presidente
CPF: 853.535.907-91

Márcio de Souza
Diretor de Administração
CPF: 844.274.347-20

Antonio Henrique Pereira dos Santos
Contador CRC DF 12.360/O-T-RJ
CPF: 224.430.703-44



Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios 1

R\$ mil

DESCRIÇÃO	2018	2017	Variação (%)
PROVISÕES TÉCNICAS (1 + 2 + 3 + 4 + 5)	189.068.772	170.183.391	11,1
1. PROVISÕES MATEMÁTICAS	154.506.120	146.567.429	5,4
1.1. Benefícios Concedidos	151.088.250	143.352.341	5,4
Benefício Definido	151.088.250	143.352.341	5,4
1.2. Benefícios a Conceder	17.699.747	17.823.279	-0,7
Contribuição Definida	36	2.481	-98,5
Saldo de contas - parcela participantes	36	2.481	-98,5
Benefício Definido	17.699.711	17.820.798	-0,7
1.3. (-) Provisões Matemáticas a Constituir	-14.281.877	-14.608.191	-2,2
(-) Serviço Passado	-14.281.877	-14.608.191	-2,2
(-) Patrocinador	-14.281.877	-14.608.191	-2,2
2. EQUILÍBRIO TÉCNICO	6.524.259	-4.295.067	-251,9
2.1. Resultados Realizados	6.524.259	-4.295.067	-251,9
(-) Déficit técnico acumulado	0	-4.295.067	-100,0
3. Fundos	1.060.969	960.992	10,4
3.1. Fundos Previdenciais	1.097	2.238	-51,0
3.2. Fundos dos Investimentos - Gestão Previdencial	1.059.872	958.754	10,5
4. Exigível Operacional	25.265.182	25.401.326	-0,5
4.1. Gestão Previdencial	25.130.820	25.349.093	-0,9
4.2. Investimentos - Gestão Previdencial	134.362	52.233	157,2
5. Exigível Contingencial	1.712.242	1.548.711	10,6
5.1. Gestão Previdencial	1.671.679	1.517.657	10,1
5.2. Investimentos - Gestão Previdencial	40.563	31.054	30,6

As Notas Explicativas fazem parte das Demonstrações Contábeis.

José Maurício Pereira Coelho
Presidente
CPF: 853.535.907-91

Márcio de Souza
Diretor de Administração
CPF: 844.274.347-20

Antonio Henrique Pereira dos Santos
Contador CRC DF 12.360/O-T-RJ
CPF: 224.430.703-44

Vanessa Ferreira Ennes
Atuário MIBA 1194
CPF: 855.313.757-57



Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios PREVI Futuro

R\$ mil

DESCRIÇÃO	2018	2017	Variação (%)
PROVISÕES TÉCNICAS (1 + 2 + 3 + 4 + 5)	14.728.554	11.850.973	24,3
1. PROVISÕES MATEMÁTICAS	14.081.106	11.370.990	23,8
1.1. Benefícios Concedidos	410.433	321.692	27,6
Benefício Definido	410.433	321.692	27,6
1.2. Benefícios a Conceder	13.670.673	11.049.298	23,7
Contribuição Definida	13.163.856	10.575.076	24,5
Saldo de contas - parcela patrocinador	6.502.876	5.229.695	24,3
Saldo de contas - parcela participantes	6.660.980	5.345.381	24,6
Benefício Definido	506.817	474.222	6,9
2. EQUILÍBRIO TÉCNICO	0	151.978	-100,0
2.1. Resultados Realizados	0	151.978	-100,0
Superavit técnico acumulado	0	151.978	-100,0
Reserva de Contingência	0	151.978	-100,0
3. FUNDOS	625.144	295.564	111,5
3.1. Fundos Previdenciais	600.224	274.831	118,4
3.2. Fundos dos Investimentos - Gestão Previdencial	24.920	20.733	20,2
4. EXIGÍVEL OPERACIONAL	22.126	32.295	-31,5
4.1. Gestão Previdencial	7.356	5.714	28,7
4.2. Investimentos - Gestão Previdencial	14.770	26.581	-44,4
5. EXIGÍVEL CONTINGENCIAL	178	146	21,9
5.1. Gestão Previdencial	178	146	21,9

As Notas Explicativas fazem parte das Demonstrações Contábeis.

José Maurício Pereira Coelho
Presidente
CPF: 853.535.907-91

Márcio de Souza
Diretor de Administração
CPF: 844.274.347-20

Antonio Henrique Pereira dos Santos
Contador CRC DF 12.360/O-T-RJ
CPF: 224.430.703-44

Vanessa Ferreira Ennes
Atuário MIBA 1194
CPF: 855.313.757-57



Demonstração das Provisões Técnicas do Plano CAPEC

R\$ mil

DESCRIÇÃO	2018	2017	Variação (%)
PROVISÕES TÉCNICAS (1 + 2 + 3 + 4 + 5)	427.067	346.562	23,2
1. PROVISÕES MATEMÁTICAS	0	0	-
1.1. Benefícios Concedidos	0	0	-
Benefício Definido	0	0	-
1.2. Benefícios a Conceder	0	0	-
Contribuição Definida	0	0	-
Saldo de contas - parcela patrocinador	0	0	-
Saldo de contas - parcela participantes	0	0	-
Benefício Definido	0	0	-
1.3. (-) Provisões Matemáticas a Constituir	0	0	-
(-) Serviço Passado	0	0	-
(-) Patrocinador	0	0	-
2. EQUILÍBRIO TÉCNICO	0	0	-
2.1. Resultados Realizados	0	0	-
Superavit técnico acumulado	0	0	-
Reserva de Contingência	0	0	-
Reserva Especial para Revisão de Plano	0	0	-
(-) Déficit técnico acumulado	0	0	-
2.2. Resultados a realizar	0	0	-
3. FUNDOS	361.828	291.842	24,0
3.1. Fundos Previdenciais	361.828	291.842	24,0
3.2. Fundos dos Investimentos - Gestão Previdencial	0	0	-
4. EXIGÍVEL OPERACIONAL	60.709	50.553	20,1
4.1. Gestão Previdencial	60.666	50.511	20,1
4.2. Investimentos - Gestão Previdencial	43	42	2,4
5. EXIGÍVEL CONTINGENCIAL	4.530	4.167	8,7
5.1. Gestão Previdencial	4.530	4.167	8,7
5.2. Investimentos - Gestão Previdencial	0	0	-

As Notas Explicativas fazem parte das Demonstrações Contábeis.

José Maurício Pereira Coelho
Presidente
CPF: 853.535.907-91

Márcio de Souza
Diretor de Administração
CPF: 844.274.347-20

Antonio Henrique Pereira dos Santos
Contador CRC DF 12.360/O-T-RJ
CPF: 224.430.703-44

Vanessa Ferreira Ennes
Atuário MIBA 1194
CPF: 855.313.757-57



Sumário das Notas Explicativas

1 CONTEXTO OPERACIONAL	43	9.2 Análise de Sensibilidade	77
2 PLANOS ADMINISTRADOS	43	9.2.1 Carteira de Renda Fixa	77
3 APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES		9.2.2 Carteira de Renda Variável	77
CONTÁBEIS	44	10 TRANSAÇÕES ENTRE	
4 PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS	45	PARTES RELACIONADAS	78
4.1 Premissas e Estimativas Contábeis	45	11 EXIGÍVEL OPERACIONAL	80
4.2 Gestão de Riscos	45	11.1 Contrato BB X PREVI – Grupo Pré-67,	
4.3 Gestão Previdencial	47	Paridade – Acordo 2006 e Contribuição	
4.4 Gestão Administrativa	47	Amortizante – Grupo Especial	81
4.5 Investimentos	47	11.2 Utilização do Superávit 2010	81
4.5.1 Instrumentos Financeiros	48	12 EXIGÍVEL CONTINGENCIAL	81
4.5.2 Propriedade para Investimento	48	12.1 Contingências – Perda Provável	82
4.6 Imobilizado e Intangível	49	12.1.1 Gestão Previdencial	82
4.7 Provisão para Perdas e para		12.1.2 Gestão Administrativa	82
Créditos de Liquidação Duvidosa	49	12.1.3 Investimentos	83
4.8 Exigível Operacional	49	12.2 Depósitos e Bloqueios Judiciais	83
4.9 Provisões, Passivos e		13 PASSIVOS E ATIVOS	
Ativos Contingentes	50	CONTINGENTES	84
4.9.1 Provisões e Passivos Contingentes	51	13.1 Passivos Contingentes	84
4.9.2 Depósitos Judiciais e Recursais	51	13.2 Ativos Contingentes	84
4.9.3 Ativos Contingentes	51	13.2.1 Obrigações do Fundo Nacional de	
4.10 Provisões Matemáticas	51	Desenvolvimento – OFND	84
4.11 Equilíbrio Técnico	51	13.2.2 Dividendos da Telebrás	85
4.12 Fundos	51	14 PROVISÕES MATEMÁTICAS	85
4.13 Apuração do Resultado	51	14.1 Plano de Benefícios 1	85
4.14 Custeio Administrativo	51	14.2 Plano de Benefícios PREVI Futuro	87
5 REALIZÁVEL – GESTÃO PREVIDENCIAL	52	15 EQUILÍBRIO TÉCNICO	88
6 REALIZÁVEL – GESTÃO ADMINISTRATIVA	52	15.1 Plano de Benefícios 1	88
7 REALIZÁVEL – INVESTIMENTOS	53	15.2 Plano de Benefícios PREVI Futuro	89
7.1 Títulos Públicos, Créditos Privados e Depósitos ..	54	16 FUNDOS	89
7.1.1 Títulos Para Negociação	56	16.1 Gestão Previdencial	90
7.2 Ações	57	16.2 Gestão Administrativa	91
7.2.1 Ações sem Mercado Ativo e/ou		16.3 Investimentos	92
Bloqueadas – Plano 1	58	17 MUTAÇÃO DO	
7.3 Fundos de Investimento	61	PATRIMÔNIO SOCIAL	93
7.3.1 Títulos para Negociação	64	17.1 Gestão Previdencial	93
7.3.2 Títulos Mantidos até o Vencimento	65	17.2 Resultados e Rentabilidade	
7.3.3 Fundo de Participações	66	por Tipo de Emissor	94
7.4 Derivativos	66	18 GESTÃO ADMINISTRATIVA	94
7.5 Investimentos Imobiliários	68	19 AJUSTES E ELIMINAÇÕES DE	
7.6 Empréstimos e Financiamentos Imobiliários	71	CONSOLIDAÇÃO	97
7.6.1 Empréstimos Simples	72	20 EVENTOS SUBSEQUENTES	98
7.6.2 Financiamentos Imobiliários	73	20.1 Vale S.A. – Rompimento da	
8 PERMANENTE	74	Barragem em Brumadinho	98
9 COMPOSIÇÃO DOS ATIVOS E		21 FATO RELEVANTE	98
ANÁLISE DE SENSIBILIDADE	75		
9.1 Alocação por Segmento	75		



Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas

Exercícios de 2018 e 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicados de outra forma)

1 CONTEXTO OPERACIONAL

A PREVI – Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil (“PREVI” ou “Entidade”), pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos, criada em 1904, é uma entidade fechada de previdência complementar que tem como objetivo a instituição e administração de planos de benefícios, em conformidade com as normas emanadas do Conselho Nacional de Previdência Complementar – CNPC, da Secretaria de Políticas de Previdência Complementar – SPPC e da Superintendência Nacional de Previdência Complementar – Previc.

Os recursos de que a PREVI dispõe são oriundos de contribuições das suas patrocinadoras, Banco do Brasil S.A. e PREVI, e de seus participantes, vertidas de forma paritária, e pelos rendimentos das aplicações desses recursos, que devem obedecer ao disposto em resoluções do Conselho Monetário Nacional – CMN.

Durante o exercício de 2018, a PREVI efetuou diversas operações nos mercados financeiro e de capitais com o Banco do Brasil S.A. e com sua subsidiária BB DTVM S.A., além de outras instituições financeiras. Mantém ainda com o Banco do Brasil S.A. contrato de prestação de serviços de liquidação financeira e custódia de seus ativos de renda fixa e de renda variável, de acordo com a Resolução CMN nº 4.661, de 25/05/2018 e a Resolução CMN nº 4.695, de 27/11/2018.

As entidades de previdência complementar estão isentas de Imposto de Renda Pessoa Jurídica desde janeiro de 2005, e da Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido, de acordo com a Lei nº 11.053, de 29/12/2004, e com a Instrução Normativa SRF nº 588 de 21/12/2005, alteradas pelas Instruções Normativas SRF nº 667 e nº 1.315, de 27/07/2006 e de 03/01/2013, respectivamente.

2 PLANOS ADMINISTRADOS

A PREVI administra três planos de benefícios, que estão inscritos no Cadastro Nacional de Planos

de Benefícios – CNPB das Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPC), mantido pela Previc. Além dos planos de benefícios, a PREVI também possui um Plano de Gestão Administrativa:

- **Plano 1** – CNPB nº: 19.800.001-74, de benefício definido estruturado em regime financeiro de capitalização, em extinção desde 23/12/1997. Participam deste plano aqueles que detinham a condição de associados da PREVI naquela data. O Plano 1, cujos patrocinadores são o Banco do Brasil e a PREVI, é composto pelas partes Geral e Opcional, que proporciona benefícios apenas para os que a contrataram, arcando com as respectivas contribuições. Seus benefícios podem ser:

a) Parte Geral

- › Complemento de Aposentadoria por Tempo de Contribuição;
- › Complemento Antecipado de Aposentadoria;
- › Complemento de Aposentadoria por Invalidez;
- › Complemento de Aposentadoria por Idade;
- › Complemento de Pensão por Morte;
- › Renda Mensal Vitalícia;
- › Renda Mensal de Pensão por Morte; e
- › Renda Mensal Temporária por Desligamento do Plano.

b) Benefícios da Parte Opcional

- › Renda Mensal de Aposentadoria; e
- › Renda Mensal de Pensão por Morte.

- **Plano de Benefícios PREVI Futuro – PREVI Futuro** – CNPB nº: 19.980.035-74, de Contribuição Variável (Contribuição Definida na fase de acumulação para os benefícios programados e Benefício Definido para os benefícios de risco) estruturado em regime financeiro de capitalização. Instituído pelo Banco do Brasil S.A. e pela PREVI para os funcionários que ingressaram a partir de 1998. Este plano



encontra-se ativo. Os benefícios assegurados pelo Plano PREVI Futuro são de dois tipos:

a) Benefícios de Risco

- › Complemento de Aposentadoria por Invalidez; e
- › Complemento de Pensão por Morte.

b) Benefícios Programados

- › Renda Mensal de Aposentadoria;
- › Renda Mensal Antecipada de Aposentadoria;
- › Renda Mensal Vitalícia; e
- › Renda Mensal de Pensão por Morte.

- **Plano de Benefícios Carteira de Pecúlios – Capec** – CNPB nº: 19.040.001-18, de Pagamento Único estruturado em regime financeiro de repartição simples. Executa, sob forma e condições fixadas em regulamento próprio, sistema de pecúlios composto de planos para cobertura de falecimento e invalidez, mantidos com contribuições exclusivas dos seus participantes. Os ativos do Plano Capec são segregados, as reservas são próprias e não se confundem com as dos planos de aposentadorias e de pensões. Este plano encontra-se ativo. Os pecúlios oferecidos atualmente são: Pecúlio por Morte, Especial, Manutença e Invalidez.
- **Plano de Gestão Administrativa – PGA** – tem a finalidade de registrar as atividades referentes à gestão administrativa da PREVI, na forma do seu Regulamento, aprovado pelo Conselho Deliberativo da PREVI por intermédio da Decisão nº 90, de 18/12/2009.

PARTICIPANTES

Situação	Plano 1		PREVI Futuro		Capec	
	2018	2017	2018	2017	2018	2017
Ativos ^{(1) (2)}	10.055	11.035	83.873	84.729	127.104	126.905
Aposentados ⁽²⁾	81.757	81.912	1.000	862		
Pensões ⁽³⁾	18.640	18.254	486	438		
Total	110.452	111.201	85.359	86.029	127.104	126.905
Idade Média da População ⁽⁴⁾	65	64	41	40	58	58

⁽¹⁾ A maioria dos participantes da CAPEC também são participantes do Plano 1 ou PREVI Futuro. ⁽²⁾ Inclui Autopatrocinaados, conforme Parecer Atuarial.
⁽³⁾ Considera apenas as pensões de responsabilidade da PREVI. ⁽⁴⁾ Idade média de participantes ativos e aposentados.

3 APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As Demonstrações Contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis a entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar – CNPC, e observam as seguintes normas específicas: Resolução CNPC nº 29, de 13/04/2018, Anexos A e B da Resolução CNPC nº 8, de 31/10/2011, e suas alterações posteriores e Instrução MPS/SPC nº 34, de 24/09/2009, e suas alterações posteriores. Desde que aplicável, foram observados pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e homologados pelos órgãos reguladores.

De acordo com as normas específicas, são apresentadas as seguintes demonstrações, respectivamente com a finalidade de evidenciar:

- **Balço Patrimonial** - De forma consolidada, os saldos das contas de ativo, passivo e patrimônio social dos planos.
- **Demonstração da Mutação do Patrimônio Social – DMPS** - De forma consolidada, as modificações ocorridas no Patrimônio Social dos planos.
- **Demonstração do Ativo Líquido – DAL** - Por plano de benefícios, a composição do ativo líquido disponível para cobertura das obrigações atuariais.



- **Demonstração da Mutação do Ativo Líquido – DMAL** - Por plano de benefícios, as muta es ocorridas no Ativo Líquido ao final do exercício.
- **Demonstr o do Plano de Gestão Administrativa – DPGA** - De forma consolidada, o resultado da atividade administrativa da Entidade e as muta es do fundo administrativo ocorridas ao final do exercício.
- **Demonstr o das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios – DPT** - Por plano de benefícios, a composi o das Provisões Técnicas.

As Demonstra es Contábeis consolidadas incluem os saldos das contas dos Planos de Benefícios 1, PREVI Futuro, Capec e do PGA. Cada plano de benefícios tem sua contabilidade estruturada em Gestão Previdencial e Investimentos.

A moeda funcional e de apresenta o destas Demonstra es Contábeis   o Real (R\$). Essa   a moeda do principal ambiente econômico em que a PREVI opera.

Os ajustes e elimina es necessários   consolida o das Demonstra es Contábeis foram realizados de acordo com o item 29 do Anexo A da Instru o MPS/SPC n  34, de 24/09/2009. As contas passíveis desses ajustes e elimina es, dentre outras, são “Superávit Técnico”, “Déficit Técnico”, “Migra es entre Planos”, “Compens es de Fluxos Previdenciais”, “Participa o no Plano de Gestão Administrativa” e Participa o no Fundo Administrativo PGA” (Nota 19).

As Demonstra es Contábeis foram aprovadas pelo Conselho Deliberativo em 28/02/2019.

4 PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

4.1 PREMISSAS E ESTIMATIVAS CONTÁBEIS

A Administra o se utiliza de julgamentos na determina o e registro de estimativas contábeis. A determina o dessas estimativas levou em considera o experiências de eventos passados e correntes, pressupostos relativos a eventos futuros e outros fatores objetivos e subjetivos. As principais mensura es patrimoniais que utilizam estimativas ou premissas por parte da Administra o são: provisão para demandas previdenciais, trabalhistas, fiscais e cíveis, valor justo de determinados instrumentos financeiros, valor justo dos ativos imobiliários, defini o da vida útil de determinados ativos, passivos atuariais e outras provisões. A liquida o das transa es envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes

dos registrados nas Demonstra es Contábeis, devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determina o.

4.2 GESTÃO DE RISCOS

A PREVI entende que para atender aos seus compromissos de pagamentos de benefícios e pensões precisa gerir de forma adequada os seus investimentos e considerar a totalidade de riscos a que está exposta em suas diversas classes de ativos, em conformidade com as normas em vigor, com destaque   Resolu o CMN n  4.661, de 25/05/2018 e a Resolu o CMN n  4.695, de 27/11/2018, e a Resolu o CGPC n  13, de 01/10/2004.

A gestão de riscos considera alguns conceitos e parâmetros como o impacto das varia es de preços negociados no mercado financeiro e de capitais (risco de mercado), os riscos provenientes do não pagamento de obriga es assumidas por contrapartes (risco de crédito), riscos decorrentes de não disponibilidade de recursos (risco de liquidez), o risco de ocorrência de déficits futuros (risco de solvência), o risco da não forma o de reserva adequada em fun o da ado o de premissas atuariais não aderentes   popula o do plano (risco atuarial), o risco de perdas decorrentes de falha, deficiência ou inadequa o de processos internos, pessoas, sistemas e eventos externos (risco operacional) ou de a es legais (risco legal).

- **Risco de Mercado** – O gerenciamento do risco de mercado dos ativos da PREVI considera diversas métricas para sua mensura o e acompanhamento. A sele o da métrica mais apropriada depende diretamente do objetivo do portfólio, sua meta e dos tipos de instrumentos financeiros considerados. Algumas das métricas utilizadas são:
 - Value-at-Risk (VaR)** – calculado diariamente usando a metodologia não paramétrica, com cenário histórico de 504 dias úteis, utilizando opcionalmente a técnica do EWMA – média móvel ponderada exponencialmente – para os cenários históricos, com fator de decaimento de 0,93 (métrica mais utilizada para ativos líquidos com gestão ativa). Para compara o com o mercado, calcula-se também o VaR da carteira teórica dos diversos *benchmarks* cadastrados (IBrX, IMA etc.). O intervalo de confiança padrão adotado pela PREVI   de 99%.
 - Divergência Não Planejada (DNP)** – calculada mensalmente, utilizando geralmente o retorno acumulado de 12 e 36 meses. O *benchmark* utilizado pode ser o atuarial do plano (para análise de desempenho) ou qualquer *benchmark*



predeterminado pela Política de Investimentos, dependendo do objetivo da carteira. Apesar de a DNP ser essencialmente uma medida de desempenho, serve com um bom indicador do risco de solvência do plano principalmente quando utiliza o atuarial como *benchmark*.

c) Tracking Error (TE) – indica a intensidade da variação do descolamento entre a rentabilidade de uma carteira/ativo e um *benchmark*. Tipo de medida utilizada principalmente para ativos de gestão passiva. Representa o risco do desempenho de uma carteira não refletir o desempenho do *benchmark*. É normalmente calculado com o horizonte de 12 e 36 meses.

d) Simulações de Stress – apresenta uma simulação de perda/ganho dado o acontecimento de um determinado cenário. Os cenários utilizados podem refletir os choques usualmente observados no mercado e/ou cenários traçados com base em projeções macroeconômicas. A periodicidade pode ser semanal, mensal, ou eventual, previamente à realização de alguma operação relevante. Além dos cenários de choque nos fatores de risco, existem os choques nas posições, simulando compra/venda de ativos e seu impacto no risco global.

• **Risco de Crédito** – Pode ser segmentado em três grandes conjuntos:

a) Risco de Crédito de Instituições Financeiras

– utiliza metodologia própria para cálculo de *rating* interno e limite operacional para instituições financeiras. A aplicação dessa metodologia é feita por sistema institucional, integrado a outros sistemas da PREVI. Além do *rating* interno e limite operacional, há um processo de acompanhamento diário de fatos de mercado e de avaliação da qualidade de crédito de contrapartes.

b) Risco de Crédito de Instituições Não Financeiras

– utiliza metodologia própria para obtenção de *rating* interno para operações com instituições não financeiras. Esse processo também engloba a análise do risco de operações estruturadas, o que demanda uma avaliação da estrutura da operação proposta.

c) Risco de Crédito de Operações com Participantes

– utiliza metodologia de cálculo de fundo de *hedge* e liquidez, que visa à formação de reserva para suportar eventos de inadimplência ou descasamento

de taxas, tanto na carteira de Empréstimos a Participantes quanto na de Financiamentos Imobiliários.

• **Risco de Liquidez e Solvência** – O Risco de Liquidez no curto prazo é acompanhado e mitigado por meio da formação de um caixa mínimo, composto por ativos de altíssima liquidez, em volume suficiente para arcar com o pagamento de benefícios para os próximos seis meses. Para o longo prazo realizamos o *cash flow matching*, que tem como objetivo o casamento de fluxo de caixa no médio e no longo prazo, visando mitigar riscos de liquidez dos próximos anos. O caixa mínimo e o *cash flow matching* são calculados mensalmente e acompanhados pela Diretoria de Investimentos a fim de aproveitar as oportunidades de mercado.

O Risco de Solvência é medido pelo impacto das projeções de resultado no balanço da Entidade. Os cenários que impactam os fatores de riscos são gerados utilizando o método de Monte Carlo. Dessa maneira, há uma projeção das necessidades de caixa e do resultado de cada plano, ao longo do tempo, que permite fazer uma alocação de recursos mais eficiente.

A combinação do risco de liquidez e do risco de solvência é o centro do processo de ALM (Gestão de Ativos e Passivos). Além das projeções, é utilizada a simulação do passivo estocástico (ver Risco do Passivo Atuarial). Dessa forma, são traçadas estratégias de alocação futura de recursos, visando garantir liquidez e solvência do plano no longo prazo.

• **Risco Operacional** – A PREVI utiliza metodologia própria para identificação e avaliação anual do nível de criticidade (extrema, alta, média e baixa) e da perda financeira potencial dos riscos operacionais, a partir de uma análise de probabilidade, impactos (financeiro, de imagem e legal), fragilidades e controles.

Os riscos de criticidade baixa e média são mantidos sob supervisão, de forma que qualquer variação que possa ocasionar a sua materialização seja tempestivamente identificada e devidamente corrigida.

Os riscos de criticidade extrema e alta são tratados por meio de planos de ação com o objetivo de implementar ou aprimorar controles que sejam capazes de reduzir a probabilidade de materialização do risco a níveis aceitáveis.

O comportamento dos riscos é monitorado tanto para atestar se estes foram devidamente



mitigados quanto para subsidiar a composição dos indicadores-chave de risco. Também são monitoradas as ações corretivas para tratamento das falhas operacionais nos processos da PREVI.

- **Risco Legal** – Refere-se à possibilidade de perdas financeiras decorrentes do descumprimento de dispositivos legais que importem em: (i) sanções impostas por órgãos de supervisão e controle; (ii) indenizações por danos a terceiros; ou (iii) criação de tributos ou nova interpretação quanto à sua incidência. Seu acompanhamento é constante e envolve o provisionamento dos processos judiciais e/ou administrativos a partir da classificação da probabilidade de perda estimada pela Administração da PREVI com base no CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (“provável”, “possível” ou “remota”) e da mensuração dos valores envolvidos. Paralelamente, são elaboradas ações mitigadoras junto às partes envolvidas.
- **Risco do Passivo Atuarial** – É o risco de não formação de reserva adequada em função da adoção de premissas atuariais não aderentes à população do plano, tais como aumento de longevidade, alteração na taxa de entrada em invalidez etc. Uma inovação complementar ao cálculo normalmente realizado para o passivo atuarial é o cálculo do passivo estocástico: para cada participante são simulados diversos caminhos aleatórios, o que faz com que cada participante possua uma distribuição de possíveis provisões matemáticas. O total desse conjunto de provisões matemáticas forma a reserva matemática estocástica, que é utilizada no processo de ALM para a mensuração do risco de solvência. Por se tratar de uma distribuição, conceitos estatísticos como intervalo de confiança, desvio-padrão etc. podem ser aplicados para melhor mensuração da probabilidade de insolvência no futuro.

Neste processo, cada reserva matemática da distribuição considera uma projeção de fluxo de caixa atuarial, que por sua vez é utilizada pelo ALM para determinação do risco de liquidez.

Dessa forma, o processo de ALM é realizado de maneira completamente estocástica, tanto pelo lado dos ativos quanto pelo lado do passivo atuarial.

4.3 GESTÃO PREVIDENCIAL

Representa os recursos a receber de cada plano de benefícios, relativos às contribuições normais

dos patrocinadores, participantes, assistidos e autopatrocinados, observando-se o plano de custeio, assim como os adiantamentos do INSS, depósitos judiciais e recursais.

4.4 GESTÃO ADMINISTRATIVA

Registra as receitas e despesas inerentes às atividades administrativas da Entidade. A apuração da participação dos planos de benefícios no Fundo Administrativo prevista no Regulamento do PGA é feita da seguinte forma:

- a) A rentabilidade obtida pela aplicação dos recursos do Fundo Administrativo será creditada mensalmente ao Fundo, de forma proporcional à parcela registrada para cada Plano no último dia do mês anterior.
- b) Os recursos arrecadados para o custeio do PGA, oriundos das contribuições dos participantes e patrocinadores, serão creditados no Fundo Administrativo, de forma que a arrecadação oriunda de cada plano seja incorporada ao saldo do respectivo Plano.
- c) As despesas administrativas comuns da PREVI serão suportadas pelo Fundo Administrativo. A totalidade das despesas comuns incorridas mensalmente, deduzidas as receitas administrativas, será debitada do Fundo, impactando o saldo registrado em nome de cada Plano de forma proporcional à sua parcela verificada no último dia do mês.
- d) As despesas administrativas específicas de cada plano de benefícios serão integralmente deduzidas do saldo do Fundo Administrativo relativo ao respectivo plano de benefícios.

4.5 INVESTIMENTOS

Os limites operacionais de aplicações dos recursos garantidores das provisões matemáticas e fundos são determinados pela Resolução CMN nº 4.661, de 25/05/2018 e a Resolução CMN nº 4.695, de 27/11/2018.

Para precificação dos títulos e valores mobiliários, conforme indica a Instrução MPS/SPC nº 34, de 24/09/2009, utilizamos os critérios definidos na Deliberação CVM nº 699, de 20/12/2012, que estabelece três níveis de hierarquia para mensuração do valor justo:

- **Nível 1** – Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos, para ativos e passivos idênticos a que a Entidade possa ter acesso na data de mensuração.



- **Nível 2** – Informações (*inputs*) que são observáveis para o ativo ou o passivo, seja direta ou indiretamente, exceto preços cotados incluídos no Nível 1.
- **Nível 3** – Dados não observáveis para o ativo ou o passivo.

4.5.1 Instrumentos Financeiros

4.5.1.1 Títulos Públicos, Créditos Privados e Depósitos

São classificados e registrados como “Títulos para negociação” e “Títulos mantidos até o vencimento” conforme norma específica do CNPC. Os títulos de renda fixa são registrados ao custo de aquisição, incluídas as corretagens e emolumentos, acrescidos dos rendimentos auferidos *pro rata die* até a data das Demonstrações Contábeis.

Os títulos classificados como “para negociação” são ajustados ao valor de mercado.

Para os títulos que não possuem mercado ativo, a PREVI emprega as seguintes metodologias de precificação:

- preço referencial indicativo de entidade de renome que represente instituições que atuam no mercado financeiro e de capitais brasileiros (exemplo: Anbima); ou
- custo amortizado com aplicação do teste de *impairment* considerado o risco de crédito do emissor. Caso o emissor não tenha risco de crédito calculado por nenhuma empresa de *rating*, a PREVI atribui o grau de risco máximo.

4.5.1.2 Ações

As ações adquiridas no mercado à vista são registradas em sua mensuração inicial pelo custo de aquisição, acrescido de despesas de corretagem e de outras taxas. Nas mensurações subsequentes, são precificadas ao valor de mercado pela cotação de fechamento na data mais próxima à de encerramento das Demonstrações Contábeis. Os rendimentos como bonificações, dividendos e juros sobre capital próprio são registrados pelo regime de competência e são reconhecidos contabilmente a partir da data em que a ação ficou ex-dividendo.

Para as ações sem um mercado ativo, o valor justo é baseado em cotações de operadores de mercado, modelos de precificação, fluxo de caixa descontado ou técnicas similares.

4.5.1.3 Derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos são utilizados para proteger, no todo ou em parte, dos riscos decorrentes das exposições às variações no valor de mercado de ativos financeiros e são considerados instrumentos de proteção (*hedge*), em obediência à Política de Investimentos da Entidade. O registro contábil das operações com derivativos obedece às normas emanadas pelo CNPC e CVM, com aderência à Política Contábil da Previ.

A PREVI utiliza o *hedge* com o objetivo de proteger suas operações contra os riscos de flutuação no mercado de ações. Essa metodologia não é utilizada para fins especulativos em consonância às Políticas de Investimentos dos Planos de Benefícios.

O valor justo dos derivativos é determinado pelo modelo de precificação de mercado observável (por meio de provedores de informações) e amplamente utilizado pelos agentes de mercado para mensuração de instrumentos similares. Para os derivativos que não possuem cotação em mercados ativos, utiliza-se o modelo de precificação *Black & Scholes*.

4.5.1.4 Fundos de Investimentos

São contabilizados pelo valor efetivamente desembolsado nas aquisições de cotas e podem incluir custos de transação em sua mensuração inicial. Os montantes relativos aos fundos de investimentos são representados pelo valor de suas cotas na data de encerramento das Demonstrações Contábeis, e alguns ativos relevantes alocados nesses fundos são precificados ao valor justo (nível 2), caso haja preço cotado em mercado ativo.

4.5.1.5 Empréstimos e Financiamentos Imobiliários

São operações com participantes, e seus saldos incluem principal, juros e atualização monetária até a data de encerramento das Demonstrações Contábeis. O registro é feito pelo custo amortizado e as operações estão sujeitas à provisão para créditos de liquidação duvidosa.

4.5.2 Propriedade para Investimento

4.5.2.1 Investimentos Imobiliários

São registrados ao custo de aquisição ou construção e são ajustados periodicamente, por meio de avaliações a valor de mercado em, no máximo, três anos. Os investimentos imobiliários do Plano 1 são reavaliados a cada dois anos e os do plano PREVI Futuro anualmente. Os ajustes da reavaliação, positivos ou negativos, são contabilizados nas



contas específicas de resultado de acordo com norma específica da Previc.

Para determinação dos valores dos imóveis são utilizados os métodos de Capitalização da Renda e Comparativo Direto de Dados de Mercado. O método de Custo de Reprodução é utilizado para divisão dos valores entre Terreno e Benfeitorias, conforme Norma Brasileira para Avaliações de Bens (NBR) da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

Os valores registrados como a receber a título de aluguéis e de alienação são atualizados pelos índices contratados, acrescidos de multa e juros em caso de inadimplência.

4.6 IMOBILIZADO E INTANGÍVEL

Correspondem aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos e incorpóreos, destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade, que contribuem para a formação do resultado de mais de um exercício, usados para fins administrativos.

Os bens corpóreos são demonstrados ao custo de aquisição, líquido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear de acordo com a vida útil-econômica estimada.

Os bens incorpóreos constituem o ativo intangível abrangido pelo CPC 04 (R1) e estão sujeitos ao teste anual de *impairment*, caso não tenham vida útil definida. As estimativas desses ativos não monetários identificáveis e sem substância física observam as normas do CFC. Caso um item abrangido pelo CPC 04 (R1) não atenda à definição de ativo intangível, os gastos incorridos na sua aquisição ou geração interna são reconhecidos como despesa do exercício. Os softwares constituem o ativo intangível e são registrados ao custo, deduzidos da amortização pelo método linear durante a vida útil-econômica estimada, a partir da data da sua disponibilidade para uso, de acordo com o item 23 das Normas Complementares da Instrução MPS/SPC nº 34, de 24/09/2009.

BENS	Taxa Anual % Depreciação / Amortização
Computadores e Periféricos	20%
Máquinas e Equipamentos	10%
Móveis e Utensílios	10%
Intangível	20%

4.7 PROVISÃO PARA PERDAS E PARA CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA

As Provisões para Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD) são registradas para os direitos creditórios mensurados ao custo amortizado e contabilizadas em conta de resultado, em contrapartida com a conta redutora do respectivo segmento do ativo. Os investimentos sujeitos à Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD) são apresentados por seu valor líquido.

Perda por *Impairment* – um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo financeiro. A análise de recuperabilidade é uma análise comparativa do valor do ativo para verificar se o mesmo está desvalorizado. Considera-se ativo desvalorizado quando seu valor contábil excede seu valor recuperável. A análise de recuperabilidade deve ser realizada, no mínimo, a cada encerramento de exercício.

A PREVI constitui provisões para perdas em investimentos decorrentes de redução ao valor recuperável, considerados os riscos e incertezas e, para os direitos creditórios de liquidação duvidosa, segundo critérios definidos no item 11 das Normas Complementares da Instrução MPS/SPC nº 34, de 24/09/2009, e apresentados abaixo.

PCLD		Faixa de Provisionamento ⁽¹⁾
Atraso (em dias)		
De	Até	
61	120	25%
121	240	50%
241	360	75%
≥ 361		100%

⁽¹⁾ Incidem sobre os créditos vencidos e vincendos.

4.8 EXIGÍVEL OPERACIONAL

Estão demonstrados valores conhecidos ou calculáveis com critérios apropriados e consistentes. Estão acrescidos, quando aplicável, de encargos e variações monetárias, representados por obrigações presentes decorrentes de acordos firmados com o patrocinador Banco do Brasil S.A., por direitos a benefícios pelos participantes e por obrigações fiscais.



4.9 PROVISÕES, PASSIVOS E ATIVOS CONTINGENTES

4.9.1 Provisões e Passivos Contingentes

São passivos de prazo ou valor incerto, em conformidade com a definição do pronunciamento técnico CPC 25, homologada pelo CFC e ratificada pelo CNPC. A Entidade é parte em diversos processos judiciais e/ou administrativos (Nota 12) e suas provisões são constituídas para todos os processos em que a Entidade é ré e representam perda provável ou se encontram em fase de execução.

Nos processos em que a Entidade é ré e que o risco de perda é classificado como possível, ocorre apenas a evidenciação em Nota Explicativa e, quando a probabilidade de perda for remota, não há constituição de provisão e/ou divulgação nas Demonstrações Contábeis.

Para os processos em que a Entidade é autora, a chance de êxito é classificada como possível ou provável. Adicionalmente, quando há previsão de honorários de êxito no contrato com os escritórios terceirizados, há constituição da respectiva provisão para honorários. A avaliação da probabilidade de perda dos processos é feita pelos advogados internos, com classificação das contingências conforme resolução do CFC, incluindo a análise das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, a jurisprudência disponível e decisões mais recentes dos tribunais, conforme sua relevância no ordenamento jurídico.

O valor da provisão é obtido por meio de cálculo prévio a depender da natureza e do objeto do pedido da ação judicial para os processos em fase de conhecimento. Para os processos em fase de execução, o cálculo da provisão leva em conta o valor exato da execução da demanda judicial assim como o valor da atualização monetária dos depósitos judiciais e recursais.

As provisões são revisadas, no mínimo, a cada encerramento do exercício. A Administração acredita que as provisões constituídas para os processos judiciais e administrativos são suficientes para atender a eventuais perdas decorrentes desses processos.

4.9.2 Depósitos Judiciais e Recursais

Os depósitos judiciais têm por finalidade garantir o juízo para discussão de valores em processos

judiciais na fase de cumprimento de sentença, quando a Entidade é ré no processo. Já os depósitos recursais são efetuados somente na justiça do trabalho e permitem que a Entidade apresente recurso caso tenha sido sucumbente na demanda.

Os depósitos judiciais e recursais são registrados na Gestão Previdencial, Gestão Administrativa, bem como em Investimentos.

Todos os depósitos judiciais e recursais são registrados pelos valores depositados e atualizados monetariamente.

4.9.3 Ativos Contingentes

A Entidade se utiliza dos seguintes conceitos:

- **Praticamente Certo** – reflete uma situação na qual um evento futuro é certo, apesar de não ocorrido. A certeza advém de situações cujo controle está com a administração da Entidade e depende apenas dela, ou de situações em que há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos. Neste caso, a Entidade reconhece o Ativo pois este não é contingente.
- **Provável** – quando o posicionamento dominante nos tribunais é favorável à tese jurídica da Entidade envolvida na demanda. Neste caso, apenas divulga em Notas Explicativas o Ativo Contingente (Nota 13.2).
- **Possível e Remota** – nestes casos, a Entidade não reconhece e não divulga em Notas Explicativas ou porque não há posicionamento predominante nos tribunais ou o posicionamento dominante é contrário à tese jurídica da Entidade, respectivamente.

4.10 PROVISÕES MATEMÁTICAS

As provisões matemáticas dos planos de benefícios, chamadas de reservas matemáticas no parecer atuarial, correspondem ao valor presente dos compromissos futuros líquidos do Plano, apurado atuarialmente, para o pagamento dos benefícios previstos no Regulamento:

- **Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos** – representam os compromissos futuros do Plano com os benefícios já concedidos para os aposentados e pensionistas, líquido das contribuições futuras, quando houver.



- **Provisões Matemáticas de Benefícios a Conceder** – representam os compromissos futuros líquidos do Plano com os participantes em atividade.
- **Provisões Matemáticas a Constituir** – correspondem à parcela de provisão a constituir relativa aos empregados do Banco do Brasil com posse até 14/04/1967, que vem sendo integralizada na forma do Acordo celebrado em 1997, aditado em 1998, bem como ao valor das provisões matemáticas garantidoras do complemento adicional de aposentadoria do Grupo Especial disciplinado no contrato firmado em 2012 (Nota 14.1).

As estimativas das provisões matemáticas são calculadas de acordo com as premissas apresentadas anualmente no parecer atuarial da Entidade e de acordo com o regulamento do respectivo plano de benefícios.

4.11 EQUILÍBRIO TÉCNICO

Apurado pela diferença entre o Ativo Líquido e as Provisões Matemáticas e Fundos Previdenciais. O Superávit Técnico Acumulado é registrado em Reserva de Contingência até o limite definido em lei. O que ultrapassa este limite é registrado em Reserva Especial para Revisão de Plano a cada exercício, conforme determina a legislação vigente. O Déficit Técnico Acumulado registra a insuficiência patrimonial em relação aos compromissos totais do plano de benefícios.

O cálculo do Superávit/Déficit Técnico Acumulado e o respectivo registro em Reserva de Contingência são contabilizados segundo normas do CNPC e da Previc.

4.12 FUNDOS

São registrados recursos destinados a um propósito específico, conforme a seguir:

- **Previdenciais** – são fundos criados a partir de avaliação atuarial. A exceção é o Fundo de Renda Certa, que é financeiro. Têm sua destinação especificada no Parecer Atuarial.
- **Administrativo** – o Fundo Administrativo tem por finalidade garantir os recursos futuros necessários à manutenção da estrutura administrativa da Entidade. O Fundo é constituído pela diferença positiva entre os recursos para o custeio administrativo e os gastos realizados pela Entidade na administração dos planos de benefícios.

- **Investimentos** – são fundos constituídos para fazer face à quitação de Empréstimos Simples e de Financiamentos Imobiliários em caso de morte do mutuário, de resíduos existentes após o prazo contratual, no caso de financiamentos, e de risco de crédito da carteira de empréstimos, depois de esgotadas todas as medidas cabíveis de recuperação. Sua constituição ocorre a partir de taxas contratuais cobradas dos mutuários.

4.13 APURAÇÃO DO RESULTADO

Representa as adições e deduções da gestão previdencial, receitas e despesas da gestão administrativa e as rendas ou variações positivas e deduções ou variações negativas dos investimentos registradas pelo regime de competência, que estabelece a apuração de resultado nos períodos em que ocorrerem, independentemente do seu recebimento ou pagamento.

4.14 CUSTEIO ADMINISTRATIVO

Representa o valor líquido das importâncias transferidas à Gestão Administrativa para cobertura dos gastos com a Gestão Previdencial e Investimentos dos respectivos planos de benefícios.

O custeio administrativo tem origem nas seguintes fontes:

- **Custeio Administrativo da Gestão Previdencial** – corresponde a 4% dos recursos previdenciais ordinários arrecadados mensalmente nos Planos de Benefícios 1 e PREVI Futuro e a 2,5% das contribuições da Capec. As despesas que excederem esses percentuais serão cobertas pelo Fundo Administrativo.
- **Custeio Administrativo de Investimentos** – baseia-se na transferência mensal de recursos dos Investimentos correspondentes aos gastos administrativos realizados na sua gestão (Nota 18).



5 REALIZÁVEL – GESTÃO PREVIDENCIAL

Apresentamos abaixo o realizável da gestão previdencial que registra, além dos depósitos judiciais e recursais de natureza previdencial, o adiantamento realizado no dia 20/12/2018 dos benefícios de responsabilidade do INSS, cujo ressarcimento ocorre no quinto dia útil do mês subsequente (Nota 4.3).

Descrição	PLANO 1		PREVI Futuro		Capec		Consolidado ⁽¹⁾	
	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017
Adiantamento por Conta do INSS	236.233	230.008	3.051	2.669	0	0	239.284	232.677
Depósitos Judiciais ⁽²⁾ ⁽³⁾	3.069.052	2.705.238	347	298	9.325	7.791	3.078.724	2.713.327
Bloqueios Judiciais ⁽³⁾	11.750	9.626	0	0	0	0	11.750	9.626
Demais Realizáveis	2.718	1.851	322	150	2	0	2.097	1.065
Total	3.319.753	2.946.723	3.720	3.117	9.327	7.791	3.331.855	2.956.695

⁽¹⁾ Ajustes e eliminações para consolidação detalhados na Nota 19. ⁽²⁾ Ingresso de processos na fase de execução com necessidade de depósito judicial.

⁽³⁾ Vide Nota 12.2.

6 REALIZÁVEL – GESTÃO ADMINISTRATIVA

Descrição	2018	2017
Gestão Administrativa	311.689	286.575
Contas a Receber	338	431
Despesas Antecipadas	944	207
Depósitos Judiciais / Recursais ⁽¹⁾	308.190	281.855
Trabalhistas	4.670	5.634
INSS de Cooperativas	0	4.897
PIS/Cofins	303.520	271.324
Demais Realizáveis	2.217	4.082

⁽¹⁾ Vide Nota 12.2.



7 REALIZÁVEL – INVESTIMENTOS

A carteira de investimentos consolidada é composta por Títulos Públicos, Créditos Privados e Depósitos, Ações, Fundos de Investimento, Derivativos, Investimentos Imobiliários, Empréstimos e Financiamentos e Depósitos Judiciais/Recursais. Alcançou o montante de R\$ 201.950.054 (R\$ 180.407.835, em 2017), a seguir demonstrado.

INVESTIMENTOS - Consolidado	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Custo Amortizado	2018	2017
Títulos Públicos	⁽¹⁾ 90.823	0	0	0	90.823	83.632
Títulos Públicos Federais	90.823	0	0	0	90.823	83.632
Créditos Privados e Depósitos	893.100	2.070.084	2.433.695	0	5.396.879	8.144.533
Instituições Financeiras	0	0	1.632.171	0	1.632.171	1.909.274
Companhias Abertas	893.100	⁽²⁾ 2.070.084	0	0	2.963.184	2.886.579
Patrocinador	0	0	801.524	0	801.524	3.348.680
Ações	37.204.633	8.871.057	0	0	46.075.690	46.957.740
Instituições Financeiras	7.390.021	0	0	0	7.390.021	6.678.224
Companhias Abertas	20.969.914	8.871.057	0	0	29.840.971	32.028.815
Patrocinador	8.778.234	0	0	0	8.778.234	8.139.479
Empréstimos de ações	66.464	0	0	0	66.464	111.222
Fundos de Investimento	220.435	79.620.451	0	52.777.829	132.618.715	108.122.045
Fundo de Renda Fixa	0	27.743.999	0	⁽³⁾ 52.574.923	80.318.922	69.362.463
Fundo de Ações	0	50.910.589	0	0	50.910.589	37.541.012
Fundo Multimercado	0	151.203	0	0	151.203	145.756
Fundo de Direitos Creditórios	11.342	0	0	149.244	160.586	5.146
Fundo de Empresas Emergentes	0	3	0	0	3	4.830
Fundo de Participações	204.311	814.657	0	⁽⁴⁾ 53.662	1.072.630	1.058.121
Fundo Imobiliário	4.782	0	0	0	4.782	4.717
Derivativos	0	62.279	0	0	62.279	0
Investimentos Imobiliários	0	⁽⁵⁾ 5.590.067	⁽⁶⁾ 4.841.435	0	10.431.502	10.138.259
Empréstimos	0	0	0	6.111.512	6.111.512	5.820.047
Financiamentos Imobiliários	0	0	0	1.116.600	1.116.600	1.100.489
Depósitos Judiciais/ Recursais	46.054	0	0	0	46.054	41.090
Total	38.455.045	96.213.938	7.275.130	60.005.941	201.950.054	180.407.835

⁽¹⁾ Títulos Públicos Federais bloqueados e oferecidos como garantia nos processos em que a Entidade é autora. ⁽²⁾ Metodologia própria para as debêntures sem cotação de mercado. ⁽³⁾ Títulos Mantidos até o Vencimento dos Fundos Exclusivos (Nota 7.3.2). ⁽⁴⁾ Avaliados ao custo, conforme regulamento do Fundo. ⁽⁵⁾ Avaliados ao valor justo e depreciados pela vida útil estimada. ⁽⁶⁾ Shopping Centers e imóvel Torre Matarazzo avaliados pelo método de Fluxo de Caixa Descontado.



7.1 TÍTULOS PÚBLICOS, CRÉDITOS PRIVADOS E DEPÓSITOS

CARTEIRA	PLANO 1		PREVI Futuro		Capec		PGA		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017
Títulos Públicos	⁽¹⁾ 90.823	83.632	0	0	0	0	0	0	90.823	83.632
Créditos Privados e Depósitos	3.771.277	6.449.756	1.329.037	1.392.831	86.419	86.161	210.146	215.785	5.396.879	8.144.533
Instituições Financeiras	903.571	1.160.435	502.701	522.723	86.419	86.161	139.480	139.955	1.632.171	1.909.274
Companhias Abertas	⁽²⁾ 2.175.055	2.133.065	728.951	707.128	0	0	59.178	46.386	2.963.184	2.886.579
Patrocinador (Nota 10)	692.651	3.156.256	97.385	162.980	0	0	11.488	29.444	801.524	3.348.680
Total	3.862.100	6.533.388	1.329.037	1.392.831	86.419	86.161	210.146	215.785	5.487.702	8.228.165

⁽¹⁾ Títulos Públicos Federais bloqueados e oferecidos como garantia nos processos em que a Entidade é autora. ⁽²⁾ Valor líquido - deduzida provisão de R\$ 8.828.124 (R\$ 7.279.124, em 2017) referente às debêntures de Invesc, bem como a provisão no valor de R\$ 5.589 aplicada às debêntures repactuadas do Parque Hopi Hari.

Detalhamos a seguir as baixas das debêntures emitidas pelas empresas Embaúba e Teka, já provisionadas desde 12/1984 e 11/2009, respectivamente. As baixas dos ativos não causarão prejuízo à tese de defesa na esfera judicial.

BAIXAS DE PROVISÕES	Tipo	Provisão	Valor
			2018
Teka	Debêntures Não Conversíveis	11/2009	54.828
Embaúba	Debêntures Conversíveis	12/1984	25
Total			54.853



Cinco Maiores Emissores por Plano	Tipo	Vencimento	Taxa média negociada	Qtde.	Valor	Carteira (%)	
Plano 1	Banco do Brasil S.A.	Letra Financeira	15/04/20 e 16/05/22	IPCA + 5,30% e 8,08% a.a.	740	692.651	18,4
	Itaú Unibanco S.A.	Letra Financeira	21/11/22	IPCA + 5,27% a.a.	250	490.563	13,0
	Vale S.A.	Debênture não conversível	(3)	IGPM	28.427.849	397.990	10,6
	NCF Participações S.A.	Debênture não conversível	23/12/20	CDI (112,00%)	21.000	212.524	5,6
	Banco Bradesco S.A.	Letra Financeira	22/03/19 a 18/11/19	IPCA + 6,55% a 6,90% a.a. e TMS (2) (105,65%)	157	199.943	5,3
	Total					1.993.671	52,9 (1)
PREVI Futuro	Banco Safra S.A.	Letra Financeira	21/01/19 a 15/12/20	IPCA + 5,70% a 6,91% a.a. e TMS (2) (103,35% e 103,41%)	192	218.664	16,5
	Banco Bradesco S.A.	Letra Financeira	22/03/19 a 18/11/19	IPCA + 6,55% a 6,90% a.a. e TMS (2) (105,65%)	127	161.740	12,2
	Banco do Brasil S.A.	Letra Financeira	15/04/20 e 16/05/22	IPCA + 5,30% e 8,08% a.a.	100	97.385	7,3
	Concessionária Auto Raposo Tavares S.A.	Debênture não conversível	15/12/24	IPCA + 5,80% e 6,05% a.a.	60.000	75.876	5,7
	Banco Santander S.A.	Letra Financeira	22/03/19	TMS (2) (105,50%)	45	59.049	4,4
	Total					612.714	46,1 (1)
Capec	Banco Safra S.A.	Letra Financeira	21/01/19 a 15/12/20	IPCA + 5,70% a 6,91% a.a. e TMS (2) (103,35% e 103,41%)	30	34.705	40,2
	Banco Bradesco S.A.	Letra Financeira	22/03/19 a 15/10/19	IPCA + 6,55% a 6,90% a.a. e TMS (2) (105,65%)	15	19.089	22,1
	Banco BTG Pactual S.A.	Letra Financeira e CDB	24/04/19 e 15/04/21	IPCA + 6,52% a.a. e TMS (2) (104,50%)	10.005	15.420	17,8
	Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A.	Letra Financeira	23/06/20	TMS (2) (106,50%)	10	10.644	12,3
	Banco Santander S.A.	Letra Financeira	22/03/19	TMS (2) (105,50%)	5	6.561	7,6
	Total					86.419	100,0 (1)
PGA	Banco Bradesco S.A.	Letra Financeira	22/03/19 a 18/11/19	IPCA + 6,55% a 6,90% a.a. e TMS (2) (105,65%)	51	64.839	30,8
	Banco Safra S.A.	Letra Financeira	21/01/19 a 15/12/20	IPCA + 5,70% a 6,91% a.a. e TMS (2) (103,35 e 103,41%)	36	42.014	20,0
	Cemig Geração e Transm. S.A.	Debênture não conversível	15/02/22	IPCA + 6,20% a.a.	9.800	15.505	7,4
	Banco BTG Pactual S.A.	Letra Financeira e CDB	24/04/19 e 15/04/21	IPCA + 6,52% a.a. e TMS (2) (104,50%)	10.005	15.420	7,3
	Banco do Brasil S.A.	Letra Financeira	15/04/20	IPCA + 5,30%	10	11.488	5,5
	Total					149.266	71,0 (1)

(1) Representatividade na carteira própria que não se encontram em Fundos de Investimento. (2) Taxa Média Selic ou taxa Selic Over é apurada no Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic) e obtida mediante o cálculo da taxa média ponderada e ajustada das operações de financiamento por um dia, lastreadas em títulos públicos federais e cursadas no referido Sistema na forma de operações compromissadas. (3) Debênture de prazo indeterminado.



Em observância aos Artigos 36 e 37 da Resolução CNPC 29 de 13/04/2018, estão indicados a seguir os valores dos títulos privados, classificados como “Títulos para Negociação” ou “Títulos Mantidos Até o Vencimento”, comparado ao custo amortizado:

7.1.1 Títulos Para Negociação

Vencimento		0 - 1 ano	1 - 5 anos	5 - 10 anos	> 15 anos	Total	Total por Plano	
							2018	2017
Títulos Privados - Valor de Mercado								
Plano 1	CDB	20.243	0	0	0	20.243		
	Debêntures	282.937	816.179	677.949	397.990	2.175.055		
	Letras Financeiras	348.642	1.227.337	0	0	1.575.979	3.771.277	6.345.291
Previ Futuro	CDB	10.122	0	0	0	10.122		
	Debêntures	84.668	327.632	316.651	0	728.951		
	Letras Financeiras	332.007	257.957	0	0	589.964	1.329.037	1.392.831
Capec	CDB	10.122	0	0	0	10.122		
	Letras Financeiras	44.057	32.240	0	0	76.297	86.419	86.161
PGA	CDB	10.122	0	0	0	10.122		
	Debêntures	2.608	38.600	17.970	0	59.178		
	Letras Financeiras	97.118	43.728	0	0	140.846	210.146	215.785
Total		1.242.646	2.743.673	1.012.570	397.990	5.396.879		
Títulos Privados - Custo Amortizado ⁽¹⁾								
Plano 1	CDB	20.243	0	0	0	20.243		
	Debêntures	282.918	815.603	642.350	1.424	1.742.295		
	Letras Financeiras	348.642	1.227.336	0	0	1.575.978	3.338.516	6.060.870
Previ Futuro	CDB - PREVI Futuro	10.122	0	0	0	10.122		
	Debêntures - PREVI Futuro	84.717	325.793	315.193	0	725.703		
	Letras Financeiras - PREVI Futuro	332.007	257.957	0	0	589.964	1.325.789	1.397.891
Capec	CDB - CAPEC	10.122	0	0	0	10.122		
	Letras Financeiras - CAPEC	44.057	32.240	0	0	76.297	86.419	86.161
PGA	CDB - PGA	10.122	0	0	0	10.122		
	Debêntures - PGA	2.646	38.066	18.009	0	58.721		
	Letras Financeiras - PGA	97.118	43.728	0	0	140.846	209.689	216.497
Total		1.242.714	2.740.723	975.552	1.424	4.960.413		

⁽¹⁾ Para fins de simples comparação com os precificados a valor de mercado.



7.2 AÇÕES

CARTEIRA DE AÇÕES	PLANO 1		PREVI Futuro		PGA		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017
Ações	42.599.855	43.614.615	3.332.046	3.215.069	143.789	128.056	46.075.690	46.957.740
Instituições Financeiras	6.625.077	6.025.972	733.635	626.849	31.309	25.403	7.390.021	6.678.224
Companhias Abertas	27.365.303 ⁽¹⁾	29.528.391	2.370.545	2.403.100	105.123	97.324	29.840.971	32.028.815
Patrocinador ⁽²⁾	8.594.331	8.002.223	176.546	131.927	7.357	5.329	8.778.234	8.139.479
Empréstimos de ações	15.144	58.029	51.320	53.193	0	0	66.464	111.222

⁽¹⁾ Valor líquido - deduzida provisão de R\$ 944 referente ao IR a recuperar sobre ações da Celesc.

⁽²⁾ Considera ações da BB Seguridade (Nota 10).

Detalhamos a seguir as baixas das ações de emissão das empresas Banco Econômico S.A., Casa Anglo e Gazeta Mercantil, já provisionadas desde 12/1995, 12/1999 e 08/2007, respectivamente. As baixas dos ativos não causarão prejuízo à tese de defesa na esfera judicial.

BAIXAS DE PROVISÕES	Provisão	Valor
		2018
Casa Anglo	12/1999	4.915
Banco Econômico S.A.	12/1995	1.857
Gazeta Mercantil	08/2007	210
Total		6.982



SEIS MAIORES AÇÕES POR PLANO		Tipo	Qtde.	Valor	Carteira (%)
Plano 1	Neoenergia	ON	463.790.668	8.815.832	20,7
	Banco do Brasil	ON	174.097.045	8.093.772	19,0
	Petrobrás	PN	246.427.915	5.588.985	13,1
	Itaú Unibanco	PN	120.866.353	4.290.756	10,1
	Ambev S/A	ON	241.390.925	3.712.592	8,7
	BRF S.A	ON	84.735.803	1.858.256	4,4
				Total	32.360.193
PREVI Futuro	Itaú Unibanco	PN	10.183.074	361.499	10,9
	Vale ⁽²⁾	ON	6.431.148	327.989	9,8
	Bradesco	PN	6.796.364	262.679	7,9
	Petrobrás	PN	9.011.480	204.380	6,1
	Petrobrás	ON	6.111.003	155.219	4,7
	Banco do Brasil	ON	2.943.559	136.846	4,1
				Total	1.448.612
PGA	Itaú Unibanco	PN	424.309	15.063	10,5
	Vale (2)	ON	276.143	14.083	9,8
	Bradesco	PN	291.552	11.268	7,8
	Petrobrás	PN	384.780	8.727	6,1
	Petrobrás	ON	244.580	6.212	4,3
	Ambev S/A	ON	392.145	6.031	4,2
				Total	61.384

⁽¹⁾ Representatividade na carteira própria de ações que não se encontram em Fundos de Investimento.

⁽²⁾ Vide Nota 20.

7.2.1 Ações sem Mercado Ativo e/ou Bloqueadas – Plano 1

Em 18/09/2018, foi aprovado pela Diretoria da PREVI a atualização da metodologia para precificação da Litel (Vale), que passou a ser a média ponderada das cotações dos três meses anteriores ao último dia útil do mês corrente (Nota 7.3).

As participações detidas pela PREVI na Invepar e Neoenergia são avaliadas pelo método do Fluxo de Caixa Descontado, também conhecido como Avaliação a Valor Econômico, porque captura as oportunidades, incorpora efeitos de investimentos futuros e ajusta distorções extraordinárias. A PREVI utiliza este método de avaliação desde

2002 e os ativos são classificados como Nível 2, pois são utilizados *inputs* de mercado prontamente observáveis, além de *inputs* não observáveis.

A metodologia do Fluxo de Caixa Descontado reflete a estimativa da administração da Entidade sobre a capacidade de geração de riqueza da empresa e, no cálculo da taxa de desconto, estão refletidos os riscos e volatilidades, bem como a alavancagem do mercado e da própria empresa.

A definição das premissas operacionais e financeiras das empresas baseia-se em informações históricas



e futuras, sendo observado, entre outras coisas, o cronograma de investimentos e/ou projetos divulgados que impactam as respectivas operações, as empresas comparáveis correspondentes a cada setor, além das demais informações públicas disponíveis. As premissas macroeconômicas utilizadas nas avaliações dos referidos ativos são estabelecidas internamente na PREVI a partir de suas análises e observações da economia brasileira e mundial.

Os valores justos dos títulos patrimoniais mensurados pelo método de Fluxo de Caixa Descontado de Invepar e Neoenergia, que representam mais do que 0,25% dos recursos garantidores da Entidade, foram aprovados pelo Conselho Deliberativo em 13 de dezembro de 2018. A PREVI analisou e concluiu que não ocorreram notificações relevantes nas principais premissas utilizadas na modelagem desde a data do laudo até 31/12/2018.

PREMISSAS DE ESTIMATIVAS

Macroeconômicas ^{(1),(2)}		Características	Taxa
INVEPAR ⁽¹¹⁾	Taxa Média de Retorno de Investimento Livre de Risco ⁽³⁾	Bônus do Tesouro Norte-americano	3,50%a.a.
	Taxa de Risco Soberano Brasileiro ^{(4),(5)}	EMBI+ Brasil, calculado pelo J.P. Morgan Private Bank	264 pontos base
	Prêmio de Risco de Mercado ⁽⁶⁾	Reflete o retorno que um investidor exige por assumir riscos adicionais ao investir em um portfólio de empresas, comparado ao retorno exigido em um ativo livre de risco.	5,00%a.a.
NEOENERGIA	Taxa Média de Retorno de Investimento Livre de Risco ⁽⁸⁾	Bônus do Tesouro Norte-americano	2,49%a.a.
	Taxa de Risco Soberano Brasileiro ⁽⁹⁾	EMBI+ Brasil, calculado pelo J.P. Morgan Private Bank	278 pontos base
	Prêmio de Risco de Mercado ⁽¹⁰⁾	Retorno médio histórico do mercado de ações, líquido do retorno de investimento livre de risco.	6,38%a.a.

Operacionais ⁽⁷⁾

Principais: demanda, preços, custos, nível de investimentos e nível de alavancagem financeira.

⁽¹⁾ A principal premissa é a taxa desconto. Determinada, ano a ano, pela média ponderada dos custos da dívida e de capital próprio.

⁽²⁾ Considera a estrutura de capital estimada de cada empresa, e está diretamente relacionada ao risco associado a seus fluxos de caixa futuros.

⁽³⁾ US T-Bond 20 anos. Segundo a Duff&Phelps, devido ao atual ambiente econômico, a taxa livre de risco está excepcionalmente baixa. Portanto, foi utilizada uma taxa livre de risco normalizada.

⁽⁴⁾ EMBI - Emerging Markets Bond Index: índice que reflete o comportamento de títulos da dívida externa brasileira.

⁽⁵⁾ Média dos últimos 10 anos (2008-2018). Fonte: Ipeadata, disponível em <http://www.ipeadata.gov.br>.

⁽⁶⁾ Análise Duff & Phelps. Fonte: <https://costofcapital.duffandphelps.com/estimate/studies/crsp/capm>.

⁽⁷⁾ Utilizadas na avaliação dos principais ativos.

⁽⁸⁾ US T-Bond 10 anos - taxa média diária dos últimos 2 anos. Fonte: Bloomberg.

⁽⁹⁾ EMBI-BR: Média dos últimos 2 anos. Fonte: Ipeadata, disponível em <http://www.ipeadata.gov.br/>.

⁽¹⁰⁾ Média do Spread Anual entre S&P 500 e US T-Bond (1928-2017). Fonte: Damodaran.

⁽¹¹⁾ Fundo BB Carteira Livre I (Nota 7.3).



O valor econômico da Neoenergia foi obtido a partir da soma do valor econômico de suas participações diretas e indiretas nos ativos de distribuição, geração, transmissão de energia elétrica e outros. Na avaliação das empresas distribuidoras do grupo

Neoenergia considerou-se as circunstâncias dos contratos atuais. Para os empreendimentos de geração e transmissão, contudo, foi projetado o período de concessão atual até o término, sem renovação.

ACÇÕES SEM COTAÇÃO EM MERCADO ATIVO ⁽¹⁾

Empresa	Tipo	2018	2017	Ajuste	Nível de Mensuração
Afluentes Transmissão de Energia Elétrica S.A. ⁽⁵⁾	ON	0	3.644	-3.644	2
Cia. Eletricidade Estado Bahia S.A. ⁽⁵⁾	ON	0	131.771	-131.771	2
Cia. Eletricidade Estado Bahia S.A.	PNA	41.584	39.494	2.090	2
Cia. Energética do Rio Grande do Norte S.A. ⁽⁵⁾	ON	0	13.393	-13.393	2
Cia. Energética do Rio Grande do Norte S.A.	PNA / PNB	9.937	5.351	4.586	2
Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. ⁽⁴⁾	ON/PN	1.022.999	1.578.031 ⁽³⁾	-555.032	2
Invitel Legacy S.A.	ON	89	89	0	Custo Amortizado
Jereissati Participações S.A. ⁽⁵⁾	ON	0	136.660	-136.660	2
Litel Participações S.A. ⁽²⁾	ON/PNA /PRB	45.064.375	30.840.770	14.223.605	2
Neoenergia S.A.	ON	8.815.832	8.025.351	⁽³⁾ 790.481	2
Newtel Participações S.A.	ON	2.307	2.286	21	Custo Amortizado
Sauípe S.A. ⁽⁶⁾	ON / PN	0	98.478	-98.478	2
Sul 116 Participações S.A.	ON	1.308	1.326	-18	Custo Amortizado

⁽¹⁾ Plano PREVI Futuro e PGA não possuem ações sem cotação em mercado ativo. ⁽²⁾ Ações no fundo de investimentos BB Carteira Ativa - Renda Variável (Notas 7.3 e 20). ⁽³⁾ R\$ 375.850 referem-se a ajuste da reavaliação econômica e R\$ 414.631 à subscrição de ações ocorrida em 27/03/2018. ⁽⁴⁾ Ações no fundo de investimentos BB Carteira Livre I - Renda Variável (Nota 7.3). ⁽⁵⁾ Não estava no critério de ativos sem liquidez ao final do exercício de 2018. ⁽⁶⁾ Vendidos em 02/01/2018.

A PREVI tem ações bloqueadas para negociação por estarem vinculadas a acordo de acionistas que permite participar do bloco de controle da empresa.

VINCULADAS AO ACORDO DE ACIONISTAS

Ações	Tipo	Quantidade	Valor Justo
Tupy S.A.	ON	24.510.175	493.880
Invitel Legacy	ON	317.311.938	89
Neoenergia ⁽¹⁾	ON	463.790.668	8.815.832
Newtel Participações	ON	382.709.514	2.307
Invepar	ON	35.764.281	333.505
Invepar	PN	73.939.746	689.494
Total	ON + PN	1.298.026.322	10.335.107

⁽¹⁾ Em 26/03/2018, ocorreu aumento de capital da Neoenergia, no qual a PREVI aumentou sua posição em mais 22.784.672.



7.3 FUNDOS DE INVESTIMENTO

COMPOSIÇÃO DOS FUNDOS	PLANO 1		PREVI Futuro		Capec		PGA		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017
Fundos de Investimento	123.685.062	101.844.286	7.896.300	5.383.522	331.318	252.605	706.035	641.632	132.618.715	108.122.045
Fundo de Renda Fixa ⁽¹⁾	71.689.897	63.300.906	7.591.672	5.167.320	331.318	252.605	706.035	641.632	80.318.922	69.362.463
BB Renda Fixa IV ⁽²⁾	52.960.910	49.448.252	0	0	0	0	0	0	52.960.910	49.448.252
BB Liquidez ⁽²⁾	18.461.427	13.738.006	0	0	0	0	0	0	18.461.427	13.738.006
BB Maxi ⁽²⁾	0	0	3.284.311	3.071.816	0	0	0	0	3.284.311	3.071.816
BB Maxi Liquidez ⁽²⁾	0	0	4.286.011	2.071.866	0	0	0	0	4.286.011	2.071.866
BB Capec ⁽²⁾	0	0	0	0	331.318	252.605	0	0	331.318	252.605
BB PGA ⁽²⁾	0	0	0	0	0	0	699.783	634.795	699.783	634.795
Demais Fundos RF	267.560	114.648	21.350	23.638	0	0	6.252	6.837	295.162	145.123
Fundo de Ações	50.850.747	37.487.125	59.842	53.887	0	0	0	0	50.910.589	37.541.012
Angra Partners Volt ⁽²⁾	732	136.598	0	0	0	0	0	0	732	136.598
BB Carteira Ativa ⁽²⁾	49.233.983	35.216.433	0	0	0	0	0	0	49.233.983	35.216.433
BB Carteira Livre I ⁽²⁾	1.048.397	1.603.540	0	0	0	0	0	0	1.048.397	1.603.540
Leblon Equities	29.055	45.571	0	0	0	0	0	0	29.055	45.571
Small Caps ⁽²⁾	538.580	484.983	59.842	53.887	0	0	0	0	598.422	538.870
Fundo Multimercado	136.078	131.180	15.125	14.576	0	0	0	0	151.203	145.756
Fundo de Direitos Creditórios⁽³⁾	81.395	3.676	79.191	1.470	0	0	0	0	160.586	5.146
Fundo de Empresas Emergentes	3	4.830	0	0	0	0	0	0	3	4.830
Fundo de Participações	922.160	911.852	150.470	146.269	0	0	0	0	1.072.630	1.058.121
Global Equity PR ⁽⁴⁾	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Sondas ⁽⁴⁾	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Infrabrazil Sênior B	36.441	51.513	0	0	0	0	0	0	36.441	51.513
Brasil Governança Corporativa	43.589	33.730	0	0	0	0	0	0	43.589	33.730
Brasil Agronegócios	95.532	90.603	6.098	5.783	0	0	0	0	101.630	96.386
Caixa Barcelona	156.363	156.265	39.091	39.066	0	0	0	0	195.454	195.331
Logística Brasil	87.015	102.405	0	0	0	0	0	0	87.015	102.405
BR Internacional	67.942	60.770	7.549	6.752	0	0	0	0	75.491	67.522
BR Internacional II	92.252	61.670	10.250	6.852	0	0	0	0	102.502	68.522
Demais	343.026	354.896	87.482	87.816	0	0	0	0	430.508	442.712
Fundo Imobiliário⁽⁵⁾	4.782	4.717	0	0	0	0	0	0	4.782	4.717

⁽¹⁾ Plano 1 - BB Renda Fixa IV - 92,88% e BB Liquidez - 78,28% dos ativos alocados em Títulos de Responsabilidade do Governo Federal. PREVI Futuro - BB Maxi - 98,15% e BB Maxi Liquidez - 82,73% dos ativos alocados em Títulos de Responsabilidade do Governo Federal. Capec - 40,03% dos ativos alocados em Títulos de Responsabilidade do Governo Federal. PGA - 88,18% dos ativos alocados em Títulos de Responsabilidade do Governo Federal. ⁽²⁾ Fundos de investimento exclusivos. ⁽³⁾ R\$ 16.484 com aquisição substancial dos riscos e benefícios e R\$ 144.102 sem aquisição substancial dos riscos e benefícios, conforme classificação da Instrução CVM nº 489, de 14/01/2011. ⁽⁴⁾ Em 2016, foram efetuadas provisões para perdas no valor dos ativos. ⁽⁵⁾ Foi efetuado impairment no valor de R\$ 52.922, no Fundo de Investimento Imobiliário Panamby, reduzindo seu valor patrimonial de R\$ 57.704 para R\$ 4.782. ⁽⁶⁾ Vide Nota 20.



Os fundos de ações representam 38,4% do valor total dos fundos de investimentos. Os dois mais relevantes são o BB Carteira Ativa e o BB Carteira Livre I, ambos do Plano 1. A avaliação do BB Carteira Ativa está descrita a seguir (metodologia já detalhada na Nota 7.2.1).

Após a privatização da Vale S.A, em 1997, a holding Valepar Participações exerceu o controle da mineradora brasileira até sua incorporação pela investida, em agosto de 2017. Nessa ocasião, a Valepar tinha como principais acionistas BNDESPar, Bradespar, Mitsui e Litel Participações, incluindo sua controlada Litela Participações.

A Litel Participações S.A foi constituída com o objetivo de congregiar investimentos dos fundos de pensão (Previ, Funcef, Petros e Funcesp) na Valepar. A participação da PREVI em Litel se dá pelo fundo BB Carteira Ativa, do qual a Entidade é cotista exclusivo.

Dada a proximidade do vencimento do acordo de acionistas celebrado em 1997, os acionistas signatários iniciaram negociações sobre a celebração de um novo acordo de acionistas objetivando, dentre outros propósitos, a pulverização do capital social e migração da Vale S.A para o Novo Mercado da B3. O novo Acordo de Acionistas, celebrado em 2017, determinou que parte das ações da Vale, detidas pelos acionistas, fosse desvinculada do mesmo e parte permanecesse vinculada até 2020, data do seu vencimento.

Até 2017, as ações da Litel eram precificadas pelo método do fluxo de caixa descontado – valor econômico, pelo fato de não possuírem liquidez e estarem vinculadas ao Acordo de Acionistas da Valepar que venceu naquele ano.

Considerando a reorganização ocorrida na estrutura societária da Vale, com a incorporação da Valepar, a transformação das ações preferenciais em ações ordinárias e a adesão ao Novo Mercado (nível mais elevado de práticas de governança corporativa), assinatura de novo Acordo de Acionistas com validade até 2020, a desvinculação de parte considerável das ações da Vale detidas pelos acionistas signatários do Acordo, nova metodologia de precificação das ações da Litel fez-se necessária.

A partir de setembro de 2018, e ao final de cada mês, é apurado valor que considera a média ponderada das cotações da Vale dos 3 meses anteriores ao último dia útil do mês corrente, além dos valores constantes dos balanços da própria Litel.

Essa metodologia reflete com maior fidedignidade a atual situação societária envolvendo os acionistas signatários do Acordo, além da previsibilidade da desvinculação total de todas as suas ações da Vale ao final do Acordo em 2020.

No âmbito do contencioso originado quando da privatização da Vale, a justiça determinou, em sentença proferida em 07/2018, o pagamento por Litel e Bradespar de R\$ 4,01 bilhões à Elétron S.A., que atualizados e acrescidos de multas pelo não pagamento poderiam atingir cerca de R\$ 6 bilhões. A referida sentença determinou a solidariedade da obrigação a ser cumprida por Litel e Bradespar na proporção de 50% cada uma.

Visando evitar perda bilionária e encerrar definitivamente o litígio que se prolongava por mais de 10 anos, Litel e Bradespar, celebraram, em 09/2018, acordo com a Elétron. Com o acordo firmado, Litel e Bradespar pagaram à Elétron, conjuntamente, R\$ 2,8 bilhões, cabendo a cada uma o pagamento de R\$ 1,4 bilhão, reduzindo significativamente as perdas com a disputa. Além disso, o acordo firmado prevê a extinção de duas outras arbitragens iniciadas pela Elétron, que também poderiam gerar novas perdas.

No acordo, a Elétron renuncia a qualquer tipo de litígio relacionado à Valepar contra a Litel e Bradespar no futuro, impedindo a geração futura de novos passivos.



PLANO 1	Ativo/Passivo		Ajuste	Nível de Mensuração
	FUNDOS DE INVESTIMENTO EXCLUSIVOS	2018		
Fundo BB Carteira Ativa	49.233.982	35.216.433	15.364.546	
Disponível	4	1		
Operações Compromissadas	8.464	9.861		
Ações à vista ⁽¹⁾	46.205.316	30.840.770	15.364.546	
Litel PRB	5.758.743	3.941.119	1.817.624	2
Litel ON	39.305.582	26.899.616	12.405.966	2
Litel PNA	50	35	15	2
Vale ON ⁽²⁾	1.140.941 ⁽³⁾	0	1.140.941	2
Valores a receber	3.020.568	4.366.171		
JCP Litel ⁽²⁾	3.020.568	4.366.171		
Valores a pagar	-370	-370		

⁽¹⁾ Vide Nota 20. ⁽²⁾ Em 11/12/2018, foram convertidos R\$ 1.371.312 de Juros sobre Capital Próprio (JCP) da Litel em 26.371.394 ações da Vale ON. Deste montante R\$ 208.000 (4.000.000 ações) foram transferidos, em 13/12/2018, do Fundo BB Carteira Ativa para a Carteira Própria. A diferença de R\$ 1.163.312 mil (22.371.394 ações) será transferida à carteira própria em 02/01/2019. ⁽³⁾ Em 31.12.2018, 22.371.394 ações ao valor justo de R\$ 51,00/ação.

PLANO 1	Ativo/Passivo		Ajuste	Nível de Mensuração
	FUNDOS DE INVESTIMENTO EXCLUSIVOS	2018		
Fundo BB Carteira Livre I	1.048.397	1.603.540	-555.032	
Disponível	3	8		
Operações Compromissadas	8.395	8.501		
Ações à vista	1.035.034	1.590.066	-555.032	
Invepar ON ⁽¹⁾	333.505	514.449	-180.944 ⁽²⁾	2
Invepar PN ⁽¹⁾	689.494	1.063.582	-374.088 ⁽²⁾	2
521 Participações ON	12.035	12.035	0	
Valores a receber	5.839	5.839		
Dividendos Invepar	5.839	5.839		
Valores a pagar	-874	-874		

⁽¹⁾ Ações vinculadas ao acordo de acionistas. ⁽²⁾ Ajuste da reavaliação econômica.



7.3.1 Títulos para Negociação

Os títulos públicos classificados como “Títulos para Negociação” ou “Títulos Mantidos até o Vencimento” em observância ao Artigos 36 e 37 da Resolução CNPC nº 29, de 13/04/2018, estão indicados nos quadros abaixo:

Vencimento		0 - 1 ano	1 - 5 anos	5 - 10 anos	10 - 15 anos	> 15 anos	Total	Total por Plano	
								2018	2017
Títulos Públicos - Valor de Mercado									
Plano 1	LFT	0	326	0	0	0	326		
	NTN-C	0	90.497	0	0	0	90.497		
	Op. Compromissadas ⁽³⁾	3.768.520	0	0	0	0	3.768.520	3.859.343	2.182.427
Previ Futuro	Op. Compromissadas ⁽³⁾	60.747	0	0	0	0	60.747	60.747	10.048
PGA	LFT	4.940	0	9.870	0	0	14.810		
	LTN	0	55.404	0	0	0	55.404		
	NTN-B	4.600	200.589	43.644	0	79.683	328.516		
	NTN-F	0	59.983	0	0	0	59.983		
	Op. Compromissadas ⁽³⁾	82.701	0	0	0	0	82.701	541.414	482.735
Total ⁽¹⁾		3.921.508	406.799	53.514	0	79.683	4.461.504		
Títulos Públicos - Custo Amortizado ⁽²⁾									
Plano 1	LFT	0	326	0	0	0	326		
	NTN-C	0	85.191	0	0	0	85.191		
	Op. Compromissadas ⁽³⁾	3.768.520	0	0	0	0	3.768.520	3.854.037	2.178.301
Previ Futuro	Op. Compromissadas ⁽³⁾	60.747	0	0	0	0	60.747	60.747	10.048
PGA	LFT	4.940	0	9.870	0	0	14.810		
	LTN	0	53.909	0	0	0	53.909		
	NTN-B	4.545	189.261	40.807	0	70.358	304.971		
	NTN-F	0	55.501	0	0	0	55.501		
	Op. Compromissadas ⁽³⁾	82.701	0	0	0	0	82.701	511.892	461.865
Total ⁽¹⁾		3.921.453	384.188	50.677	0	70.358	4.426.676		

⁽¹⁾ Inclui os Títulos Públicos Federais registrados na carteira própria e em Fundos Exclusivos.

⁽²⁾ Para fins de simples comparação com os precificados a valor de mercado.

⁽³⁾ Lastreadas em Títulos Públicos Federais junto à BBDTVM.



7.3.2 Títulos Mantidos até o Vencimento

Vencimento	0 - 1 ano	1 - 5 anos	5 - 10 anos	10 - 15 anos	> 15 anos	Total	Total por Plano	
							2018	2017
Títulos Públicos - Custo Amortizado								
NTN-B - Plano 1	385.000	10.617.138	7.231.465	1.935.300	29.024.044	49.192.947	49.192.947	47.349.982
NTN-B - PREVI Futuro	41.255	986.540	274.102	171.132	1.750.570	3.223.599	3.223.599	3.061.797
NTN-B - PGA	26.105	38.480	0	31.562	62.230	158.377	158.377	152.070
Total ⁽¹⁾	452.360	11.642.158	7.505.567	2.137.994	30.836.844	52.574.923		
Títulos Públicos - Valor de Mercado ⁽²⁾								
NTN-B - Plano 1	389.893	11.215.301	8.174.139	2.127.872	30.496.493	52.403.698	52.403.698	48.606.213
NTN-B - PREVI Futuro	41.820	1.054.130	301.857	189.555	1.962.762	3.550.124	3.550.124	3.247.591
NTN-B - PGA	26.430	40.431	0	35.678	74.107	176.646	176.646	165.510
Total ⁽¹⁾	458.143	12.309.862	8.475.996	2.353.105	32.533.362	56.130.468		

⁽¹⁾ Inclui os Títulos Públicos Federais registrados em Fundos Exclusivos.

⁽²⁾ Apresentados pelo valor de mercado para fins de simples comparação com os precificados pelo custo amortizado.

Em 2018, não houve reclassificação de Títulos Públicos Federais (TPFs) entre as categorias “Títulos para Negociação” e “Mantidos até o Vencimento” no Plano 1, no PREVI Futuro e no PGA.

Demonstramos abaixo, os Títulos Públicos Federais alienados que estavam classificados na categoria “Títulos Mantidos até o Vencimento”. Estas alienações foram realizadas simultaneamente à aquisição de novos títulos da mesma natureza, com vencimento posterior ao dos títulos alienados, o que não descaracteriza a intenção da Entidade quando da classificação dos mesmos na referida categoria, conforme a Resolução CGPC nº 29, de 13/04/2018:

	Data Negociação	Título	ALIENAÇÕES			AQUISIÇÕES				Saldo Negociação (A-B)
			Venci-mento	Qtde	Valor (A)	Título	Venci-mento	Qtde	Valor (B)	
Plano 1	29/11/18	NTN-B	15/08/24	99.514	337.152	NTN-B	15/05/55	92.854	337.155	3
		Subtotal		99.514	337.152			92.854	337.155	3
Previ Futuro	17/05/18	NTN-B	15/05/21	20.000	65.067	NTN-B	15/05/55	19.326	65.068	1
		Subtotal		20.000	65.067			19.326	65.068	1
		Total		119.514	402.219			112.180	402.223	4



Justificativas em atendimento ao Artigo 32, parágrafo 2º, da Resolução CNPC 29, de 13/04/2018:

Estas operações de troca de títulos, já contabilizados pelo custo amortizado, foram realizadas em leilões de permuta do Tesouro Nacional pelos motivos abaixo:

- Mitigação do risco de reinvestimento dos ativos de renda fixa; e
- Adequação do prazo dos Títulos Públicos Federais ao fluxo de caixa de longo prazo da PREVI, de acordo com as necessidades de caixa apontadas pela gestão de ativos e passivos.

O plano Capec não possui títulos marcados nesta categoria.

A Entidade atesta que os Planos de Benefícios possuem capacidade financeira para manutenção dos títulos públicos federais até os respectivos vencimentos, sem comprometimento de sua liquidez, conforme relatório elaborado pelas áreas técnicas responsáveis, representantes das Diretorias de Investimento, de Planejamento e de Seguridade.

7.3.3 Fundo de Participações

Em observância ao Artigo 14º, da Instrução CVM nº 578, de 30/08/2016, a composição da carteira está classificada a seguir por planos:

CLASSIFICAÇÃO	2018		2017	
	Plano 1	PREVI Futuro	Plano 1	PREVI Futuro
Empresas Emergentes ⁽¹⁾	3	0	4.830	0
Multiestratégia ⁽²⁾	922.160	150.470	911.852	146.269

⁽¹⁾ Investimentos em empresas com receita bruta anual até R\$ 300 milhões.

⁽²⁾ Não se classifica nas demais categorias e admite o investimento em diferentes tipos e portes de sociedades investidas.

7.4 DERIVATIVOS

O instrumento financeiro derivativo utilizado pela PREVI é uma estrutura denominada *zero-cost collar*, que consiste na compra de opções de venda (*puts*) e na venda de opções de compra (*calls*) do mesmo índice bursátil, sem desembolso para a PREVI, e com preços de exercícios (*strikes*) diferentes. O valor justo destes instrumentos é determinado pelo modelo de precificação de mercado observável (por meio de provedores de informações) e amplamente utilizado pelos participantes de mercado para mensuração de instrumentos similares.

Para a precificação de opções sobre o Ibovespa é utilizado modelo de precificação de opções *Black & Scholes* e dados de volatilidade implícita de opções (superfície de volatilidade) e taxas de juros, disponíveis através de provedores de informações financeiras, como *Broadcast* e *Bloomberg*, juntamente com os demais parâmetros já conhecidos.

Ao se aplicar o teste de efetividade às operações, obteve-se um resultado dentro do intervalo de 80% a 125%, o que comprova que a finalidade de proteção está sendo atingida, conforme preceitua a Política de Investimentos do Plano 1.

Operação	Data Operação	Pontos do Índice na contratação	Vencimento	Put			Call				
				Strike ⁽¹⁾	Qtde. de Contratos ⁽²⁾		Nocional ⁽³⁾	Strike ⁽¹⁾	Qtde. de Contratos ⁽²⁾		Nocional ⁽³⁾
					Bovespa	BM&F Flex			Bovespa	BM&F Flex	
Opções sobre Ibovespa	09 e 12/01/18	79.000 e 79.300	12/02/20	79.000	950	8.544	750.026	97.000	780	6.962	750.974
	22 e 23/02/18	86.200 e 86.700	12/02/20	86.000	190	1.533	148.178	106.000	150	1.160	138.860
	26/02/18	87.300	12/02/20	86.000	290	2.645	252.410	107.000	240	2.120	252.520
				1.430	12.722	1.150.614		1.170	10.242	1.142.354	

⁽¹⁾ Valor do exercício da opção no vencimento (pontos do índice). ⁽²⁾ Cada ponto do índice equivale a R\$ 1,00 em cada contrato. ⁽³⁾ Representa o ativo subjacente a ser protegido. Valores totais da Put e da Call no zero-cost collar tendem a uma equivalência.



A análise de sensibilidade sobre os derivativos em carteira da PREVI é realizada apurando-se o resultado de tais operações levadas até os seus vencimentos, a partir de choques aplicados sobre o ativo-objeto.

Atualmente, a PREVI conta somente com opções (*calls e puts*) sobre o índice Ibovespa em sua carteira. Desta forma, para elaboração da análise de sensibilidade, foram aplicados choques na variação acumulada do ativo-objeto (o índice Ibovespa) durante os períodos de vigência das operações. O resultado é apresentado abaixo:

PLANO 1	Valor Nocial	Choques			
		-25%	-10%	10%	25%
Opções sobre IBOVESPA	1.150.614	217.714	32.082	-65	-111.423

A análise de sensibilidade acima demonstra que as operações de hedge em carteira da PREVI são favoráveis à Entidade, uma vez que se o índice apresentar queda acumulada de 25% no período de vigência das operações, elas apresentarão um resultado financeiro de R\$ 217.714, enquanto que uma alta de mesma magnitude provocará uma perda menor, de R\$ 111.423.

Em 31/12/2018, os valores justos dos Instrumentos financeiros derivativos foram reconhecidos contabilmente no Balanço Patrimonial conforme quadro abaixo:

Valor Justo dos Derivativos ⁽¹⁾	2018	2017
ATIVO		
Investimentos - <i>Put</i>	62.279	0
Custo	84.797	0
Variação Acumulada (ao valor justo)	-22.518	0
PASSIVO		
Investimentos - <i>Call</i>	74.608	0
Custo	84.953	0
Variação Acumulada (ao valor justo)	-10.345	0

⁽¹⁾ Efeito no resultado foi de R\$ 11.192, conforme Nota 17.2.



7.5 INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS

Os ativos deste segmento, pertencentes em sua quase totalidade ao Plano 1, somaram R\$ 10.431.502 (R\$ 10.138.259, em 2017) no Consolidado.

EVOLUÇÃO DOS INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS		2017	Aqui- sição	Ali- enação	Avaliação ao Valor Justo	Depre- ciação	Incorpo- ração de Custo ⁽¹⁾	Trans- ferência	A Receber - Movi- mentação	2018
Plano 1	Edificações para Renda	4.206.599	0	0	132.502	-56.138	4.067	0	-5.374	4.281.656
	Imóveis em Construção	884.300	0	0	0	0	4.662	0	0	888.962
	Uso Próprio	155.611	0	0	-6.230	-1.462	193	0	27	148.139
	Locadas a Patrocinador(es)	1.032.439	0	0	-14.810	-11.548	976	0	1.046	1.008.103
	Shopping Centers	3.354.331	0	0	301.426	-64.631	0	0	4	3.591.130
	Direitos de Alienação	506	0	0	0	0	0	0	0	506
	Subtotal	9.633.786	0	0	412.888	-133.779	9.898	0	-4.297	9.918.496
PREVI Futuro	Imóveis em Construção	97.455	0	0	0	0	518 ⁽²⁾	0	0	97.973
	Shopping Centers	407.018	0	0	16.477	-8.462	0	0	0	415.033
	Subtotal	504.473	0	0	16.477	-8.462	518	0	0	513.006
CONSOLIDADO	10.138.259	0	0	429.365	-142.241	10.416	0	-4.297	(3)10.431.502	

⁽¹⁾ Valor desembolsado em benfeitorias (obras e construções). ⁽²⁾ Torre Parque Cidade e Shopping Parque da Cidade. ⁽³⁾ Conforme artigo 37, parágrafo 5º, da Resolução CMN nº 4.661, de 25/05/2018, a Entidade deverá alienar o estoque de imóveis e terrenos pertencentes à sua carteira própria ou constituir Fundo de Investimento Imobiliário para abrigá-los em até 12 anos, a contar de 29/05/2018.

Dos imóveis que compõem a carteira da Previ, 30 foram avaliados a valor justo em 2018, com base em laudos de empresas especializadas, o que gerou variação patrimonial positiva na carteira de R\$ 429.365, conforme quadros a seguir:

IMÓVEIS AVALIADOS A VALOR JUSTO POR CLASSE

Classe	Valor Justo	Valor Contábil	Ajuste
Edificações para Renda	2.777.827	2.645.325	132.502
Uso Próprio	148.808	155.038	-6.230
Locadas a Patrocinador(es)	152.870	167.680	-14.810
Shopping Centers	3.421.669	3.103.766	317.903
Total	6.501.174	6.071.809	429.365



IMÓVEIS REAVALIADOS NO EXERCÍCIO

Empreendimento	Imóvel	Reavaliação	Valor Contábil	Ajuste	Data do Laudo	Empresa ⁽⁴⁾ Avaliadora
Água Branca	Av. Francisco Matarazzo, 1400 - São Paulo (SP)	362.655	331.510	31.145	26/2	5
Ansarah	Av. Paulista, 2.163 - São Paulo (SP)	136.900	150.196	-13.296	8/5	11
Barra Salvador - Plano 1	Av. Centenário, 2.992 - Salvador (BA)	118.788	117.667	1.121	26/3	4
Barra Salvador - Previ Futuro ⁽²⁾	Av. Centenário, 2.992 - Salvador (BA)	117.117	117.684	-567	26/3	4
Barrashopping	Av. das Américas, 4666 - Rio de Janeiro (RJ)	557.840	486.747	71.093	26/1	7
Birmann 21	Av. Nações Unidas, 7.221 - São Paulo (SP)	431.800	346.655	85.145	25/4	11
Centro Empresarial Mourisco	Praia de Botafogo, 501 - Rio de Janeiro (RJ)	325.301	355.431	-30.130	4/9	17
Citta América	Av. das Américas, 700 - Rio de Janeiro (RJ)	92.926	104.758	-11.832	27/7	9
Eco Berrini	Av. Engenheiro Luiz Carlos Berrini, 1376 - São Paulo (SP)	845.000	756.372	88.628	25/4	12
Hiper Bompreço Guararapes	Av. Barreto De Menezes, 800 - Recife (PE)	33.000	52.035	-19.035	2/1	1
Loja BB Laranjeiras	Rua das Laranjeiras, 475, Loja A - Rio de Janeiro (RJ)	3.474	3.599	-125	26/11	3
Metrô Tatuapé - Plano 1	Rua Domingos Agostin, 91 - São Paulo (SP)	540.938	474.307	66.631	29/1	10
Metrô Tatuapé - Plano Previ Futuro ⁽²⁾	Rua Domingos Agostin, 91 - São Paulo (SP)	54.081	47.532	6.549	29/1	10
Morumbi Square	Av. Chucrí Zaidan, 80 - São Paulo (SP)	31.936	31.198	738	27/2	5
New York City Center	Av. das Américas, 5000 - Rio de Janeiro (RJ)	136.910	110.662	26.248	26/1	7
Norte Shopping - Plano 1	Av. Suburbana, 5474 - Rio de Janeiro (RJ)	494.807	471.582	23.225	28/5	13
Norte Shopping - Previ Futuro ⁽²⁾	Av. Suburbana, 5474 - Rio de Janeiro (RJ)	121.437	119.419	2.018	28/5	13
Parque Cidade Corporate (Torre A)	CND Setor Comercial Sul, 9 - Quadra 9 Lote C - Torre A - Brasília (DF)	294.637	295.855	-1.218	24/7	8
Parque Cidade Corporate (Torre C)	CND Setor Comercial Sul, 9 - Quadra 9 Lote C - Torre C - Brasília (DF)	294.470	294.935	-465	24/7	8
Residencial Jardim Guedala ⁽³⁾	Rua Eugenio Betarello, 55, apto32, Bloco D - São Paulo (SP)	591	562	29	13/6	2
Residencial Leopoldo Pereira ⁽³⁾	Rua Leopoldo Pereira, 45, apto 203 - Belo Horizonte (MG)	185	188	-3	18/7	16
Rio Branco 1	Av. Rio Branco, 1 - Rio de Janeiro (RJ)	89.200	92.526	-3.326	25/7	15
Rio Metropolitan	Av. Chile, 500 - Rio de Janeiro (RJ)	100.000	105.645	-5.645	23/2	9



» CONTINUAÇÃO

Shopping ABC - Plano 1	Av. Pereira Barreto, 42 - Santo André (SP)	546.952	502.720	44.232	26/6	14
Shopping ABC - Plano Previ Futuro ⁽²⁾	Av. Pereira Barreto, 42 - Santo André (SP)	47.547	43.730	3.817	26/6	14
Shopping Curitiba	Rua Brigadeiro Franco, 2.300 - Curitiba (PR)	167.460	169.946	-2.486	26/11	13
Shopping Morumbi	Av. Roque Petroni Jr, 1089 - São Paulo (SP)	328.942	270.221	58.721	28/8	14
Shopping Vitória - Plano 1	Av. Américo Buaiz, 200 - Vitória (ES)	108.150	95.509	12.641	11/10	1
Shopping Vitória - Plano Previ Futuro ⁽²⁾	Av. Américo Buaiz, 200 - Vitória (ES)	80.700	76.040	4.660	11/10	1
Teleporto	Av. Presidente Vargas, 3131 - Rio de Janeiro (RJ)	37.430	46.578	-9.148	22/2	6
Total Consolidado		6.501.174	6.071.809	429.365		

⁽¹⁾ Empresas responsáveis pelos laudos de avaliação: 1 - Fide Serviços de Engenharia e Consultoria Ltda; 2 - Elo Engenharia Comércio e Construções Ltda - EPP; 3 - Anexxa - Engenharia, Consultoria e Comércio Ltda ME; 4 - Predictor Avaliações Patrimoniais e Consultoria Ltda; 5 - Avalibens Engenharia e Avaliação Patrimonial Ltda; 6 - Câmara de Consultores Associados Ltda; 7 - Mercatto Assessoria e Avaliações Ltda; 8 - WG Barboza Construções Ltda - ME; 9 - TCA Tonelli Assessoria e Arquitetura Ltda. ⁽²⁾ Imóvel pertencente a Carteira Imobiliária do Plano PREVI Futuro: 10 - Gaiga Engenharia e Consultoria Ltda; 11 - Exata Perícias e Avaliações Ltda; 12 - Mello Ceço Arquitetura e Avaliações Ltda; 13 - Biswanger Internacional Real Estate Ltda; 14 - UON Serviços de Engenharia Ltda; 15 - Embrap & Praxis Avaliação Patrimonial Ltda; 16 - Sortenge Engenharia e Arquitetura Ltda; e 17 - Analítica Engenharia de Avaliações Ltda. ⁽³⁾ Imóveis retomados por inadimplência de Financiamentos Imobiliários.

Em 2018, não houve alienações na carteira de imóveis da Previ.

As provisões para perdas e para liquidação duvidosa deste segmento estão descritas a seguir:

PCLD	2017			2018
Dívidas de Garantia Mínima	34.750	Provisões	Reversões	17.256
Dívidas de Locação	234.248			45.625
Total	268.998	36.617	-242.734	62.881



7.6 EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS IMOBILIÁRIOS

As Operações com Participantes são realizadas somente com os Planos de Benefícios 1 e Previ Futuro, e são assim demonstradas:

EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS IMOBILIÁRIOS	Plano 1		PREVI Futuro		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017	2018	2017
Empréstimos	4.683.399	4.616.272	1.428.113	1.203.775	6.111.512	5.820.047
Empréstimos Simples	4.716.715	4.644.833	1.437.979	1.212.168	6.154.694	5.857.001
(PCLD)	-33.316	-28.561	-9.866	-8.393	-43.182	-36.954
Financiamentos Imobiliários	890.286	952.313	226.314	148.176	1.116.600	1.100.489
Financiamentos	3.668.284	3.540.185	227.324	148.460	3.895.608	3.688.645
(PCLD)	-2.777.998	-2.587.872	-1.010	-284	-2.779.008	-2.588.156
Total	5.573.685	5.568.585	1.654.427	1.351.951	7.228.112	6.920.536

EVOLUÇÃO PCLD	Empréstimos		Subtotal	Financiamentos Imobiliários		Subtotal
	Plano 1	PREVI Futuro		Plano 1	PREVI Futuro	
2017	-28.561	-8.393	-36.954	-2.587.872	-284	-2.588.156
Novas Provisões / Atualizações ⁽¹⁾	-375.542	-110.367	-485.909	-32.315.073	-8.688	-32.323.761
Utilizações / Reversões ⁽²⁾	370.787	108.894	479.681	32.124.947	7.962	32.132.909
2018	-33.316	-9.866	-43.182	-2.777.998	-1.010	-2.779.008

⁽¹⁾ Estão contidas as atualizações que são realizadas com base nos índices atrelados aos contratos.

⁽²⁾ Realizadas no ano calendário.



7.6.1 Empréstimos Simples

O Empréstimo Simples está disponível para participantes e assistidos que estejam em dia com as contribuições e obrigações para com a PREVI e que já tenham seu Termo de Adesão cadastrado.

Descrição	Empréstimos					
	Plano 1			PREVI Futuro		
Modalidades	ES Rotativo ⁽¹⁾	ES 13 ^o Salário ⁽²⁾	ES Finimob ⁽⁵⁾	ES Reingresso	ES 13 ^o Salário ⁽²⁾	ES Rotativo ⁽¹⁾
Prestações ⁽³⁾	120 meses			120 meses		
Taxa de administração	0,20%			0,20%		
	R\$ 165 ⁽⁴⁾⁽⁶⁾			R\$ 63 ⁽⁴⁾⁽⁶⁾		

O valor máximo da prestação mensal a ser assumida pelo participante está condicionado à existência de margem consignável, conforme previsto em lei, calculada mensalmente pela PREVI.

Limite de Concessão

Funcionários Ativos: não poderá ser superior à reserva líquida individual com a qual poderá ser liquidado o saldo devedor do ES em caso de desligamento do Plano de Benefícios.

Autopatrocinados ou em licença-interesse: menor valor da margem consignável calculada considerando como proventos o menor valor entre o salário-de-participação na PREVI e a renda comprovada.

Pensionistas: O teto para contratação do empréstimo simples é rateado proporcionalmente entre todos os pensionistas de uma mesma matrícula. No caso de grupos familiares, apenas o titular de cada grupo pode solicitar o empréstimo e fica limitado à sua parte no rateio e ao permitido pela margem consignável.

Reajustes das Mensalidades

Operações contratadas até 18/01/2015: uma vez a.a., pelo índice de atualização monetária do contrato, acumulado nos 12 meses anteriores ao mês da cobrança da prestação reajustada. Operações contratadas a partir de 19/01/2015: O recálculo da prestação acontece no mês de aniversário do contrato, considerando o saldo devedor, o prazo restante e a projeção do INPC. A prestação recalculada pela nova metodologia passa a vigorar a partir do mês seguinte.

INPC + 5% a.a.

Encargos

IOF: 2,993% + 0,38% sobre novos valores (concessão ou renovação: sobre o valor a ser disponibilizado).

FL: Plano PREVI Futuro: taxa nominal de 0,1% a.a. cobrada mensalmente sobre o saldo devedor. **No Plano 1: taxa suspensa desde 2009.**

FQM: No Plano PREVI Futuro - taxa nominal de 0,1% a.a. para os participantes com idade até 59 anos, 0,7% a.a. para participantes com idade de 60 a 69 anos, 1,7% a.a. para os participantes com idade de 70 a 79 anos, 3,5% a.a. para os participantes com idade de 80 a 89 anos e de 4,0% para os participantes a partir de 90 anos.

No Plano 1 - taxa nominal de 0,6% a.a. para os participantes com idade até 59 anos, 1,0% a.a. para participantes com idade de 60 a 64 anos, 1,2% a.a. para participantes com idade de 65 a 69 anos, 3,0% a.a. para os participantes com idade de 70 a 74 anos, 3,5% a.a. para os participantes com idade de 75 a 79 anos, 4,0% a.a. para os participantes com idade de 80 a 84 anos, 4,5% a.a. para os participantes com idade de 85 a 89 anos e de 5,0% a.a. para os participantes a partir de 90 anos.

⁽¹⁾ A partir de 30/11/2015 foi disponibilizada a todos os mutuários a possibilidade de renegociar seus contratos de ES Rotativo de acordo com as regras vigentes. ⁽²⁾ A partir de 01/03/2016 foi disponibilizada a todos os mutuários a possibilidade de contratar nova linha de crédito ES-13^o salário, de acordo com as regras vigentes. ⁽³⁾ Prazo máximo em meses de acordo com a faixa etária. ⁽⁴⁾ Em R\$ mil. ⁽⁵⁾ Exclusivo para quitação de saldo devedor do financiamento imobiliário com recursos próprios. ⁽⁶⁾ A partir de 23/11/2018, o teto de concessão do empréstimo simples do Plano 1 para novas contratações foi alterado de 160 mil para 165 mil. No PREVI Futuro, foi alterado de 60 mil para 63 mil.



CONCESSÕES	2018		2017	
	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor
Plano 1	64.451	813.294	60.084	846.474
PREVI Futuro	89.498	497.382	85.652	484.567
Total	153.949	1.310.676	145.736	1.331.041

7.6.2 Financiamentos Imobiliários

Linha de crédito disponível para a aquisição de imóvel residencial pelos participantes e assistidos.

Descrição	FI - Financiamentos Imobiliários	
	Plano 1	PREVI Futuro
Pré-requisito	Participantes e assistidos com dez anos completos de filiação à PREVI.	Participantes e assistidos com dez anos completos de filiação à PREVI, desde que o titular ainda não tenha utilizado financiamento.
Modalidade	CP1 - Carim Plano 1	CP2 - Carim Plano 2
Valor Financiável	Até 100% do valor de avaliação do Imóvel.	
Concessão: Condições	<p>Imóveis residenciais, novos ou usados, de alvenaria e em boas condições de conservação. Os imóveis precisam estar situados em regiões urbanas, com obras concluídas e devidamente averbados no Registro de Imóveis.</p> <p>Também é necessário que a situação documental esteja regular, sem gravames ou ônus reais.</p> <p>Utilização de recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS (conta vinculada) para complemento do valor de compra do imóvel no ato da concessão do financiamento, observadas as regras do Sistema Financeiro de Habitação (SFH).</p>	
Prestação Inicial (comprometimento de renda)	Até 20% da renda bruta, benefício bruto ou margem consignável, o que for menor.	
Prazo	Prazo: de 36 meses (3 anos) a 420 meses (35 anos). Limitação: idade + prazo = 85 anos.	
Atualização do Saldo Devedor	Mensal	
Recálculo das Prestações	Mensal	
Limitação das Prestações durante o Financiamento	30% dos proventos brutos / total dos benefícios.	
Índice de Atualização do Saldo Devedor	INPC	
Taxa de Juros	5% a.a.	
Garantia	Alienação Fiduciária do Imóvel Financiado	
Fundo de Liquidez - FL ⁽¹⁾	0,24% a.a. ⁽²⁾	0,10% a.a.
Fundo de Quitação por Morte - FQM (1)	até 59 anos - 0,25% a.a. A partir de 60 anos - 1,80% a.a. ⁽²⁾	até 59 anos - 0,10% a.a. A partir de 60 anos - 1,80% a.a.
Taxa de Administração	R\$ 19,00 por mês	
Seguro do Imóvel	0,06196% sobre o valor de avaliação do imóvel, cobrado anualmente junto com uma das prestações durante todo o prazo de financiamento.	

⁽¹⁾ Calculadas mensalmente sobre o saldo devedor. ⁽²⁾ Referem-se a contratos concedidos a partir de 2007.



CONCESSÕES	2018		2017	
	Qtde.	Valor ⁽¹⁾	Qtde.	Valor ⁽¹⁾
Plano 1	219	63.451	230	69.175
PREVI Futuro	394	85.654	328	79.356
Total	613	149.105	558	148.530

⁽¹⁾ Os valores podem sofrer alterações em virtude de possíveis cancelamentos de Concessões de FI.

LIQUIDAÇÕES DE CONTRATOS ⁽¹⁾	Plano 1				PREVI Futuro			
	2018		2017		2018		2017	
	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor
Antecipadas com Recursos Próprios ⁽²⁾	971	44.344	2.065	58.796	20	2.619	16	1.584
Nas modalidades Fim de Prazo, FQM e FL ⁽³⁾	737	6.719	2.372	9.186	0	0	0	0

⁽¹⁾ Não houve liquidações com Recursos do FGTS. ⁽²⁾ Abrange àqueles em recuperação de crédito, por Devolução de Reserva - DR, Devolução de Reserva Matemática - DRM e Substituição de Garantia. ⁽³⁾ Fundo de Quitação por Morte - FQM e Fundo de Liquidez - FL.

7.6.2.1 Plano 1

A PREVI implementou medidas para cobrança extrajudicial e judicial com vistas à recuperação dos créditos inadimplidos.

INADIMPLÊNCIA DA CARTEIRA ⁽¹⁾	Plano 1			
	2018		2017	
	Qtde.	%	Qtde.	%
Índice de Inadimplência ⁽²⁾		1,22		1,18
Contratos com Prestação Superior há mais de 90 dias ^{(3) (4)}	4.494		4.584	

⁽¹⁾ 69,9% (70,17%, em 2017) referem-se aos contratos de mutuários desligados do Banco do Brasil a partir da instituição dos planos de demissões incentivadas.

⁽²⁾ Posição de dezembro, excluídos os contratos firmados ou repactuados até 2006. ⁽³⁾ O Plano 1 possui 10.720 contratos "em ser" (12.105, em 2017).

⁽⁴⁾ 80,81% estão em fase de cobrança judicial (84,73%, em 2017).

8 PERMANENTE

DESCRIÇÃO	2017	Aquisição	Depreciação / Amortização	2018
Móveis e Utensílios	1.085	4.187	-511	4.761
Máquinas e Equipamentos	51	0	-7	44
Computadores e Periféricos	8.198	1.204	-3.394	6.008
Obras de Arte	82	0	0	82
Intangível	6.748	3.402	-3.320	6.830
Software	5.459	3.402	-2.805	6.056
Projetos ⁽¹⁾	1.289	0	-515	774
Total	16.164	8.793	-7.232	17.725

⁽¹⁾ Em 2018, foi reconhecida a perda de R\$ 1.933 referente ao projeto API (Automação do Processo Imobiliário). O impairment integral ocorreu em 2016.



9 COMPOSIÇÃO DOS ATIVOS E ANÁLISE DE SENSIBILIDADE

9.1 ALOCAÇÃO POR SEGMENTO

Composição dos ativos quanto à alocação de recursos conforme a Resolução CMN nº 4.661, de 25/05/2018 e a Resolução CMN nº 4.695, de 27/11/2018.

INVESTIMENTOS POR SEGMENTO	Plano 1		PREVI Futuro	
	2018	2017	2018	2017
Renda Fixa	40,8%	41,6%	61,1%	55,5%
Renda Variável	50,3%	48,7%	23,0%	27,6%
Investimentos Estruturados	0,5%	0,6%	1,0%	1,2%
Investimentos no Exterior	0,1%	0,1%	0,1%	0,1%
Investimentos Imobiliários	5,3%	5,7%	3,6%	4,3%
Operações com Participantes	3,0%	3,3%	11,2%	11,3%
Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%



SITUAÇÃO EXCEPCIONAL DE DESENQUADRAMENTO

PLANO 1

Limites de Alocação por Emissor

A EFPC deve observar, em relação aos recursos de cada plano por ela administrado, o limite de alocação por emissor de até 10% (dez por cento) nos demais emissores (Art. 27, inciso III).

Vale S.A. ⁽¹⁾	25,16%
--------------------------	--------

(Participação direta e por intermédio da Litel Participações S.A.)

Entidade

Limites de Concentração por Emissor

O total das aplicações de uma mesma companhia não pode exceder 25% (vinte e cinco por cento) do capital total e do capital votante (Art. 28, inciso I).	capital total	capital votante
---	---------------	-----------------

521 Participações S.A.	100,00%	100,00%
------------------------	---------	---------

Investimentos Participações Infra Estrutura S.A. (Invepar)	25,56%	⁽²⁾
--	--------	----------------

Neoenergia S.A.	38,21%	38,21%
-----------------	--------	--------

Tupy S.A.	25,88%	25,88%
-----------	--------	--------

No caso da Carteira de Fundos de Investimento Imobiliário, o total das aplicações em um mesmo Fundo não pode exceder 25% do Patrimônio Líquido do Fundo (Art. 28, inciso II, alínea “e”).

Fundo de Investimento Imobiliário Panamby	30,91%
---	--------

Justificativas

Os desenquadramentos atualmente existentes perante a nova Resolução CMN 4.661/18 vêm sendo tratados ao longo do tempo, estando em situação excepcional de desenquadramento, e com envio semestral de Relatório à PREVIC com justificativas, e estão amparados pelo Ofício nº 790/2015/CGMI/DIACE/PREVIC.

O Ofício nº 790/2015/CGMI/DIACE/PREVIC, de 30/03/2015 reconheceu, com base na legislação vigente à época, em especial os artigos 55º e 4º, ambos da Resolução CMN Nº 3.792, de 24/09/2009, o entendimento de que é possível a manutenção de ativos em situação excepcional de desenquadramento, continuando os envios de relatórios semestrais à PREVIC.

⁽¹⁾ Vide Nota 20.

⁽²⁾ Não existe desenquadramento nessa participação.

O plano de enquadramento está de acordo com a Resolução CMN nº 4.661, de 25/05/2018 e Resolução CMN nº 4.695, de 27/11/2018 e foi considerado procedente pela Previc, sendo esta informada semestralmente sobre o desenquadramento. Os ativos permanecerão em carteira sem data definida para desinvestimento.



9.2 ANÁLISE DE SENSIBILIDADE

9.2.1 Carteira de Renda Fixa

A análise de sensibilidade do segmento de Renda Fixa para os fatores de risco do mercado utilizou o cenário de simulação de choque de crescimento nas curvas de juros pré-fixado e cupom de inflação (IPCA e IGP-M).

CHOQUES NO SEGMENTO DE RENDA FIXA - IMPACTOS NO RESULTADO

PLANOS	50 pontos-base	100 pontos-base	150 pontos-base	200 pontos-base
Plano 1	715.600	1.373.600	1.980.400	2.541.400
PREVI Futuro	194.900	372.200	534.000	682.100
Capec	1.600	3.200	4.800	6.300
PGA	12.500	24.100	35.200	45.600

9.2.2 Carteira de Renda Variável

A metodologia para análise de sensibilidade de riscos de mercado do segmento de Renda Variável simula a aplicação de choques ao índice IBrX, que é o *benchmark* adotado, levando-se em consideração a variação do portfólio em relação ao referido índice, mensurada pelo seu beta, conforme demonstrado a seguir:

CHOQUES NO SEGMENTO DE RENDA VARIÁVEL - IMPACTOS NO RESULTADO

PLANOS	Δ 10%	Δ 25%	Δ 50%
Plano 1	8.299.506	20.748.765	41.497.530
PREVI Futuro	340.185	850.462	1.700.923
PGA	14.264	35.661	71.322



10 TRANSAÇÕES ENTRE PARTES RELACIONADAS

Sumário das Transações com o Patrocinador:

SUMÁRIO	Consolidado	
	2018	2017
ATIVOS		
Depósito à vista	1.526	982
Créditos Privados e Depósitos (Nota 7.1)	801.524	3.348.680
Letras Financeiras	801.524	3.348.680
Ações a vista (Nota 7.2)	8.778.234	8.139.479
Fundo de Participações ⁽¹⁾	14.901	5.084
Locadas a Patrocinador	1.008.103	1.032.439
PASSIVOS (Nota 11)		
Contrato PREVI X BB - 24/12/1997	13.190.866	13.506.509
(Provisões Matemáticas a Constituir) - Grupo Pré-67	-13.190.866	-13.506.509
Contribuições Amortizantes - Grupo Especial	1.091.011	1.101.682
(Provisões Matemáticas a Constituir) - Grupo Especial	-1.091.011	-1.101.682
Paridade - Acordo 2006	0	102.726
Utilização Superavit 2010 - Patrocinador	9.511.761	9.520.222
DESPESAS		
Contrato PREVI X BB - 24/12/1997	1.102.881	968.256
Contribuições Amortizantes - Grupo Especial	90.412	78.347
Paridade - Acordo 2006	4.637	9.091
Utilização Superavit 2010 - Patrocinador	796.295	658.524
Custódia Financeira - Contrato PREVI x BB - Disat	850	850
RECEITAS		
Letras Financeiras	216.099	310.045
Ações - Dividendos e JCP	357.639	264.967
Imóveis Locados à Patrocinadora	97.515	101.048
Contrato BB x PREVI ⁽²⁾	1.708.703	1.742.339
Contribuições Amortizantes - Grupo Especial	128.015	129.436
Contribuições Patronais ⁽³⁾	1.236.382	1.189.997

⁽¹⁾ R\$ 1.961 em Operações Compromissadas no FIP Brasil Portos e R\$ 12.940 em Operações Compromissadas no FIP FBIE II. ⁽²⁾ Ressarcimento previsto no Contrato de 53,6883529% das despesas. ⁽³⁾ Plano 1 com R\$ 574.273 (Nota 11.2) e Previ Futuro com R\$ 662.109 (R\$ 570.412 e R\$ 619.585, respectivamente, em 2017).



INFORMAÇÕES ADICIONAIS	Tipo	Data Compra	Taxa Média Negociada	Vencimento	Qtde.	PU	Valor		
Plano 1	Banco do Brasil S.A.	Letra Financeira	15/05/14	8,08	IPCA + Taxa a.a.	16/05/22	720	500	360.000
			15/05/17	5,3	IPCA + Taxa a.a.	15/04/20	20	1.000	20.000
Total							380.000		
PREVI Futuro			15/05/14	8,08	IPCA + Taxa a.a.	16/05/22	80	500	40.000
			15/05/17	5,3	IPCA + Taxa a.a.	15/04/20	20	1.000	20.000
Total							60.000		
PGA			15/05/17	5,3	IPCA + Taxa a.a.	15/04/20	10	1.000	10.000
			Total						

Também são consideradas transações entre partes relacionadas as operações com participantes detalhadas na Nota 7.6.

A PREVI utiliza o Banco do Brasil S.A., que é devidamente credenciado na CVM, para atuar como agente custodiante e responsável pelo fluxo de pagamentos e recebimentos relativos às operações de renda fixa e variável.

BB DTVM - FUNDOS DE INVESTIMENTO EXCLUSIVOS	2018		2017	
	%	Valor	%	Valor
Montante Administrado ⁽¹⁾		130.585.790		106.141.932
Taxa de administração a.a.	Renda Fixa ⁽²⁾	0,035% + 0,01% taxa de custódia	0,035%	
	Renda Variável	BB Carteira Ativa e Carteira Livre I ⁽³⁾		450
		BB SML1	0,34% + 20% Performance + 0,01% taxa de custódia	0,34% + 20% Performance

⁽¹⁾ Representa quase a totalidade, com posição de dezembro, dos fundos de investimento exclusivos (Nota 7.3).

⁽²⁾ Cobrada sobre o patrimônio do respectivo fundo.

⁽³⁾ Valor para cada um dos fundos, cobrada mensalmente à razão de 1/12 avos e provisionado todos os dias úteis.



Além das transações com a patrocinadora, apresentamos abaixo a remuneração mensal atribuída ao Pessoal Chave da Administração, bem

como a faixa de remuneração dos funcionários cedidos da patrocinadora, que também são considerados partes relacionadas:

REMUNERAÇÃO MENSAL PAGA AOS FUNCIONÁRIOS E À ADMINISTRAÇÃO DA PREVI (Em reais)

	2018	2017
Menor Salário	1.973,02	1.933,07
Maior Salário	36.362,88	34.631,32
Salário Médio	14.551,93	13.343,70
Dirigentes		
Presidente	64.138,30	64.138,30
Diretor	54.358,52 ⁽¹⁾	54.358,52
Conselheiros ⁽²⁾		
Conselho Deliberativo ⁽³⁾	16.034,58	16.034,58
Conselho Fiscal ⁽³⁾	12.827,66	12.827,66
Conselhos Consultivos Plano 1 e PREVI Futuro	0	0

⁽¹⁾ Reajuste limitado à equiparação da remuneração do Banco do Brasil. ⁽²⁾ Conselheiros suplentes recebem 50% da remuneração dos conselheiros titulares.

⁽³⁾ Proporcionalidade sobre remuneração do Presidente, conforme regimento interno.

11 EXIGÍVEL OPERACIONAL

EXIGÍVEL OPERACIONAL	PLANO 1		PREVI Futuro		Capec		PGA		Ajustes		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017
Gestão Previdencial	25.130.820	25.349.093	7.356	5.714	60.666	50.511	0	0	-3.850	-3.840	25.194.992	25.401.478
Benefícios a Pagar	1.034.346	844.084	3.530	2.620	60.666	50.511	0	0	-3.850	-3.840	1.094.692	893.375
Retenções a Recolher	107.712	106.190	1.765	1.278	0	0	0	0	0	0	109.477	107.468
Recursos Antecipados	14.281.877	14.710.917									14.281.877	14.710.917
Contrato PREVI X BB - de 24/12/97	13.190.866	13.506.509									13.190.866	13.506.509
Paridade - Acordo 2006	0	102.726									0	102.726
Contribuição Amortizante - Grupo Especial	1.091.011	1.101.682									1.091.011	1.101.682
Outras Exigibilidades	9.706.885	9.687.902	2.061	1.816	0	0	0	0	0	0	9.708.946	9.689.718
Utiliz. Superavit 2010 - Patrocinadores	9.534.279	9.520.222									9.534.279	9.520.222
Demais	172.606	167.680	2.061	1.816	0	0	0	0	0	0	174.667	169.496
Gestão Administrativa							5.735	16.153	-939	-936	4.796	15.217
Investimentos	134.362	52.233	14.770	26.581	43	42	0	8	-16.864	-17.578	132.311	61.286
Total	25.265.182	25.401.326	22.126	32.295	60.709	50.553	5.735	16.161	-21.653	-22.354	25.332.099	25.477.981



O grupo Passivo Exigível Operacional está subdividido nas Gestões Previdencial e Administrativa e em Investimentos e assinala as obrigações decorrentes das operações da PREVI, com destaque para os registros na Gestão Previdencial do Plano 1:

11.1 CONTRATO BB X PREVI – Grupo Pré-67, PARIDADE – Acordo 2006 e CONTRIBUIÇÃO AMORTIZANTE – Grupo Especial

MOVIMENTAÇÃO	2017	Atualizações ⁽¹⁾	Contribuições Antecipadas	Transferências pelo Fundo Paridade	Utiliz. BET Patrocinador	2018
Contrato BB x Previ 97 ⁽²⁾	13.506.509	1.102.880	-1.708.703	290.180 ⁽⁴⁾		13.190.866
(Provisões Matemáticas a Constituir) ⁽²⁾	-13.506.509					-13.190.866
Contrib. Amortizante - Grupo Especial ⁽³⁾	1.101.682	90.412	-128.015	26.932 ⁽⁴⁾		1.091.011
(Provisões Matemáticas a Constituir) ⁽³⁾	-1.101.682					-1.091.011
Paridade - Acordo 2006	102.726	4.637	-317.112		209.749 ⁽⁴⁾	0

⁽¹⁾ INPC + 5% a.a. ⁽²⁾ Contrato firmado entre Banco do Brasil e PREVI em 24/12/1997, aditado em 09/02/1998. ⁽³⁾ Contrato firmado entre Banco do Brasil e PREVI em 31/12/2012. ⁽⁴⁾ Nota 14.1.

11.2 UTILIZAÇÃO DO SUPERÁVIT 2010

UTILIZAÇÃO DO SUPERÁVIT - 2010 ⁽¹⁾	2017	Atualizações ⁽²⁾	Utilizações	Utiliz. BET Patrocinador	2018
Patrocinadores	9.520.222	798.079	-574.273	-209.749	9.534.279
Banco do Brasil	9.499.488	796.295	-574.273 ⁽³⁾	-209.749	9.511.761
Previ	20.734	1.784	0	0	22.518
Ativos	750.230	62.648	-77.308	0	735.570
Total	10.270.452	860.727	-651.581	-209.749	10.269.849

⁽¹⁾ Recursos oriundos da utilização do Superávit acumulado em 2010, com implementação do Benefício Especial Temporário - BET, autorizada em 16/02/2011. ⁽²⁾ INPC + 5% a.a. ⁽³⁾ Contribuições patronais (Nota 10).

12 EXIGÍVEL CONTINGENCIAL

A PREVI classifica a faixa de risco de perda em cada um dos objetos contidos nos processos em que a Entidade é parte.

FAIXA DE RISCO	Quantidade de Objetos
Provável	4.559
Possível	25.241
Remota	34.594
Total	64.394

Cada um dos objetos corresponde a pedido efetuado pela parte autora em processo judicial movido em face da PREVI a ser apreciado pelo juiz. Os critérios utilizados pela Entidade para mensurar o valor correspondente a cada um desses objetos levam em conta as fases do respectivo processo:

- a) conhecimento: os processos ajuizados são agrupados por Plano de Benefícios e Programa de Gestão. O valor relacionado a cada processo é obtido por meio da liquidação prévia dos pedidos, cujos cálculos são elaborados internamente de acordo com a natureza do objeto da demanda



judicial e da jurisprudência dos tribunais, permanecendo inalterada até que alguma decisão judicial venha a alterar o cenário do desfecho da lide ou que ocorra atualização anual da liquidação prévia.

b) execução: o valor do objeto é obtido considerando o “valor da execução” em lugar das estimativas feitas na fase de conhecimento.

12.1 CONTINGÊNCIAS – PERDA PROVÁVEL

As provisões decorrentes dos objetos com chance de perda provável, ou seja, aqueles que a PREVI entende que provavelmente terão decisões contrárias à sua tese e provavelmente gerarão desembolsos

futuros, estão apresentadas no quadro a seguir, o qual demonstra a composição das provisões contingenciais relativas aos Planos de Benefícios e ao PGA.

Foi aplicado sobre as provisões relativas aos depósitos judiciais o cálculo do indicador-chave de risco (KRI), que mensura o nível de risco ao qual a PREVI está exposta para as ações em execução. Apurou-se, com base nos processos encerrados nos últimos cinco anos, um índice de 55,08%, posição de dezembro/2018 (60,85%, em dezembro/2017). Assim, este foi o percentual de provisão constituída para todos os processos em fase de execução em que a PREVI é ré.

EVOLUÇÃO DAS CONTINGÊNCIAS	Gestão Previdencial				Investimentos ⁽³⁾	Gestão Administrativa		Total
	Plano 1	PREVI		Consolidado				
		Futuro	Capec					
2017	1.517.657	146	4.167	1.521.970	31.054	273.252	4.292	1.830.568
Provisões Adicionais - Novos Processos	13.723	6	44	13.773	208	0	0	13.981
Baixa de Provisões - Levantamentos ⁽¹⁾	-46.976	0	0	-46.976	-4.918	0	0	-51.894
Baixa de Provisões - Pagamentos	-72.871	0	-278	-73.149	-1.428	0	-98	-74.675
Reavaliação das Ações Existentes ⁽²⁾	260.146	26	597	260.769	15.647	31.983	103	308.502
2018	1.671.679	178	4.530	1.676.387	40.563	(4)305.235	(5)4.297	2.026.482

⁽¹⁾ Depósitos revertidos em favor da PREVI. ⁽²⁾ Maturidade dos processos em andamento, seja por encerramento ou migração para fase de execução; revisão anual do cálculo de liquidação prévia dos objetos com faixa de risco provável. ⁽³⁾ Plano 1, exclusivamente. ⁽⁴⁾ Ações fiscais. ⁽⁵⁾ Ações trabalhistas.

12.1.1 Gestão Previdencial

Fundamentada em parecer técnico da área jurídica e observando a classificação de risco apontada, a PREVI constituiu provisão para fazer face às ações ajuizadas por participantes e ex-participantes cujo objeto é classificado com chance de perda provável ou aqueles em que já existe execução de julgado contrário à PREVI. Quase a totalidade dessas ações refere-se ao Plano 1.

São compostas principalmente pelos pedidos relacionados aos expurgos inflacionários referentes à correção do montante das contribuições resgatadas mediante a desconsideração dos índices previstos no regulamento do plano e a aplicação de índices de inflação supostamente expurgados pelos planos econômicos do Governo Federal.

12.1.2 Gestão Administrativa

12.1.2.1 Ações Trabalhistas

Compõe as ações de ex-funcionários da PREVI contra a Entidade, por meio das quais os

reclamantes discutem pretensos direitos, relativos a diversas verbas salariais e indenizatórias.

12.1.2.2 Ações Fiscais

São ações que a PREVI move contra a União em que se discute a incidência de tributos sobre as receitas administrativas e encargos patronais sobre serviços prestados por cooperativas de trabalho. Esses valores são depositados judicialmente e encontram-se integralmente provisionados.

a) Contribuição Social ao PIS e COFINS – Processo

nº 2006.51.01.013659-9, do Tribunal Regional Federal da 2ª Região. Mandado de segurança impetrado pela PREVI em 13/07/2006, com pedido de liminar visando à garantia do direito líquido e certo de não submeter a Entidade à cobrança do PIS e da COFINS nos moldes exigidos pela Lei nº 9.718, de 27/11/1998. A liminar foi concedida e a segurança foi julgada em sentença que considerou parcialmente procedentes os pedidos da PREVI. O processo tramita no Supremo



Tribunal Federal em razão da interposição de recurso extraordinário. O referido recurso, no entanto, encontra-se suspenso em razão da declaração de repercussão geral em outro processo com recurso extraordinário pendente de julgamento, cuja matéria é similar àquela tratada no processo da PREVI e, portanto, poderá ter reflexos na decisão relativa ao Mandado de Segurança da PREVI. Portanto, até o momento não há decisão final do Poder Judiciário sobre a exigibilidade ou não das contribuições devidas ao PIS e a COFINS, razão pela qual a PREVI continua dando cumprimento à legislação vigente e à decisão do TRF, depositando os valores em juízo, até que o STF defina a situação das EFPCs. Encontram-se integralmente provisionados recursos na ordem de R\$ 305.235 (R\$ 273.252, em 2017). Com fundamento em parecer jurídico e chance de perda classificada como possível, está sendo efetuado, desde julho de 2006, depósito judicial correspondente às referidas contribuições, que totalizavam, em dezembro de 2018, o saldo de R\$ 303.520 (R\$ 271.324, em 2017 - Nota 6).

12.1.3 Investimentos

a) Condomínio do Edifício Verdes Mares – Processo nº 2004.209.000645-2, 5º VC Barra Tijuca (RJ). Ação de obrigação de fazer/providenciar a recuperação dos planos das fachadas do

Edifício do Condomínio Verdes Mares, construído nos anos de 1990 em regime de incorporação imobiliária com a participação da PREVI, cumulada com pedido de pagamento de indenização correspondente à desvalorização experimentada pelas unidades imobiliárias em razão de problemas construtivos (“Indenização”). A Ação foi ajuizada em 16/1/2004 pelo Condomínio do Edifício Verdes Mares em face da PREVI e PLENGE ENGENHARIA, então denominada de PLARCON ENGENHARIA. O STJ determinou a realização de perícia judicial para apuração e quantificação do valor indenizatório correspondente à desvalorização imobiliária experimentada pelas unidades imobiliárias do Condomínio em razão dos problemas construtivos verificados no Edifício. Atualmente, o processo encontra-se em fase de perícia para apurar a extensão dos danos.

b) Camp Tower – Processo nº 98.0613429-0, 2ª VF Campinas, (SP). Desapropriação do imóvel em Campinas pelo TRT. Recurso ao TRF da 3ª Região para julgamento desde 31/07/2012. Em 11/11/2015, autos recebidos do gabinete para juntada de petição; apelação ainda pendente de julgamento.

c) Outros – Encontram-se também provisionados os valores relativos às ações de revisão de contratos de financiamento imobiliário.

12.2 DEPÓSITOS E BLOQUEIOS JUDICIAIS

Evolução dos Depósitos e Bloqueios Judiciais	Gestão Previdencial				Investimentos			Gestão Administrativa	Total
	Plano 1	PREVI		Consolidado	Plano 1	PREVI			
		Futuro	Capec			Futuro	Consolidado		
2017	2.714.864	298	7.791	2.722.953	41.086	4	41.090	281.855	3.045.898
Novos Depósitos / Bloqueios	317.327	29	1.095	318.451	7.943	7	7.950	20.575	346.976
Atualizações	178.685	20	717	⁽¹⁾ 179.422	3.504	0	⁽¹⁾ 3.504	⁽²⁾ 11.005	193.931
Levantamentos ⁽⁴⁾	-57.203	0	0	-57.203	-5.058	0	-5.058	⁽³⁾ -5.146	-67.407
Conversões em Pagamento ⁽⁵⁾	-72.871	0	-278	-73.149	-1.428	-4	-1.432	-98	-74.679
2018	3.080.802	347	9.325	3.090.474	46.047	7	46.054	308.190	3.444.718

⁽¹⁾ Índice para Depósitos Judiciais: Taxa Referencial (TR). ⁽²⁾ Índice para PIS/Cofins: taxa Selic. ⁽³⁾ Contém levantamento a favor da Previ de R\$ 5.088. ⁽⁴⁾ Depósitos resgatados pela Previ. ⁽⁵⁾ Depósitos levantados pela parte contrária.

a) Contribuição Previdenciária - INSS - Processo nº 2010.51.01.002955-5, 4ª VF do Rio de Janeiro (RJ) – União, Fazenda Nacional. Ação Ordinária em face da União Federal em que

se questiona a legalidade da cobrança de contribuição previdenciária prevista no Inciso IV, do Artigo 22, da Lei 8.212, de 24/06/1991. Estão depositados judicialmente R\$ 4.897 referentes



às contribuições previdenciárias incidentes sobre os serviços prestados por cooperativas de trabalho e de transporte, correspondentes ao período de dezembro de 2004 a outubro de 2014. Em 21/11/2014, foi acolhido parcialmente o requerimento da PREVI de antecipação dos efeitos de tutela somente para determinar a suspensão das exigibilidades do crédito tributário quanto a eventuais recolhimentos vincendos da contribuição previdenciária sobre serviços prestados pelas cooperativas de trabalho, desobrigando a Entidade a realizar depósitos judiciais. Em 25/06/2015, foi publicada sentença julgando procedente o pedido da PREVI, para o fim de: “(i) declarar a inexistência de relação jurídica entre as partes no que se refere à obrigação de recolher a contribuição previdenciária prevista no Artigo 22, IV da lei 8.212/91 e determinar que a parte ré se abstenha de exigir da autora a referida contribuição, diante da inconstitucionalidade já reconhecida nos termos do Recurso Extraordinário nº 595.838 do Supremo Tribunal Federal e assim (ii) declarar direito da parte autora à repetição do indébito, após o trânsito em julgado desta decisão (CTN, Artigo 170-A), mediante restituição em espécie ou compensação, nos moldes do Artigo 66 da lei 8.383/91.” Não houve a interposição de recurso e em 18/08/2015 foi certificado o trânsito em julgado da decisão. Em 08/09/2015, foi apresentado pedido de permanência dos autos em cartório a fim de darmos início à execução do julgado. Em 04/12/2015, fomos intimados para levantar os valores depositados. Como a ordem de levantamento de valores contemplara apenas o valor histórico, a PREVI requereu que fosse também autorizado o levantamento da correção. Contra a decisão, a União apresentou Agravo de Instrumento, cujo provimento foi negado, sendo que em 23/11/2017 foi publicado despacho que autorizou o levantamento pela PREVI do percentual de 88,76% do total depositado nos autos; em 04/12/2017 a PREVI peticionou reiterando a necessidade de deferimento do levantamento do total depositado, tendo sido esse pedido negado, em despacho publicado em 11/12/2017. Essa posição permaneceu até março de 2018, quando foi levantado o depósito judicial no valor de R\$ 5.088.

13 PASSIVOS E ATIVOS CONTINGENTES

13.1 PASSIVOS CONTINGENTES

Fundamentada em parecer técnico da área jurídica e observando a classificação de risco apontada, a PREVI considera como passivos contingentes os recursos necessários para fazer frente às ações ajuizadas em face da PREVI cujo objeto é

classificado com chance de perda possível. Quase a totalidade dessas ações refere-se ao Plano 1.

Os objetos com probabilidade de perda possível representam o montante de R\$ 1.753.901 (R\$ 2.025.177, em 2017). São compostos principalmente pelos seguintes pedidos: demandas ligadas aos investimentos, revisão contratual em financiamento imobiliário, revisão de benefício pela aplicação das regras do regulamento vigente à época da adesão do participante ao plano de benefícios e revisão do benefício pela incidência de verbas obtidas em reclamações trabalhistas em face do patrocinador. Nesse montante, incluem-se também os processos junto à Receita Federal do Brasil no âmbito administrativo.

13.2 ATIVOS CONTINGENTES

13.2.1 Obrigações do Fundo Nacional de Desenvolvimento – OFND

Processo nº 123902-36.1991.4.02.5101, 23ª VF do Rio de Janeiro (RJ). Ação ordinária ajuizada pela Abrapp em face do Fundo Nacional de Desenvolvimento – FND, do BNDES e da União Federal. A ação objetiva o refazimento dos cálculos relacionados à atualização do valor das OFND e, conseqüentemente, dos respectivos rendimentos. Propõe-se a adoção do IPC, em vez do BTN, correspondente ao período de abril de 1990 a fevereiro de 1991.

O trânsito em julgado do mérito ocorreu em 28/09/2008 e o processo entrou na fase de execução. Após o trânsito em julgado, a União ajuizou Ação Rescisória nº 2012.02.01.000858-3 interposta pela União Federal em face da Abrapp. Foram apresentados Recurso Especial e Recurso Extraordinário pela União e pela Abrapp. O Recurso Especial teve provimento negado monocraticamente pelo relator. Contra a decisão, a União apresentou Agravo Interno, pendente de julgamento.

Em 27/11/2015, foram ajuizadas as ações de liquidação por artigos de título judicial, sendo a PREVI tombada sob o nº 0145854-31.2015.4.02.5101, em trâmite perante a 26ª VF do Rio de Janeiro (RJ).

Em 14/04/2016, a União peticionou na execução na tentativa de discutir suposta ausência de documentos e a questão preliminar já ultrapassada, quanto à legitimidade da Abrapp. Segundo a União, a Abrapp somente poderia atuar em juízo como substituta processual de suas associadas quando expressamente autorizada. Dessa forma, segundo o argumento da União, somente poderiam figurar como substituídas as entidades que estiveram presentes na assembleia onde se discutiu o ingresso em juízo. Alegou



também que não foi comprovado pela Abrapp que todas as EFPCs eram mantidas por empresas públicas.

A preliminar de ilegitimidade foi apreciada e afastada pelo juízo em decisão datada de 30/06/2017.

A União apresentou sua contestação e a ABRAPP sua réplica, de modo que a execução seguirá perante o respectivo juízo, sendo certo que próximo desdobramento deverá ser a nomeação de perito para, a partir dos valores ofertados pelas partes, apresentar seu laudo, o que deverá ocorrer tão logo haja a resposta da Central de Custódia e Liquidação Financeira de Títulos – CETIP ao questionamento do juízo com relação à titularidade das OFNDs no período compreendido entre abril de 1990 e fevereiro de 1991.

13.2.2 Dividendos da Telebrás

Processo nº 1997.34.00.026811-3, 23ª VF de Brasília (DF). A Telebrás firmou transação parcial com a PREVI decorrente de decisão judicial condenatória transitada em julgado. O valor remanescente da transação parcial está sendo pago em 30 prestações semestrais e sucessivas, atualizadas pelo INPC, acrescido de 6%a.a. O valor considerado controverso está em discussão e será definido ao cabo da impugnação. Na atual fase processual (fase de cumprimento de sentença) está sendo realizada a perícia.

14 PROVISÕES MATEMÁTICAS

As Provisões Matemáticas apresentadas a seguir foram determinadas com base em cálculos atuariais efetuados por profissionais habilitados da Diretoria de Seguridade, conforme Parecer Atuarial aprovado pelo Conselho Deliberativo em 20/02/2019.

14.1 PLANO DE BENEFÍCIOS 1

Os valores especificados no DPT (Nota 3) do Plano 1 foram obtidos com base no seguinte plano de custeio:

Participantes Ativos – de acordo com o enquadramento de seus salários de participação nas alíquotas estabelecidas na tabela a seguir: (Artigo 66 do Regulamento)

PLANO DE CUSTEIO

Salário de participação	Contribuição Mensal	Parcela a deduzir
SP < 1/2 PP * 1,25	1,8% x SP	-
1/2 PP * 1,25 <= SP < PP * 1,25	3,0% x SP	0,75% x PP
SP >= PP * 1,25	7,8% x SP	6,75% x PP

SP – Salário de participação
PP – Parcela PREVI

Participantes Assistidos – 4,8% do valor do complemento de aposentadoria. (Artigo 68 do Regulamento)

Patrocinadoras – valor idêntico ao das contribuições vertidas pelos participantes. (Artigo 69 do Regulamento)

Além dessas contribuições, o plano de custeio do Plano 1 prevê, na forma do contrato BB x PREVI – Grupo Pré-67, de 24/12/1997, que o Banco verterá contribuições para manter equilibrado o saldo da conta “Contribuições Amortizantes Antecipadas” frente à conta “Provisões Matemáticas a Constituir” (Nota 11.1).



O aumento das Provisões Matemáticas no valor de R\$ 7.938.691 (R\$ 2.196.090, em 2017), demonstrado na DMAL do Plano 1, deve-se principalmente à alteração de premissas Tábuas de Válidos e Inválidos na reavaliação atuarial para o exercício de 2018. A variação do INPC 3,43% (2,07%, em 2017) pouco impactou a variação da Reserva Matemática de Benefícios Concedidos, que foi mais sensibilizada pelo decréscimo da população pelo seu natural envelhecimento. As premissas atuariais, aprovadas pelo Conselho Deliberativo em 20/02/2019, foram:

PREMISSAS ATUARIAIS	2018	2017
Biométricas / Demográficas ⁽¹⁾		
Mortalidade de Válidos	BR.EMSsb-2015	AT-2000 Suavizada em 10%
Mortalidade de Inválidos	CS058 Female	Winklevoss Experiência PREVI
Entrada em Invalidez	Light Fraca	Light Fraca
Composição da Família de Pensionistas	Base 2018	Base 2015
Rotatividade ⁽²⁾	0%	0%
Entrada em Aposentadoria ^{(2) (3)}	53 anos (Aposentadoria Antecipada)	53 anos (Aposentadoria Antecipada)
Econômicas		
Taxa Real de Juros ⁽⁴⁾	5% ao ano	5% ao ano
Taxa de Inflação de Longo Prazo	4,00%	4,00%
Capacidade Salarial/de Benefício	98,225%	98,225%
Taxa de Carregamento	4%	4%
Taxa de Crescimento Real de Salário	0,7670%	0,9320%

⁽¹⁾ O estudo de aderência das tábuas biométricas (mortalidade de válidos e inválidos e entrada em invalidez) subsidia as premissas biométricas utilizadas para o cálculo das Provisões Matemáticas. ⁽²⁾ As premissas de Rotatividade e Entrada em Aposentadoria foram incluídas na relação dos Estudos Técnicos a partir do exercício de 2018. Essas premissas não impactaram os resultados das Reservas Matemáticas em 2017. ⁽³⁾ Considera a primeira condição de elegibilidade de acordo com as regras previstas no regulamento, observada a idade mínima de 53 anos para a aposentadoria antecipada e o valor do maior encargo dentre os benefícios programados. ⁽⁴⁾ De acordo com a Portaria Previc nº 363, de 26 de abril de 2018, o Artigo 6º, da Instrução Previc nº 10, de 30.11.2018 e o Artigo 3º, da Resolução MPS/CNPC nº 15, de 19/11/2014, está no intervalo estabelecido entre os limites inferior e superior de 4,19% a.a. e 6,38% a.a., respectivamente.



14.2 PLANO DE BENEFÍCIOS PREVI FUTURO

O PREVI Futuro é estruturado na modalidade de contribuição variável e composto de duas partes: a Parte I, relativa aos benefícios de risco, e a Parte II, relativa aos benefícios programados.

PLANO DE CUSTEIO - PREVI Futuro

Participantes	Patrocinadora
Parte I	
- 0,609984% sobre o salário de participação.	- 100% do somatório das contribuições dos participantes relativas a esta parte do plano.
Parte II	
- subparte “a”: 6,390016% sobre o salário de participação. - subparte “b”: percentual do respectivo salário de participação, a ser obtido de acordo com a pontuação relativa ao participante, conforme Tabela 1 do artigo 62 do Regulamento - subparte “c”: percentual do salário de participação a ser fixado individualmente pelo participante, não podendo ser inferior a 2%.	- subparte “a”: 100% do somatório das contribuições dos participantes para esta subparte. - subparte “b”: 100% da contribuição individual do participante para esta subparte, limitado o somatório dessas contribuições a 7% do total da folha de salários de participação dos participantes deste plano. - subparte “c”: não há

Obs.: a contribuição total da Patrocinadora para o PREVI Futuro está limitada a 14% do total da folha de salários de participação.

O aumento das Provisões Matemáticas no valor de R\$ 2.710.116 (2.363.967, em 2017), demonstrado na DMAL do PREVI Futuro, deve-se principalmente à rentabilidade auferida nos investimentos, que altera

os saldos de contas dos participantes, registrados na Reserva de Benefícios a Conceder – Parte II (Benefícios Programados) e das contribuições que foram vertidas ao plano, especialmente à Parte II.

PREMISSAS ATUARIAIS - PREVI Futuro

2018

2017

Biométricas / Demográficas

Mortalidade de Válidos	BR.EMSsb-2015	AT-2000 Suavizada em 10%
Mortalidade de Inválidos	CS058 Female	Winklevoss Experiência PREVI
Entrada em Invalidez	Light Fraca	Light Fraca
Composição da Família de Pensionistas	Base 2018	Base 2015
Rotatividade ⁽¹⁾	0%	0%
Entrada em Aposentadoria ^{(1) (2)}	53 anos (Aposentadoria Antecipada)	53 anos (Aposentadoria Antecipada)

Econômicas

Taxa Real de Juros ⁽³⁾	5% a.a.	5% a.a.
Taxa de Inflação de Longo Prazo	4,00%	4,00%
Capacidade Salarial/de Benefício	98,225%	98,225%
Taxa de Carregamento	4%	4%
Taxa de Crescimento Real de Salário	2,422% (Banco do Brasil) 0,783% (PREVI)	2,682% (Banco do Brasil) 0,783% (PREVI)

(1) As premissas de Rotatividade e Entrada em Aposentadoria foram incluídas na relação dos Estudos Técnicos a partir do exercício de 2018. Essas premissas não impactaram os resultados das Reservas Matemáticas em 2017. ⁽²⁾ Considera a primeira condição de elegibilidade de acordo com as regras previstas no regulamento, observada a idade mínima de 53 anos para a aposentadoria antecipada e o valor do maior encargo dentre os benefícios programados. ⁽³⁾ De acordo com a Portaria Previc nº 363, de 26 de abril de 2018, o Artigo 6º, da Instrução Previc nº 10, de 30.11.2018 e o Artigo 3º, da Resolução MPS/CNPC nº 15, de 19/11/2014, está no intervalo estabelecido entre os limites inferior e superior de 4,17% a.a. e 6,36% a.a., respectivamente



15 EQUILÍBRIO TÉCNICO

Em 25/11/2015, foi promulgada a Resolução MPS/CNPC nº 22, que alterou a Resolução CGPC nº 26, de 29/09/2008, quanto aos procedimentos a serem observados na apuração do resultado do plano e que passou a considerar a duração do passivo do plano de benefícios (*duration*) na apuração do limite de equilíbrio técnico acumulado, com aplicação obrigatória em resultados a partir do exercício de 2015. A *duration* corresponde à média dos prazos dos fluxos de pagamentos de benefícios do plano, líquido de contribuições normais e extraordinárias incidentes sobre esses benefícios, ponderada pelos valores presentes desses fluxos.

15.1 PLANO DE BENEFÍCIOS 1

EQUILÍBRIO TÉCNICO	2018	2017
Reserva de Contingência	6.524.259	0
Reserva Especial para Rev. de Plano ⁽¹⁾	0	0
Déficit Técnico Acumulado	0	-4.295.067

⁽¹⁾ Artigo 8º, da Resolução MPS/CGPC nº 26, de 29 de setembro de 2008.

O Superávit Técnico do Exercício de R\$ 10.819.326 (9.648.271, em 2017) resultou na reversão do Déficit Técnico Acumulado (R\$ 4.295.067, em 2017) e na constituição de Reserva de Contingência de R\$ 6.524.259, em 31/12/2018.

Contribuiu para esse resultado o retorno positivo de 18,82% da carteira de investimentos (Nota 17.2). O índice de cobertura dos compromissos atuariais (Ativo Líquido sobre as Provisões Matemáticas) foi de 1,04 (0,97, em 2017).

EVOLUÇÃO - Plano 1	2018	2017
Equilíbrio Técnico - Exercício Anterior	-4.295.067	-13.943.338
Resultado Líquido Previdencial	-11.153.515	-10.458.875
Resultado das Contingências	-59.328	320.550
Cobertura de Despesas Administrativas	-48.182	-47.931
Resultado Líquido dos Investimentos	30.017.901	22.028.383
Variação Provisão Matemática	-7.938.691	-2.196.090
Fundos Previdenciais	1.141	2.234
Equilíbrio Técnico - No Exercício	6.524.259	-4.295.067



15.2 PLANO DE BENEFÍCIOS PREVI FUTURO

Por ser de Contribuição Variável, o Equilíbrio Técnico do PREVI Futuro é decorrente principalmente dos valores apurados na Parte I do plano, estruturada na modalidade de Benefício Definido. Nessa parte, são calculados os benefícios de risco, enquanto que na Parte II são apuradas as reservas dos benefícios programados.

EQUILÍBRIO TÉCNICO	2018	2017
Reserva de Contingência	0	⁽¹⁾ 151.978
Superávit Técnico Acumulado	0	151.978

⁽¹⁾ Ganhos atuariais acumulados foram revertidos ao Fundo de Gestão de Risco, conforme Parecer Atuarial.

EVOLUÇÃO - PREVI Futuro

Equilíbrio Técnico - 2017	151.978
Resultado Líquido Previdencial	1.251.321
Resultado das Contingências	-11
Cobertura de Despesas Administrativas	-53.734
Resultado Líquido dos Investimentos	1.685.955
Variação Provisão Matemática	-2.710.116
Fundos Previdenciais	-325.393
Equilíbrio Técnico - 2018	0

16 FUNDOS

EVOLUÇÃO DOS FUNDOS	Gestão Previdencial	Gestão Administrativa	Investimentos	Consolidado
2016	467.804	939.944	909.933	2.317.681
Formação/Reversão de Fundos	101.107	75.987	69.554	246.648
2017	568.911	1.015.931	979.487	2.564.329
Formação/Reversão de Fundos	394.238	78.907	105.305	578.450
2018	963.149	1.094.838	1.084.792	3.142.779



16.1 GESTÃO PREVIDENCIAL

Os fundos previdenciais são constituídos pelo atuário com o objetivo de minimizar os efeitos de oscilações das variáveis atuariais sobre os resultados dos planos de benefícios, para promover maior estabilidade e reduzir a ocorrência de déficits conjunturais. O atuário deve indicar sua fonte de custeio e finalidade, que deve guardar relação com o evento determinado ou um risco identificado, avaliado, controlado e monitorado.

MOVIMENTAÇÃO DOS FUNDOS PREVIDENCIAIS

		2017	Aportes	Atualizações	Utilizações	2018
Plano 1	Fundo de Renda Certa ⁽¹⁾	2.238	0	115	-1.256	1.097
	Subtotal	2.238	0	115	-1.256	1.097
PREVI Futuro	Fundo de Cotas Resguardadas ⁽²⁾	84.311	0	27.207	0	111.518
	Fundo Cobert. Risco Reingresso Ex Part. ⁽³⁾	36.294	0	10.617	0	46.911
	Fundo de Gestão Risco ⁽⁴⁾	154.226	0	287.569 ⁽⁷⁾	0	441.795
	Subtotal	274.831	0	325.393	0	600.224
Capec	Fundo da Carteira de Pecúlios ⁽⁵⁾	37.776	28.789	0	-14.890	51.675
	Fundo de Reserva para Cob. Oscilações ⁽⁶⁾	254.066	33.216	22.871	0	310.153
	Subtotal	291.842	62.005	22.871	-14.890	361.828
Total		568.911	62.005	348.379	-16.146	963.149

Finalidades:

⁽¹⁾ Pagamento do Benefício Especial aos participantes que excederam 360 contribuições até 31/12/2006 (Artigo 93 do Regulamento). ⁽²⁾ Consolidação dos saldos sem destinação definida no Regulamento anterior, bem como de participantes e ex-participantes que podem receber de imediato. ⁽³⁾ Valores necessários para recompor o saldo patronal da Parte II de participantes que têm direito a reingressar ao PREVI Futuro. ⁽⁴⁾ Para fazer frente às oscilações de compromissos e ajustes operacionais. ⁽⁵⁾ Garantir o pagamento de pecúlios sempre que as disponibilidades próprias forem insuficientes, em função do subsídio das contribuições para as faixas etárias maiores. ⁽⁶⁾ Garantir o pagamento de pecúlios sempre que as disponibilidades próprias forem insuficientes (Artigo 50 do Regulamento). ⁽⁷⁾ Vide Nota 15.2.



16.2 GESTÃO ADMINISTRATIVA

O Fundo Administrativo tem por finalidade garantir o pagamento das despesas excedentes relativas à manutenção da estrutura administrativa da PREVI. É constituído ou revertido a partir do resultado positivo ou negativo encontrado na apuração das receitas, despesas e resultado dos investimentos da Gestão Administrativa.

O quadro abaixo apresenta a metodologia empregada pela Entidade na apuração do Fundo Administrativo, segregado por Plano de Benefícios, de acordo com os Artigos 22 a 26 do Regulamento do PGA:

EVOLUÇÃO DA PARTICIPAÇÃO DO FUNDO ADMINISTRATIVO	Plano 1	PREVI Futuro	Capec	Consolidado
2017	736.214	235.489	44.228	1.015.931
(+/-) Remuneração do Fundo Administrativo ⁽¹⁾	80.136	27.884	5.187	113.207
(+) Custeio Administrativo - Previdencial ⁽²⁾	48.182	53.734	8.475	110.391
(-) Despesas Específicas - Previdenciais	-16.593	-483	-69	-17.145
(+) Receitas Específicas ⁽³⁾	1.730	1	0	1.731
Subtotal	849.669	316.625	57.821	1.224.115
(+/-) Despesas Comuns Previdenciais (-) Receitas Comuns ⁽⁴⁾	-91.155	-32.179	-5.943	-129.277
2018	758.514	284.446	51.878	1.094.838
(+/-) Aporte / Reversão do Fundo Administrativo	22.300	48.957	7.650	78.907

⁽¹⁾ Resultado Positivo dos Investimentos. ⁽²⁾ Taxa de carregamento de 4% sobre as contribuições do Plano 1 e Plano Previ Futuro e de 2,5% da Capec.

⁽³⁾ Reembolsos c/ Veiculação e Convênios e Taxa de Devolução de Reservas. ⁽⁴⁾ Valor rateado com base na proporção apurada, mensalmente, sobre o resultado do campo Subtotal acima.



16.3 INVESTIMENTOS

Os Fundos dos Investimentos são constituídos de percentuais cobrados mensalmente nas prestações de Empréstimos Simples e de Financiamentos Imobiliários, estabelecidos de acordo com os regulamentos em vigor.

As taxas de FQM e FL das Carteiras de Empréstimos e Financiamentos são apuradas/reavaliadas anualmente, e os recursos existentes nos Fundos são suficientes para fazer frente aos riscos

referentes aos eventos de morte dos mutuários e de crédito das carteiras. O FQM destina-se à quitação das obrigações vincendas em caso de morte do tomador. O FL, no Empréstimo Simples, destina-se à quitação das dívidas inadimplidas consideradas irre recuperáveis pela PREVI após a adoção de todas as medidas cabíveis, inclusive judiciais, e, no Financiamento Imobiliário, para quitar eventual resíduo do saldo existente após o pagamento da última prestação.

MOVIMENTAÇÃO DOS FUNDOS DOS INVESTIMENTOS

	2017	Aportes	Atualizações	Utilizações / Reversões	2018
Fundos de Empréstimos Simples	345.143	67.581	31.965	-59.659	385.030
Fundo de Liquidez	190.818	5	17.536	-36	208.323
Fundo de Quitação por Morte	154.325	67.576	14.429	-59.623	176.707
Fundo de Financiamentos Imobiliários	613.611	14.762	61.803	-15.334	674.842
Fundo Comum de Liquidez e Quitação por Morte	549.643	5.048	57.049	⁽¹⁾ -9.134	602.606
Fundo de Liquidez - Carim 2007	25.870	2.026	2.480	0	30.376
Fundo de Quitação por Morte - Carim 2007	22.654	7.688	2.274	-3.206	29.410
Excedente Fundo de Hedge - 1996 a 2009 ⁽¹⁾	15.444	0	0	-2.994	12.450
Subtotal	958.754	82.343	93.768	-74.993	1.059.872
Fundos de Empréstimos Simples	20.009	1.406	3.196	-910	23.701
Fundo de Liquidez	11.193	0	2.362	0	13.555
Fundo de Quitação por Morte	8.816	1.406	834	-910	10.146
Fundo de Financiamentos Imobiliários	724	411	84	0	1.219
Fundo de Liquidez - Carim 2007	348	191	40	0	579
Fundo de Quitação por Morte - Carim 2007	376	220	44	0	640
Subtotal	20.733	1.817	3.280	-910	24.920
Total	979.487	84.160	97.048	-75.903	1.084.792

⁽¹⁾ Fundo destinado à absorção de gastos judiciais na recuperação de créditos imobiliários.

A forma de cálculo e cobrança das taxas do FQM e do FL do Plano 1 e PREVI Futuro sobre operações de empréstimos simples e financiamentos imobiliários encontram-se divulgados nas Notas 7.6.1 e 7.6.2, respectivamente.



17 MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO SOCIAL

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO SOCIAL	2018	2017
A) Patrimônio Social - início do exercício	156.359.659	141.752.705
Adições	36.919.851	28.870.909
Destinações	-15.025.246	-14.263.955
B) Patrimônio Social - final do exercício	178.254.264	156.359.659

17.1 GESTÃO PREVIDENCIAL

GESTÃO PREVIDENCIAL	PLANO 1		PREVI Futuro		Capec		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017
Adições	33.100.099	25.455.292	3.045.083	2.687.942	370.120	351.287	36.515.302	28.494.521
Contribuições	3.082.198	3.106.359	1.359.128	1.268.258	340.729	318.403	4.782.055	4.693.020
Correntes	3.041.283	3.070.194	1.357.866	1.267.205	340.729	318.396	4.739.878	4.655.795
Patrocinador	574.785	571.024	662.293	619.753	0	0	1.237.078	1.190.777
Participantes	574.957	573.482	682.318	635.237	340.559	318.396	1.597.834	1.527.115
Autopatrocinados	54.823	53.914	13.255	12.215	0	0	68.078	66.129
Outros Recursos Correntes ⁽¹⁾	1.836.718	1.871.774	0	0	170	0	1.836.888	1.871.774
Portabilidade	0	0	939	909	0	0	939	909
Remuneração das contribuições em atraso	5	5	0	0	0	0	5	5
Outras Adições	40.910	36.160	323	144	0	7	41.233	36.311
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	30.017.901	22.028.383	1.685.955	1.419.615	29.315	31.586	31.733.171	23.479.584
Reversão Líquida de Contingências - Gestão Previdencial	0	320.550	0	69	76	1.298	76	321.917
Destinações	-14.343.223	-13.613.165	-161.552	-130.454	-300.134	-289.489	-14.804.909	-14.033.108
Benefícios	-14.235.713	-13.565.234	-107.807	-80.019	-291.659	-281.552	-14.635.179	-13.926.805
Prestação Continuada	-12.097.600	-11.710.607	-24.351	-20.950	0	0	-12.121.951	-11.731.557
Prestação Única	-7.881	-30.515	-80.319	-56.048	-286.073	-278.568	-374.273	-365.131
Institutos	-2.809	0	-2.880	-2.901	0	0	-5.689	-2.901
Outras Deduções ⁽²⁾	-2.127.423	-1.824.112	-257	-120	-5.586	-2.984	-2.133.266	-1.827.216
Resultado Negativo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	0	0	0	0	0	0	0	0
Constituição Líquida de Contingências - Gestão Previdencial	-59.328	0	-11	0	0	0	-59.339	0
Custeio Administrativo	-48.182	-47.931	-53.734	-50.435	-8.475	-7.937	-110.391	-106.303
Acréscimos/Decréscimos	18.756.876	11.842.127	2.883.531	2.557.488	69.986	61.798	21.710.393	14.461.413

⁽¹⁾ Contratos firmados entre Banco do Brasil e PREVI (53,6883529% do Grupo Pré-67 e 100% do Grupo Especial). ⁽²⁾ Referentes, principalmente, às atualizações dos contratos (Nota 11.1).



17.2 RESULTADOS E RENTABILIDADE POR TIPO DE EMISSOR

POR TIPO DE EMISSOR	PREVIDENCIAL										
	Plano 1		PREVI Futuro		Capec		PGA		CONSOLIDADO		
Títulos Públicos	11.185	14,71%	0		0			0		11.185	14,71%
Créditos Privados e Depósitos	604.137	11,80%	133.784	9,90%	8.267	8,97%		21.051	10,10%	767.239	11,40%
Ações	7.140.383	16,88%	550.547	17,76%	0			20.125	15,75%	7.711.055	16,92%
Fundos de Investimentos	21.078.953	20,87%	847.052	13,61%	21.481	7,81%		72.031	11,41%	22.019.517	20,35%
Derivativos	11.192		0		0			0		11.192	
Investimentos Imobiliários	915.526	9,76%	34.948	8,04%	0			0		950.474	9,68%
Empréstimos e Financiamentos	534.944	10,48%	137.137	9,15%	0			0		672.081	10,19%
Outros Investimentos	502		0		0			0		502	
DOS PLANOS	30.296.822	18,82%	1.703.468	14,06%	29.748	8,21%	Subtotal	113.207	11,74%	32.143.245	18,32%
Contingências de Investimentos	-8.459		-4		0			-8.463		-8.463	
Despesa Administrativa de Investimentos	-169.344		-13.322		-433			-183.099		-183.099	
Fundos dos Investimentos	-101.118		-4.187		0			-105.305		-105.305	
RESULTADO POSITIVO DOS INVESTIMENTOS	30.017.901		1.685.955		29.315			31.733.171	113.207	31.846.378	

18 GESTÃO ADMINISTRATIVA

GESTÃO ADMINISTRATIVA	2018	2017
A) Fundo Administrativo Inicial	1.015.931	939.944
Custeio da Gestão Administrativa	409.742	413.157
Despesas Administrativas	-320.717	-308.431
Constituição/Reversão de Contingências Administrativas	-10.087	-28.719
Reversão de Recursos para o Plano de Benefícios	-31	-20
B) Fundo Administrativo Final	1.094.838	1.015.931



O Custeio da Gestão Administrativa alcançou 2,7% das contribuições previdenciais normais e benefícios (Programados e Não Programados), dentro do limite estabelecido pelo Conselho Deliberativo, de acordo com o exigido pela Resolução CGPC nº 29, de 31/08/2009. O resultado dos investimentos do Fundo Administrativo foi de R\$ 113.207 (R\$ 128.525, em 2017) e atingiu a rentabilidade de 11,7%a.a. (14,6%a.a., em 2017).

COMPOSIÇÃO DAS DESPESAS	Plano Administrativo		Variação (%)
	2018	2017	
Total das Despesas Administrativas	320.717	308.431	4,0
Pessoal e Encargos	200.402	185.262	8,2
Conselheiros	3.173	3.037	
Conselho Deliberativo	1.851	1.994	
Conselho Fiscal	1.322	1.043	
Dirigentes	9.035	8.792	
Pessoal Próprio	6.817	6.149	
Pessoal Cedido ⁽¹⁾	181.306	167.221	
Demais Despesas com Pessoal	71	63	
Treinamento / Congressos e Seminários	2.047	3.703	-44,7
Viagens e Estadias	1.757	1.835	-4,3
Serviços de Terceiros	36.567	44.113	-17,1
Consultoria Atuarial	0	59	
Consultoria Contábil	9	9	
Consultoria Jurídica ⁽²⁾	16.213	27.082	
Serviços de Recursos Humanos ⁽³⁾	4.702	3.917	
Serviços de Informática	9.544	9.692	
Serviços de Gestão / Planejamento Estratégico	3.668	1.732	
Auditoria Contábil	173	165	
Auditoria de Investimentos	323	308	
Consultoria dos Investimentos	158	208	
Outros Serviços	1.777	941	
Despesas Gerais	51.754	46.466	11,4
Manutenção Predial da Sede	10.253	1.323	
Manutenção de Equipamentos de Informática	625	2.915	



» CONTINUAÇÃO

Manutenção de Software	7.662	6.935	
Publicações da Previ	1.984	1.888	
Informações Eletrônicas	2.197	2.744	
Remessa de Documentos	956	938	
Energia Elétrica e Gás	1.481	1.354	
Telecomunicações	2.476	2.674	
Despesas Judiciais / Cartorárias	3.373	3.832	
Aluguel / Encargos - Imóvel de Uso Próprio	14.224	13.547	
Aluguel da Sede	10.811	10.553	
Condomínio	3.413	2.994	
Locação de Veículos	406	1.125	
Organização de Eventos	1.935	1.819	
Demais despesas Gerais	4.182	5.372	
Depreciações e Amortizações	7.232	7.791	-7,2
Tributos	9.050	8.219	10,1
TAFIC	7.986	7.303	
IPTU e Outros Impostos	1.064	916	
Outras	11.908	11.042	7,8

⁽¹⁾ Funcionários do patrocinador cedidos à PREVI, conforme Parágrafo Único, do Artigo 7º, da Lei Complementar nº.: 108, de 29/05/2001. ⁽²⁾ Escritórios terceirizados. A PREVI possui 25.179 (27.329, em 2017) causas judiciais e administrativas. ⁽³⁾ Entrevista e seleção, desenvolvimento e sucessão e suporte administrativo.

As Despesas Administrativas alcançaram 2,1% das contribuições previdenciais normais e benefícios (Programados e Não Programados), consideradas as Despesas Administrativas dos Investimentos que somaram R\$ 183.099 e foram integralmente ressarcidas pelo Custeio dos Investimentos (Nota 4.4.c).

Para identificação das Despesas Administrativas realizadas pelas áreas comuns, utilizam-se critérios de rateio baseados nas despesas de pessoal alocado em cada área (previdencial e investimento), no número de funcionários, no percentual de área física ocupada por essas atividades, na quantidade de softwares e de ações judiciais. Ao aplicar esses parâmetros de rateio entre a Gestão Previdencial e de Investimentos, os percentuais médios apurados foram de 42,9% para a Gestão Previdencial e de 57,1% para Investimentos.



19 AJUSTES E ELIMINAÇÕES DE

DESCRIÇÃO	PLANO 1	PREVI Futuro	Capec	PGA	Ajustes e Eliminações	Consolidado
				2018	(Nota 3)	
ATIVO	189.827.286	15.013.000	478.945	1.410.105	-1.116.491	205.612.845
Disponível	1.495	11	3	13	0	1.522
Realizável	189.825.791	15.012.989	478.942	1.392.367	-1.116.491	205.593.598
Previdencial	3.319.753	3.720	9.327	0	-945	3.331.855
Administrativo	758.514	284.446	51.878	332.397	-1.115.546	311.689
Participação Fundo Administrativo	758.514	284.446	51.878	0	-1.094.838	0
Contas a Receber				20.914	-20.708	206
Depósitos Judiciais/ Recursais				308.190		308.190
Outros				3.293		3.293
Investimento	185.747.524	14.724.823	417.737	1.059.970		201.950.054
Permanente				17.725		17.725
PASSIVO	-189.827.286	-15.013.000	-478.945	-1.410.105	1.116.491	-205.612.845
Operacional	-25.265.182	-22.126	-60.709	-5.735	21.653	-25.332.099
Previdencial	-25.130.820	-7.356	-60.666		3.850	-25.194.992
Administrativo				-5.735	939	-4.796
Investimento	-134.362	-14.770	-43	0	16.864	-132.311
Contingencial	-1.712.242	-178	-4.530	-309.532	0	-2.026.482
Previdencial	-1.671.679	-178	-4.530			-1.676.387
Administrativo				-309.532		-309.532
Investimento	-40.563	0	0			-40.563
PATRIMÔNIO SOCIAL	-162.849.862	-14.990.696	-413.706	-1.094.838	1.094.838	-178.254.264
Patrimônio de Cobertura do Plano	-161.030.379	-14.081.106	0	0	0	-175.111.485
Provisões Matemáticas	-154.506.120	-14.081.106				-168.587.226
Equilíbrio Técnico	-6.524.259	0				-6.524.259
Fundos	-1.819.483	-909.590	-413.706	-1.094.838	1.094.838	-3.142.779
Fundos Previdenciais	-1.097	-600.224	-361.828			-963.149
Fundos Administrativos	-758.514	-284.446	-51.878	-1.094.838	1.094.838	-1.094.838
Fundos dos Investimentos	-1.059.872	-24.920				-1.084.792



CONSOLIDAÇÃO

20 EVENTOS SUBSEQUENTES

20.1 VALE S.A. – ROMPIMENTO DA BARRAGEM EM BRUMADINHO

Em 25/01/2019 ocorreu o rompimento da Barragem 1 da Mina do Córrego de Feijão de propriedade da mineradora Vale S.A., em Brumadinho (MG). Em razão do ocorrido, e por possuírem investimentos diretos em ações da Companhia (Nota 7.2) ou indiretos por meio do Fundo de Investimento BB Carteira Ativa (Nota 7.3), que detém ações da holding Litel, os Planos de Benefícios 1, PREVI Futuro e o Plano de Gestão Administrativa poderão sofrer impactos financeiros e econômicos a partir do exercício de 2019.

21 FATO RELEVANTE

Conforme Artigo 2º, da Resolução nº: 31, de 11/12/2018, “[...] cada plano de benefícios de caráter previdenciário deverá manter independência patrimonial em relação aos demais planos de benefícios operados pela entidade fechada de previdência complementar, assim como em relação à entidade que o administra, por meio da inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ, conforme regulamentação da Secretaria da Receita Federal do Brasil.

Ainda em seu Artigo 3º, indica que as “[...] entidades fechadas de previdência complementar deverão, para fins de operacionalização dos procedimentos instituídos nesta Resolução, observar como termo final o dia 31 de dezembro de 2021”.

José Maurício Pereira Coelho
Presidente
CPF: 853.535.907-91

Márcio de Souza
Diretor de Administração
CPF: 844.274.347-20

Antonio Henrique Pereira dos Santos
Contador CRC DF 12.360/O-T-RJ
CPF: 224.430.703-44

Parecer Atuarial 2018





Parecer Atuarial 2018

Plano de Benefícios 1

Plano de Benefícios Previ Futuro

Carteira de Pecúlios – CAPEC

1. OBJETIVO

1.1. O presente Parecer Atuarial tem por objetivo informar sobre a qualidade da base cadastral, as premissas atuariais, o custo e plano de custeio e o resultado da avaliação atuarial dos Planos de Benefícios administrados pela PREVI – Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil.

1.2. A PREVI administra três planos de benefícios, todos registrados no órgão regulador e fiscalizador por meio de reconhecimento no CNPB – Cadastro Nacional de Planos de Benefícios, a saber:

Registro	Nome do Plano
19.800.001-74	Plano de Benefícios 1
19.980.035-74	Plano de Benefícios 2 (Previ Futuro)
19.040.001-18	Carteira de Pecúlios

Tabela A

1.3. O Plano de Benefícios 1 entrou em extinção em 24.12.1997. O Plano de Benefícios Previ Futuro e a Carteira de Pecúlios encontram-se abertos para novas adesões.

1.4. A PREVI dispõe de cadastro próprio de participantes dos Planos de Benefícios 1 e Previ Futuro integrado aos demais sistemas de informações da Entidade. Para formação desse cadastro recebemos informações cadastrais e financeiras do patrocinador. Os dados são criteriosamente tratados, submetidos a filtros de consistência e confiabilidade.



2. PLANO DE BENEFÍCIOS 1

2.1. BASE DE DADOS

2.1.1 A base de dados do cadastro utilizada para a avaliação atuarial do Plano de Benefícios 1 foi gerada em 11.01.2019 e refere-se à data base de dezembro de 2018. A

síntese do cadastro apresenta os seguintes números para os participantes ativos, aposentados e pensões, comparados a dezembro de 2017:

Quantidade	dez/17	dez/18
Ativos	11.035	10.055
Avaliados	11.020	10.055
Matrículas Rejeitadas	15	0
Idade Média Ativos em anos	51	52
Tempo Médio Faltante para Aposentadoria (meses)⁽¹⁾	26	20
Salário de Participação Médio⁽²⁾	R\$ 12.906,80	R\$ 13.806,11
Institutos (aguardando benefício)	433	408
Autopatrocinados	175	157
Benefício Proporcional Diferido (BPD)	258	251
Aposentados	81.912	81.757
Benefícios		
Idade	241	241
Tempo de Contribuição	55.582	55.289
Antecipada	20.012	20.239
Invalidez	5.765	5.685
Renda Mensal Vitalícia	251	250
Pensão Mínima	53	53
Renda Mensal de Aposentadoria Parte Opcional ⁽³⁾	0	1
Idade Média Aposentados⁽⁴⁾	66	67
Benefício Médio de Aposentadorias por Invalidez⁽⁵⁾		
valor nominal	R\$ 5.299,79	R\$ 5.392,78
valor atualizado para avaliação	R\$ 5.409,11	R\$ 5.577,27
Benefício Médio de Aposentadorias Programadas⁽⁵⁾		
valor nominal	R\$ 9.664,61	R\$ 9.867,07
valor atualizado para avaliação	R\$ 9.863,80	R\$ 10.194,84
Institutos	3.660	3.669
Autopatrocinados	3.409	3.419
Benefício Proporcional Diferido	251	250
Pensões⁽⁶⁾	18.254	18.640
Beneficiários Previ	21.151	21.476
Benefício Médio⁽⁷⁾		
valor nominal	R\$ 7.207,10	R\$ 7.359,01
valor atualizado para avaliação	R\$ 7.352,50	R\$ 7.606,30

Tabela B

⁽¹⁾ Excluídos os participantes cujo tempo faltante para a aposentadoria é zero. ⁽²⁾ Não considera participantes em BPD ou matrículas rejeitadas. ⁽³⁾ Esse participante está incluído na contagem de Tempo de Contribuição. ⁽⁴⁾ Não considera os participantes com status de Pensão Mínima. ⁽⁵⁾ Não considera no cálculo os benefícios zerados, participantes com status de Pensão Mínima e nem Parte Opcional. ⁽⁶⁾ Considera apenas as pensões de responsabilidade PREVI. ⁽⁷⁾ Não considera no cálculo os benefícios zerados.



2.1.2 Em dezembro de 2018, nenhum participante ativo foi rejeitado em função de inconsistências no cadastro. Em relação à base de aposentados, 53 participantes não recebem atualmente benefício da PREVI, sendo avaliados somente pelo encargo de pensão mínima. Na quantidade de ativos e aposentados já foram considerados os participantes que optaram pelos institutos.

2.1.3 Em 31.12.2018, a quantidade de participantes ativos do Plano 1 foi reduzida a 10.055, sendo que desses, 6.072 participantes ativos, exceto BPD, já cumpriram as exigibilidades para aquisição de um benefício programado, representando 60,39% do total de ativos. Desses, 5.681 são elegíveis somente ao benefício sob a forma antecipada. Dos elegíveis, 4.544 participantes ativos foram avaliados como riscos iminentes, conforme premissa de entrada em aposentadoria.

2.1.4 A quantidade de aposentados reduziu para 81.757 tendo em vista que o número

de falecimentos foi superior à quantidade de concessões de aposentadorias. Assim, em 31.12.2018, 90,90 % dos participantes do Plano 1 encontram-se assistidos.

2.2 PLANO DE BENEFÍCIOS

2.2.1 O Plano de Benefícios 1 é composto de uma Parte Geral, destinada a todos os participantes, estruturada como benefício definido, e de uma Parte Opcional, de caráter facultativo e adicional à Parte Geral, estruturada como contribuição variável, com contribuição exclusiva do participante.

2.2.2 O Plano contempla ainda o Benefício Especial de Renda Certa, pago com recursos do Fundo de Renda Certa, constituído em dezembro de 2007.

2.2.3 A Tabela C apresenta os benefícios oferecidos no Plano de Benefícios 1:

Parte Geral	Institutos	Parte Opcional	Benefícios Especiais
Complemento de Aposentadoria por Invalidez	Renda Mensal Vitalícia (com reversão em pensão) (BPD)	Renda Mensal de Aposentadoria	Benefício Especial de Renda Certa ⁽¹⁾
Complemento de Aposentadoria por Tempo de Contribuição	Autopatrocínio	Renda Mensal de Pensão por Morte	
Complemento de Aposentadoria por Idade	Portabilidade		
Complemento Antecipado de Aposentadoria	Devolução da Reserva de Poupança (Resgate)		
Complemento de Pensão por Morte	Renda Mensal Temporária por Desligamento do Plano (Resgate)		

Tabela C

⁽¹⁾ Relativo aos participantes que contribuíram na atividade por mais de 30 anos até 31/12/2006, a ser pago em até 24 meses enquanto houver recursos no Fundo de Renda Certa.

2.3. METODOLOGIA DE CÁLCULO E PREMISSAS ATUARIAIS

2.3.1 O Plano de Benefícios 1 é avaliado sob o regime financeiro de capitalização para todos os benefícios regulamentares e o método atuarial empregado é o agregado.

2.3.2 Na tabela D são apresentadas as premissas adotadas no exercício de 2018 e as aprovadas para o exercício de 2019:

Premissas Biométricas/Demográficas	Exercício 2018	Exercício 2019
Mortalidade de Válidos	AT-2000 Suavizada em 10%	BR.EMSsb-2015
Mortalidade de Inválidos	Winklevoss Experiência PREVI	CS058 Female
Entrada em Invalidez	Light Fraca	Light Fraca
Composição da Família de Pensionistas	Base 2015	Base 2018
Rotatividade	0%	0%
Entrada em Aposentadoria ^(*)	53 anos (Apose Antecip.)	53 anos (Apose Antecip.)

^(*) Considera a primeira condição de elegibilidade de acordo com as regras previstas no regulamento, observada a idade mínima de 53 anos para a aposentadoria antecipada e o valor do maior encargo dentre os benefícios programados.



Premissas Econômicas	Exercício 2018	Exercício 2019
Taxa Real de Juros	5% ao ano	5% ao ano
Taxa de Inflação de Longo Prazo	4,00%	4,00%
Capacidade Salarial/de Benefício	98,225%	98,225%
Taxa de Crescimento Real de Salário	0,932%	0,767%

Tabela D

2.3.3 Em relação às premissas para o exercício de 2019, os estudos técnicos indicaram a necessidade de alteração das tábuas de mortalidade de válidos e de inválidos e da taxa de crescimento real de salários, bem como a base de dependentes econômicos utilizada para apuração do custo da família média foi atualizada para 2018.

2.3.4 Foi elaborado estudo sobre aderência da tábua de mortalidade de válidos, considerando a base de dados de participantes e assistidos do Plano de Benefícios 1 no período 2013 a 2017, segregada por sexo. Após realizarmos testes estatísticos e análises para determinar qual a tábua de mercado mais aderente à população, concluímos que a Tábua BR-EMSB-2015 é a mais indicada para ser adotada na avaliação atuarial dos Planos de Benefícios 1.

2.3.5 Do mesmo modo, o estudo sobre a tábua de mortalidade de inválidos indicou a troca da Tábua Winklevoss Experiência PREVI para CSO 58 FEMALE, uma vez que seus resultados se mostraram mais próximos dos eventos ocorridos no período de 2013 a 2017.

2.3.6 O estudo de adequação à tábua de entrada em invalidez concluiu que a Tábua Light Fraca continua sendo a mais aderente aos eventos de invalidez ocorridos nos planos de benefícios e, com base no estudo, indicamos pela manutenção da mencionada tábua para a avaliação atuarial de 31.12.2018 e para o exercício de 2019 dos Planos 1, Previ Futuro e CAPEC.

2.3.7 Para a premissa relativa à taxa de inflação de longo prazo, os cenários estruturados no relatório elaborado pela PREVI, em conjunto com a Política de Investimentos 2019-2025, indicaram a manutenção da taxa de 4,0% ao ano no cenário base, resultando na consequente manutenção do fator de capacidade de 98,225%.

2.3.8 A taxa de crescimento real de salários, que reflete a projeção dos salários dos participantes em atividade quando da entrada em benefício, adotada para o exercício de 2019, é de 0,767% ao ano, conforme estudo elaborado com base na variação salarial decorrente da carreira dos funcionários que estão em atividade no Banco do Brasil e são filiados ao Plano de Benefícios 1 (tendo como base o período de 2009 a 2018).

2.3.9 Por ter completado 3 (três) anos do estudo anterior, também foi atualizada a base de dependentes econômicos utilizada para apuração da anuidade representativa do grupo familiar (família média).

2.3.10 Por fim, o estudo sobre aderência da taxa real de juros utilizada na avaliação atuarial do plano teve como base os estudos de ALM (gerenciamento do ativo e do passivo) que indicaram a manutenção da taxa real de 5% ao ano para o exercício de 2019.



2.3.11 As alterações das premissas atuariais acima descritas implicaram em aumento da Reserva Matemática em aproximadamente R\$ 4,113

bilhões na avaliação atuarial de dezembro de 2018, representando uma majoração de 2,73% das reservas matemáticas para o Plano de Benefícios 1.

Valores em R\$ Mil

Plano 1	Premissas 2018	Base de Dependentes	Crescimento Real Salários	Tábuas Biométricas	Premissas 2019
Reserva Matemática	150.392.982	150.265.538	150.336.722	154.561.753	154.506.120
Benefícios Concedidos	146.891.722	146.777.356	146.891.722	151.086.936	151.088.250
Benefícios a Conceder	17.550.016	17.536.938	17.493.756	17.756.694	17.699.748
Reserva a Amortizar	-14.048.756	-14.048.756	-14.048.756	-14.281.878	-14.281.878
Impacto*					
Base de Dependentes		-127.444			
Cresc. Real de Salários			-56.260		
Tábuas Biométricas				4.168.771	
Impacto Total**					4.113.138

Tabela E. *impacto de cada premissa mantendo todas as premissas do Balanço e alterando só a premissa citada. **impacto total: representa o efeito conjugado de todas as premissas alteradas, diferente dos somatório dos impactos isolados

2.4 RESERVA A AMORTIZAR

2.4.1 Em 24.12.1997, foi firmado entre o Banco do Brasil e a PREVI o Contrato que disciplina a integralização das reservas matemáticas pelo regime financeiro de capitalização para pagamento do complemento de aposentadoria dos participantes admitidos no Banco do Brasil até 14.04.1967, denominado Grupo 67. Em 31.12.2018, havia 15.594 integrantes do Grupo 67 cujo valor da Reserva a Amortizar relativa ao grupo era de R\$ 13.190 milhões.

2.4.2 O Plano de Custeio para o financiamento da Reserva a Amortizar do Grupo 67 foi determinado pelo citado Contrato, cabendo à PREVI a mensuração do compromisso previdencial do Banco do Brasil, correspondente a 53,6883529% do total do encargo de aposentadoria relativo ao Grupo 67. Conforme Cláusula Décima do Acordo, a duração do referido contrato tem prazo vinculado à quitação do último compromisso referente ao complemento de aposentadoria dos participantes do Grupo 67.

2.4.3 A Cláusula Quarta do Contrato estabelece que o Banco do Brasil efetue pagamento antecipado de contribuições que são contabilizadas como contribuições amortizantes antecipadas. Em 31.12.2018, o valor relativo à rubrica contábil “Contribuições Amortizantes Antecipadas” corresponde a R\$ 13.190 milhões.

2.4.4 Em 31.12.2012 o Banco do Brasil e a PREVI assinaram novo Contrato que disciplina a integralização de 100% das reservas matemáticas do Grupo Especial pelo regime financeiro de capitalização.

2.4.5 Conforme §1º da Cláusula Primeira do Contrato de 31.12.2012, entende-se como Grupo Especial o contingente de participantes do Plano 1 admitidos no Banco do Brasil até 14.04.1967, listados no documento anexo ao contrato, e que obtiveram complementos adicionais de aposentadoria decorrentes de decisões administrativas e/ou judiciais assumidas pelo patrocinador. Em 31.12.2018 havia 2.688 integrantes do Grupo Especial, cujo valor do passivo atuarial corresponde a R\$ 1.091 milhões. Cabe ressaltar que os participantes do Grupo Especial vertem contribuições normais conforme estabelecido no artigo 69 do Regulamento vigente do Plano de Benefícios 1.

2.4.6 A Cláusula Terceira do Contrato de 31.12.2012 estabelece que o Banco do Brasil efetue pagamento antecipado de contribuições que serão contabilizadas como “Contribuição Amortizante Grupo Especial”. O saldo dessa rubrica, em 31.12.2018, corresponde a R\$ 1.091 milhões, mesmo valor do passivo atuarial desse grupo.

2.4.7 Em observância aos contratos acima citados, a reserva a amortizar considera todas as alterações de premissas do plano que se aplicam ao seu cálculo.

2.5 FUNDOS PREVIDENCIAIS

2.5.1 O Fundo de Renda Certa foi constituído em dezembro de 2007, apurado com base em cálculo financeiro para pagamento do Benefício Especial de Renda Certa, que permanece vigente no regulamento. Seu saldo contábil, em 31.12.2018 corresponde a R\$ 1.097.103,70.



2.6 SITUAÇÃO FINANCEIRO-ATUARIAL

2.6.1 A Tabela F mostra os resultados das avaliações atuariais relativas aos compromissos assumidos pelo plano e os seus Patrimônios de Cobertura em 31.12.2017 e 31.12.2018:

	dez/17	dez/18
Patrimônio de Cobertura do Plano (A)	142.272.362.306	161.030.378.837
Reservas Matemáticas (B)	146.567.429.646	154.506.120.098
Benefícios Concedidos	143.352.341.486	151.088.250.080
Benefícios a Conceder	17.823.279.269	17.699.747.761
(-) Reserva a Amortizar	-14.608.191.109	-14.281.877.743
Reserva a Amortizar - Grupo 67	-13.506.509.324	-13.190.867.104
Reserva a Amortizar - Grupo Especial	-1.101.681.785	-1.091.010.639
Resultado Técnico Acumulado (A) - (B)	-4.295.067.340	6.524.258.739
Fundo Previdencial	2.237.501	1.097.104
Fundo de Renda Certa	2.237.501	1.097.104

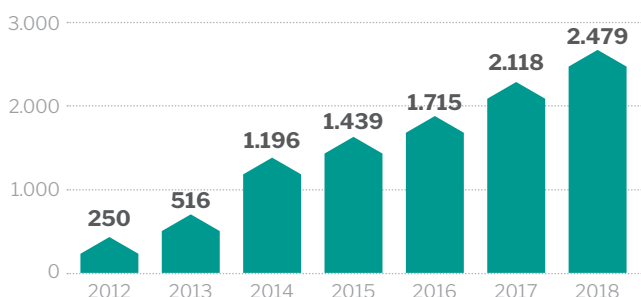
Tabela F - Valores em Reais

2.6.2 Observamos que no período de dezembro de 2017 a dezembro de 2018, a Reserva Matemática teve variação de 5,42%. O principal fator responsável pelo aumento do passivo atuarial foi a alteração de premissas Tábuas de Válidos e Inválidos. A variação do INPC no período de janeiro a dezembro de 2018, equivalente a 3,43% pouco impactou a variação da Reserva Matemática de Benefícios Concedidos, que foi mais sensibilizada pelo decréscimo da população pelo seu natural envelhecimento.

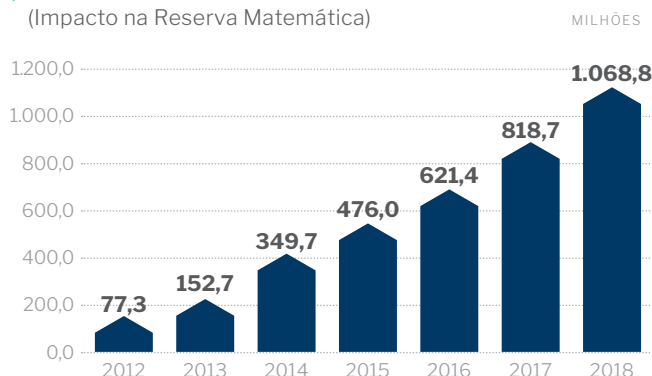
2.6.3 Vale ressaltar que o valor das Reservas Matemáticas também é impactado pelas implantações e/ou aumentos de benefícios decorrentes de determinação judicial, para os quais não houve prévia constituição de reservas e nem aporte equivalente de recursos, posto que seus valores divergem daqueles obtidos estritamente com a aplicação das regras regulamentares. A

partir de 2012 a PREVI iniciou o acompanhamento gerencial desses impactos. Em dezembro/2018, R\$ 1.068 bilhão do total da Reserva Matemática refere-se ao impacto do aumento no benefício decorrente de decisões judiciais implantadas para 2.479 benefícios de aposentadorias e pensões. Esse valor não demonstra os valores retroativos desembolsados pelo plano de benefício ao longo do processo judicial, pois representa apenas o valor atual do compromisso futuro com essas parcelas. Destaca-se o aumento relevante dos valores, a partir do início do acompanhamento gerencial pela PREVI, no final de 2012, quando apuramos R\$ 77,3 milhões de impacto, relativo a 250 assistidos, tendo esse montante aumentado mais de 13 vezes nos últimos 6 anos. Apesar das recentes decisões positivas para o sistema de previdência complementar, ainda não foi evidenciada a redução na quantidade de implantações judiciais.

> Decisões Judiciais – Frequência (Quantidade de Benefícios)



> Decisões Judiciais (Impacto na Reserva Matemática)





2.7 INFORMAÇÕES ACERCA DO RESULTADO :

2.7.1 Nos últimos três exercícios, os resultados contábeis do Plano de Benefícios 1 foram assim apurados:

	dez/16	dez/17	dez/18
Patrimônio de Cobertura do Plano (A)	130.428.001	142.272.362	161.031.475
Reservas Matemáticas (B)	144.371.339	146.567.429	154.506.120
Resultado Acumulado (C) = (A) - (B)	-13.943.338	-4.295.067	6.524.258
Ajuste de Precificação (Res. CNPC 16/2014) (D)	2.582.338	2.607.979	2.423.120
Déficit Técnico Apurado para fins de Equacionamento (E) =(C) - (D)	-11.360.999	-1.687.088	0,00
Limite de Déficit Técnico Acumulado (F) = (duration - 4)% de (B)	-11.087.719	-10.963.244	-11.711.564
Déficit Técnico a ser Equacionado (G) = Máx(1% de (B); Valor de (E) que ultrapassar (F)	-1.443.713	0	0
Limite da Reserva de Contingência (H) =Min(25,duration +10)% de (B)	31.299.706	31.482.684	33.342.420
Reserva de Contingência (I) = Mín (C), (H)	0	0	6.524.258
Varição Anual Patrimônio Cobertura Plano	8,94%	9,08%	13,18%
Varição Anual Reserva Matemática	6,26%	1,52%	5,42%
Varição INPC	6,58%	2,07%	3,43%
Meta Atuarial (INPC + 5%)	11,91%	7,17%	8,61%
duration	11,68	11,48	11,58

Tabela G - Valores em R\$ Mil

2.7.2 No período analisado, constatamos que o passivo atuarial e a variação do INPC possuem comportamentos similares, à exceção de 2018 que o passivo teve maior variação devido a alteração da tábua de mortalidade de válidos.

2.7.3 Quanto ao Patrimônio para Cobertura do Plano, verificamos que houve variação positiva de 13,18% no ano. Cabe ressaltar que a rentabilidade do Plano de Benefícios 1 no ano de 2018 foi positiva, no valor de 18,82% enquanto que a meta atuarial foi de 8,61%.

2.7.4 Conforme Resolução CMN 4.661/18 os recursos garantidores dos planos administrados pelas entidades devem ser classificados nos seguintes segmentos de aplicação: renda fixa, renda variável, investimentos estruturados, investimentos no exterior, imóveis e operações com participantes. A Tabela H mostra os valores em percentuais de alocação por segmento nos últimos três exercícios, conforme Política de Investimentos do Plano de Benefícios 1, bem como a rentabilidade de seus respectivos ativos:

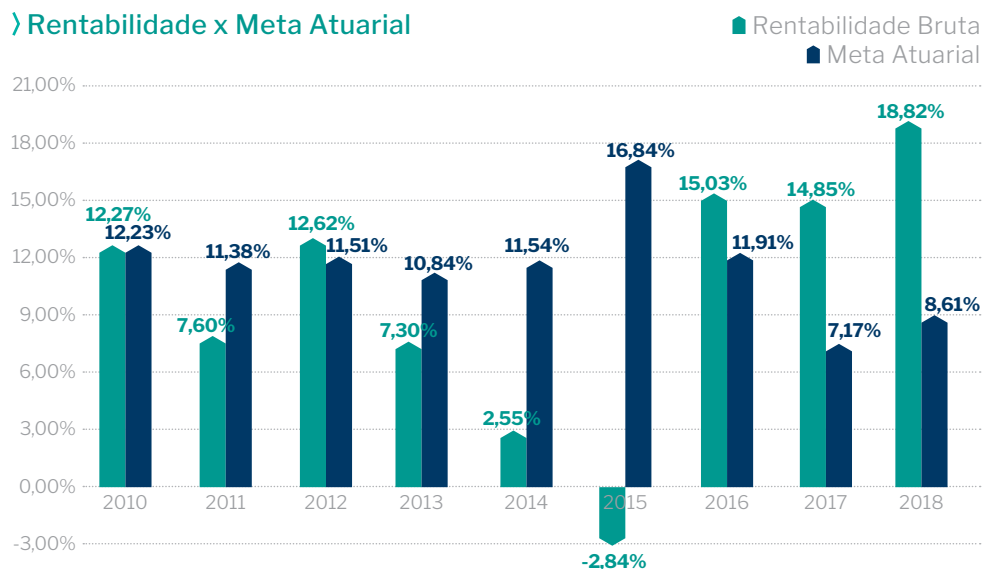
Segmentos	2015		2016		2017		2018	
	Alocação	Rentabilidade	Alocação	Rentabilidade	Alocação	Rentabilidade	Alocação	Rentabilidade
Renda Fixa	40,48%	14,68%	41,19%	15,51	42,74%	9,70%	41,30%	10,88%
Renda Variável	48,09%	-17,20%	47,91%	17,16	47,25%	21,34%	49,59%	29,44%
Investimentos Estruturados	0,63%	-35,05%	0,50%	9,72	0,57%	27,95%	0,51%	26,55%
Imóveis	6,76%	11,22%	6,53%	7,98	5,95%	9,95%	5,47%	9,76%
Operações c/ Participantes	3,96%	16,28%	3,81%	14,26	3,41%	7,92%	3,05%	10,48%
Investimento no Exterior	0,08%	50,58%	0,07%	-15,52	0,08%	23,50%	0,07%	3,52%
Rentabilidade Total		-2,84%		15,03%		14,85%		18,82%

Tabela H



2.7.5 Observa-se pela Tabela H, que de 2016 a 2018 a rentabilidade do Plano 1 teve aumento significativo, voltando a ficar acima da meta atuarial.

2.7.6 O gráfico a seguir mostra a comparação entre a rentabilidade anual e a meta atuarial nos últimos exercícios.



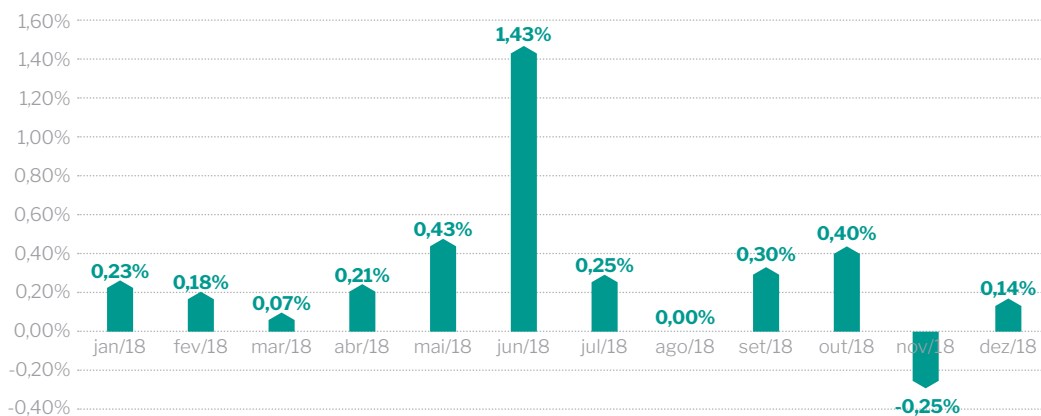
2.7.7 Em virtude do desempenho positivo dos ativos de investimentos no decorrer de 2018, bem como a manutenção da baixa variação do INPC no mesmo período, verificou-se em 31.12.2018 um superávit técnico de R\$ 10.819 milhões no exercício que reverteu o resultado do plano, que ainda apresentava déficit acumulado de R\$ 4.295 milhões em 2017.

2.7.9 Observamos que a meta atuarial do Plano de Benefícios 1 se manteve estável, à exceção de 2015 e 2017, quando apresentou o maior e o menor valor respectivamente. A rentabilidade anual no mesmo período foi mais volátil, sendo significativamente decrescente entre 2012 e 2015. A rentabilidade média desde 2010 foi de 9,8%, enquanto que a meta atuarial foi de 11,34% no mesmo período.

2.7.8 Destaca-se no resultado dos investimentos a participação da Previ na holding LITEL. Em função da nova metodologia de avaliação, aprovada pela Diretoria Executiva, cuja precificação deixa de ser anual e passa a ser realizada mensalmente, considerando uma média ponderada das cotações de bolsa dos três meses anteriores ao último dia útil do mês corrente, a avaliação ficou mais aderente ao valor atual da Vale, refletindo o preço das ações na Bolsa de Valores.

2.7.10 Por outro lado, observamos que a meta atuarial do Plano 1 em 2018 teve uma pequena variação em relação a de 2017. Tal fato decorre da pouca variação apresentada pelo INPC que teve um total acumulado de 3,43% no período de janeiro a dezembro de 2018, apresentando índice nulo e negativo nos meses de agosto e novembro respectivamente, conforme gráfico a seguir:

› Variação do INPC – 2018





2.7.11 O resultado do exercício pode ser melhor analisado com a apuração dos ganhos e perdas atuariais, no item 2.8 a seguir.

2.7.12 Contudo, ainda em relação à apuração do resultado do plano, cabe comentar a apuração da duração do passivo do plano de benefícios e dos limite de déficit técnico acumulado e da Reserva de Contingência, conforme tabela G, em observância aos procedimentos previstos na Resolução CGPC nº 26/2008¹, e suas alterações posteriores.

2.7.13 A duração de passivo corresponde à média dos prazos dos fluxos de pagamentos de benefícios do plano, líquido de contribuições normais e extraordinárias incidentes sobre esses benefícios, ponderada pelos valores presentes desses fluxos. Em 31.12.2018, a duração do passivo do Plano de Benefícios 1 corresponde a 11,58 anos. Observa-se que a tendência de gradativa redução da duração do passivo se alterou com o ajuste das premissas, posto que os impactos na provisão matemática possuem relação direta com o fluxo de caixa atuarial de longo prazo.

2.7.14 Considerando a duração apurada em 31.12.2018, o limite do déficit do plano seria 7,58% da Reserva Matemática, isto é, R\$ 11.711 milhões. A referida Resolução estabelece ainda que, para fins de equacionamento de déficit, deverá ser deduzido o valor do ajuste de precificação. Entende-se como ajuste de precificação a diferença entre o valor dos títulos públicos federais atrelados a índice de preços classificados na categoria títulos mantidos até o vencimento, calculado considerando a taxa de juros real utilizada na respectiva avaliação atuarial, e o valor contábil desses títulos. Em 31.12.2018, o valor do ajuste de precificação corresponde a R\$ 2.423 milhões. Tendo em vista que no exercício de 2018 não há déficit, essa informação é meramente gerencial, não repercutindo no plano.

2.7.15 Contudo, cabe registrar que, conforme Relatório sobre Capacidade Financeira do Plano 1, está evidenciando que os requisitos necessários para registro de títulos na categoria mantidos até o vencimento, especialmente a capacidade financeira de atendimento às necessidades de liquidez do plano de benefícios, estão atendidos.

2.7.16 Considerando o resultado superavitário do plano, faz-se necessário observar o limite legal para apropriação em Reserva de Contingência, conforme disposto no artigo 7º da Resolução

CGPC nº26/2008, alterada pela Resolução CNPC nº 22/2015 : limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor das provisões matemáticas ou $[10\% + (1\% \times \text{duração do passivo do plano})] \times \text{Provisão Matemática}$, o que for menor. Logo, com a duração do passivo apurada em 31.12.2018, o limite da Reserva de Contingência é de 21,58% da Reserva Matemática, isto é, R\$ 33.342 milhões.

2.7.17 Respeitado o limite legal, o valor do superávit técnico foi apropriado em Reserva de Contingência.

2.8. GANHOS E PERDAS ATUARIAIS

2.8.1 As premissas atuariais devem ser aderentes ao perfil da massa de participantes e assistidos do plano de benefícios. Ao longo do ano podem ocorrer distanciamentos da realidade observada. Os efeitos dos distanciamentos ou diferenças entre as premissas atuariais e o que ocorreu efetivamente e também os efeitos gerados pelas mudanças nas premissas atuariais resultam em ganhos ou perdas atuariais.

2.8.2 Consideramos ganhos todos os desvios de premissas que trouxeram impactos positivos ao Plano, gerando desembolso menor que o previsto, ou arrecadação maior que o previsto ou redução no passivo atuarial. Como perda consideramos exatamente o oposto.

2.8.3 Ganhos e Perdas atuariais, portanto, implicam em demonstrar o grau de ajuste entre a realidade e a projeção que se tinha, quando da formulação do Plano de Custeio, acerca do comportamento de eventos futuros, tais como as Premissas Biométricas, Econômicas, Mobilidade Demográfica etc.

2.8.4 No longo prazo, os ganhos e perdas atuariais podem compensar-se. Também não podem ser considerados sinônimos de Lucros e Prejuízos, pois não implicam, necessariamente, em ganhos e perdas patrimoniais. Através da análise de Ganhos e Perdas Atuariais podemos inferir as origens dos desequilíbrios conjunturais/estruturais dos Planos de Benefícios.

2.8.5 Os principais fatores para os quais apuramos ganhos ou perdas atuariais são: Resultado da Alteração das Premissas Atuariais, Resultados Financeiros, Resultados decorrentes dos Riscos Iminentes não realizados, e outras variações do Plano, relativas à conjugação dos desvios das demais premissas com as movimentações na população do plano.

- Resultado da Alteração das Premissas Atuariais: A alteração das premissas atuariais gerou perda de R\$ 4.113 milhões na reserva matemática do Plano 1, conforme demonstrado na tabela E.

¹ Foram publicadas a Resolução CNPC nº 30 e a Instrução Normativa PREVIC nº 10/2018, contudo sua vigência é 01.01.2019, aplicando-se para o exercício de 2019.



- Resultados Financeiros:
Considerando a diferença entre a rentabilidade do Plano no ano (18,82%) e a meta atuarial (8,61%), aplicada ao ativo líquido do plano no final do exercício de 2017, apuramos um ganho equivalente a R\$ 14.533 milhões.

- Resultados decorrentes dos Riscos Iminentes não realizados:

Apuramos o somatório no ano dos benefícios (R\$ 392 milhões), líquidos de contribuição de aposentado (-R\$ 41 milhões), não pagos aos iminentes com as contribuições recebidas além do prazo previsto (R\$37 milhões) e apuramos um ganho atuarial de R\$ 389 milhões no exercício.

- Resultado das outras variações do Plano:
Considerando que o resultado do exercício foi R\$ 10.819 milhões e o somatório das perdas e ganhos acima descritos foi ganho de R\$ 10.809 milhões, temos R\$ 10 milhões de ganhos decorrentes de oscilações nas demais premissas do plano.

2.9 PLANO DE CUSTEIO

2.9.1 O Plano de Benefícios 1 é custeado pelas contribuições mensais e anuais dos participantes ativos e aposentados e do patrocinador. As contribuições dos participantes ativos são apuradas em função do seu salário de participação, conforme Tabela I:

Salário de Participação (SP)	Contribuição Mensal	Parcela a deduzir
SP < 1/2 PP*1,25	1,8% SP	-
1/2 PP*1,25 ≤ SP < PP*1,25	3,0% SP	0,75% PP
SP ≥ PP*1,25	7,8% SP	6,75% PP

Tabela I
PP – Parcela PREVI
SP – Salário de Participação

2.9.2 O percentual médio de contribuição dos participantes ativos, em 2018, foi de 6,12% do salário de participação.

2.9.3 No caso dos aposentados, o percentual de contribuição equivale a 4,8% sobre o complemento de aposentadoria.

2.9.4 As contribuições normais do patrocinador correspondem a 100% do valor das contribuições dos participantes em atividade ou em gozo de benefício previsto no Regulamento.

2.9.5 O custeio administrativo do plano será suprido por taxa de carregamento de 4% descontada da totalidade das contribuições acima descritas.

2.9.6 Tendo em vista a situação financeira-atuarial do plano, não há necessidade de alteração do Plano de Custeio. Ressaltamos, contudo, que o plano de custeio de 2018 teve sua vigência prorrogada para 31.03.2019², de modo que a nova vigência do Plano de Custeio será de 01.04.2019 a 31.03.2020.

2.10 CONCLUSÃO

2.10.1 O resultado técnico de dezembro de 2018 mostra que o Plano de Benefícios 1 se encontra superavitário no valor de R\$ 10.819 milhões, equivalente a 7,19% da Reserva Matemática.

2.10.2 O superávit técnico acumulado apurado ao final do exercício de 2018 foi registrado em Reserva de Contingência, observado seu limite legal.

2.10.3 Os investimentos apresentaram boa recuperação nos últimos três exercícios, principalmente em 2018, quando a rentabilidade foi mais que o dobro da meta atuarial, resultando na reversão gradativa do déficit técnico do Plano de Benefícios 1, confirmando as causas conjunturais relatadas à época e demonstrando que o plano encontra-se em equilíbrio.

2.10.4 Desta forma, recomendamos a manutenção do seu atual Plano de Custeio.

² Decisão do Conselho Deliberativo 2018/0101, de 13/12/2018.



3 PLANO DE BENEFÍCIOS PREVI FUTURO

3.1 BASE DE DADOS

3.1.1 A base de dados do cadastro utilizada para a avaliação atuarial do Plano de Benefícios Previ Futuro foi gerada em 11.01.2019 e refere-se ao mês de dezembro de 2018. A síntese do cadastro apresenta os seguintes números para os participantes ativos, aposentados e pensionistas, comparado a dezembro de 2017:

Quantidade	dez/17	dez/18
Ativos	84.729	83.873
Avaliados	84.589	83.740
Matrículas Rejeitadas	140	133
Idade Média Ativos em anos	40	41
Salário de Participação Médio (1)	R\$ 6.609,27	R\$ 7.130,38
Institutos (aguardando benefício)	6.749	6.744
Autopatrocinaados	1.866	1.877
Benefício Proporcional Diferido	4.883	4.867
Aposentados	862	1000
Avaliados		
Benefícios Programados	528	619
Benefícios de Risco (Invalidez)	333	380
Matrículas Rejeitadas	1	1
Idade Média Aposentados em anos	55	56
Benefício Médio		
valor nominal	R\$ 1.355,93	R\$ 1.439,24
valor atualizado para avaliação	R\$ 1.364,54	R\$ 1.470,18
Institutos	93	108
Autopatrocinado	14	20
Benefício Proporcional Diferido	79	87
Pensões	438	486
Beneficiários Previ	778	841
Benefício Médio		
valor nominal	R\$ 1.126,65	R\$ 1.243,99
valor atualizado para avaliação	R\$ 1.133,88	R\$ 1.270,47

Tabela J

⁽¹⁾ Não considera participantes em BPD ou matrículas rejeitadas.



3.1.2 Existem 133 matrículas de participantes ativos e 1 matrícula de aposentado que foram rejeitadas em função de inconsistências no cadastro. Entre os ativos autopatrocinados, foram incluídos 823 participantes que não fizeram opção por um dos institutos por estarem dentro do prazo regulamentar da opção. Nas quantidades totais de ativos e de aposentados já foram considerados os participantes que optaram pelos institutos.

3.1.3 Em 31.12.2018, 3.400 participantes ativos já reuniam as condições de exigibilidade para aquisição do benefício programado.

3.1.4 Destaca-se que em 2018 a base de ativos do Plano Previ Futuro diminuiu 856 participantes, reflexo de movimentações decorrentes da reestruturação do Banco do Brasil – Plano de Adequação de Quadro (PAQ), lançado pelo

patrocinador em janeiro de 2018 que sensibilizou a quantidade de participantes do plano em 2018. Contribui também para essa redução, a menor quantidade de posses de novos funcionários e consequentemente de novas adesões ao plano, que foi observada ao longo de 2018 em virtude da política de recursos humanos praticados pela Patrocinadora Banco do Brasil.

3.2 PLANO DE BENEFÍCIOS

3.2.1 O Plano de Benefícios Previ Futuro é estruturado na modalidade contribuição variável, sendo composto da Parte I, relativa aos riscos não programados, e da Parte II, relativa aos riscos programados.

3.2.2 A Tabela K apresenta os benefícios oferecidos no Plano de Benefícios Previ Futuro:

Parte I Riscos Não Programados	Parte II Riscos Programados	Institutos
Complemento de Aposentadoria por Invalidez	Renda Mensal de Aposentadoria	Devolução da Reserva de Poupança (Resgate)
Complemento de Pensão por Morte	Renda Mensal Antecipada de Aposentadoria	Renda Mensal Vitalícia (BPD)
	Renda Mensal de Pensão por Morte	Autopatrocinio
		Portabilidade

Tabela K

3.3 METODOLOGIA DE CÁLCULO E PREMISSAS ATUARIAIS

3.3.1 O Plano de Benefícios Previ Futuro é avaliado sob o regime de capitalização para todos os benefícios de pagamento em prestações que sejam programadas e continuadas. Incluem-se nesse tipo as aposentadorias normais e antecipadas.

3.3.2 Para a Parte I, adota-se o método agregado para cálculo dos encargos de invalidez e pensão

por morte. Para a Parte II, é utilizado o princípio de acumulação financeira dos ativos para geração de renda mensal de aposentadoria ou renda mensal antecipada de aposentadoria.

3.3.3 Na tabela L são apresentadas as premissas adotadas no exercício de 2018 e as aprovadas para o exercício de 2019:

Premissas Biométricas/Demográficas	Exercício 2018	Exercício 2019
Mortalidade de Válidos	AT-2000 Suavizada em 10%	BR.EMSsb-2015
Mortalidade de Inválidos	Winklevoss Experiência PREVI	CS058 Female
Entrada em Invalidez	Light Fraca	Light Fraca
Composição da Família de Pensionistas	Base 2015	Base 2018
Rotatividade	0%	0%
Entrada em Aposentadoria (*)	53 anos (Apose Antecip.)	53 anos (Apose Antecip.)

(*) Considera a primeira condição de elegibilidade de acordo com as regras previstas no regulamento, observa-se a idade mínima de 53 anos para a aposentadoria antecipada e o valor do maior encargo dentre os benefícios programados.



Premissas Econômicas	Exercício 2018	Exercício 2019
Taxa Real de Juros	5% ao ano	5% ao ano
Taxa de Inflação de Longo Prazo	4,0%	4,0%
Capacidade Salarial/de Benefício	98,225%	98,225%
Taxa de Crescimento Real de Salário	2,682% (Banco do Brasil) 0,783% (PREVI)	2,422% (Banco do Brasil) 0,783% (PREVI)

Tabela L

3.3.4 Ao compararmos as premissas para o exercício de 2019 com as do ano anterior, verificamos que houve alteração nas premissas de Mortalidade de Válidos, Mortalidade de Inválidos, Base de Dependentes de 2018 e na Taxa de Crescimento Real de Salários (Funcionários do Banco do Brasil).

3.3.5 Foi elaborado estudo sobre aderência da tábua de mortalidade de válidos, considerando a base de dados de participantes e assistidos do Plano de Benefícios Previ Futuro no período 2013-2017. Após realizarmos testes estatísticos e análises para determinar qual a tábua de mercado mais aderente à população, concluímos que a Tábua BR.EMSb-2015 é a mais indicada para ser adotada na avaliação atuarial do Previ Futuro.

3.3.6 Do mesmo modo, o estudo sobre a tábua de mortalidade de inválidos indicou a troca da Tábua Winklevoss Experiência PREVI para a Tábua CS058 Female, uma vez que seus resultados se mostraram mais próximos dos eventos ocorridos no período de 2013 a 2017.

3.3.7 Quanto ao estudo de aderência à tábua de entrada em invalidez, concluímos pela manutenção da Tábua Light Fraca como a mais aderente aos eventos de invalidez ocorridos no período de 2013 a 2017.

3.3.8 Para a premissa relativa à taxa de inflação de longo prazo, os cenários estruturados no relatório elaborado pela PREVI, em conjunto com a Política de Investimentos 2019-2025, indicaram a manutenção

da taxa de 4,0% ao ano no cenário base, resultando no fator de capacidade 98,225%.

3.3.9 A taxa de crescimento real de salários é a estimativa do crescimento anual médio dos salários de participação, apurada com base nos cargos ocupados pelos participantes ativos ao longo da sua vida laborativa no Patrocinador. O crescimento salarial dos funcionários em atividade no Banco do Brasil e do quadro próprio da PREVI foi avaliado separadamente. A premissa adotada para o exercício de 2019 é de 2,422% ao ano para os funcionários do Banco do Brasil e de 0,783% ao ano para os funcionários do quadro próprio da PREVI, conforme estudo técnico elaborado para demonstrar a aderência das taxas de crescimento real de salários às características da massa de participantes ativos do plano.

3.3.10 Por fim, o estudo sobre aderência da taxa real de juros utilizada na avaliação atuarial do plano teve como base os relatórios de gerenciamento do ativo e do passivo e os cenários projetados pela PREVI, indicando a manutenção da taxa real de 5% ao ano para o exercício de 2019.

3.3.11 A alteração das premissas de taxa de mortalidade de válidos, taxa de mortalidade de inválidos, Base de Dependentes de 2018 e de Crescimento Salarial para o exercício de 2019 implicaram em uma redução da Reserva Matemática na ordem de R\$ 18 milhões (posição em dezembro de 2018), conforme pode ser verificado na tabela abaixo:

Valores em R\$ Mil					
Plano Previ Futuro	Premissas 2018	Base de Dependentes	Crescimento Real Salários	Tábuas Biométricas	Premissas 2019
Reserva Matemática	14.098.964	14.089.368	14.070.504	14.108.987	14.081.106
Benefício Definido- Atuarial*	935.108	925.512	906.649	945.132	917.250
Contribuição Definida – Contábil	13.163.855	13.163.855	13.163.855	13.163.855	13.163.855
Impacto**					
Base Dependentes		-9.596			
Crescimento Real de Salários			-28.460		
Tábuas Biométricas				10.023	
Impacto Total***					-17.858

Tabela M *Montante das Reservas Matemáticas de Benefícios Concedidos e a Conceder relativas à Parte I (Benefícios de Risco) e Reserva Matemática de Benefícios Concedidos relativa à Parte II (Benefícios Programados). **impacto da premissa, mantendo todas as premissas do Balanço e alterando só a premissa citada. ***impacto total: representa o efeito conjugado de todas as premissas alteradas.



3.3.12 Destaca-se que, em função do plano ser de contribuição variável, com a maioria dos participantes em atividade, o impacto negativo das premissas de taxa de mortalidade de válidos e taxa de mortalidade de inválidos foi superado pelo efeito positivo relativo à redução da premissa de Crescimento Salarial.

3.4 SITUAÇÃO FINANCEIRO-ATUARIAL

3.4.1 A Tabela N mostra os resultados das avaliações atuariais relativas aos compromissos assumidos pelo plano e os seus Patrimônios de Cobertura em 31.12.2017 e 31.12.2018:

	dez/17	dez/18
Patrimônio de Cobertura do Plano (A)	11.522.967.813,04	14.081.105.597,71
Reservas Matemáticas (B)	11.370.989.521,29	14.081.105.597,71
Parte I (Benefícios Não Programados)	674.125.327,62	766.027.229,33
Benefícios Concedidos	199.903.509,09	259.210.366,74
Benefícios a Conceder	474.221.818,53	506.816.862,59
Parte II (Benefícios Programados)	10.696.864.193,67	13.315.078.368,38
Benefícios Concedidos	121.788.695,05	151.223.003,93
Benefícios a Conceder	10.575.075.498,62	13.163.855.364,45
Superávit Acumulado (A) – (B)	151.978.291,75	0,00
Reserva de Contingência	151.978.291,75	0,00
Fundos Previdenciais	274.830.449,29	600.224.160,25
Fundo de Cotas Resguardadas	84.310.287,24	111.517.956,55
Fundo de Cobertura de Risco para Reingresso de Ex-Participantes	36.293.891,75	46.910.833,84
Fundo de Gestão de Risco	154.226.270,30	441.795.369,86

Tabela N - Valores em Reais

3.4.2 Observamos que no período de dezembro de 2017 a dezembro de 2018, a Reserva Matemática teve variação de 23,83%. Tal resultado decorre, principalmente, da rentabilidade auferida nos investimentos, que altera os saldos de contas dos participantes, registrados na Reserva de Benefícios a Conceder – Parte II (Benefícios Programados) e das contribuições que foram vertidas ao plano,

especialmente para a Parte II, cujo total de contribuições (pessoais e patronais) foi da ordem de R\$ 1.268 milhões em 2018.

3.4.3 A Tabela abaixo apresenta a rentabilidade acumulada no ano de 2018 dos ativos totais do Plano de Benefícios Previ Futuro, por segmento de aplicação, e seus respectivos percentuais de alocação:

Segmentos	Alocação	Rentabilidade 2018
Renda Fixa	61,20%	12,65%
Renda Variável	22,90%	17,66%
Investimentos Estruturados	1,02%	38,64%
Imóveis	3,53%	8,04%
Operações com Participantes	11,25%	9,15%
Investimento no Exterior	0,10%	3,52%
Rentabilidade Total		14,06%

Tabela O



3.4.4 A tabela abaixo apresenta as rentabilidades por Perfil de Investimento:

Perfis x Rentabilidade

Agressivo	Conservador	Arrojado	Moderado	BD1	BD2
15,45%	11,77%	14,14%	12,87%	12,93%	12,99%

Tabela P

3.4.5 Quanto aos recursos garantidores do plano, verificamos que a rentabilidade do Plano Previ Futuro em 2018 foi de 14,06%, enquanto que a variação do INPC, índice de reajuste dos benefícios, conjugada com a taxa real de juros, foi de 8,61%.

3.4.6 O encerramento do exercício de 2018 apresentou superávit técnico no exercício de R\$ 115.650.806,38, que decorre, principalmente, do desempenho dos ativos de investimento e da alteração das premissas atuariais, conforme detalhado no item 3.3.11.

3.4.7 Em decorrência do aprofundamento do mapeamento de risco do plano os ganhos atuariais acumulados foram revertidos para o Fundo de Gestão de Riscos como mecanismo de mitigação dos principais riscos mensurados.

3.4.8 A duração de passivo corresponde à média dos prazos dos fluxos de pagamentos de benefícios do plano, líquido de contribuições normais e extraordinárias incidentes sobre esses benefícios, ponderada pelos valores presentes desses fluxos. Em 31.12.2018, a duração do passivo do Plano de Benefícios Previ Futuro corresponde a 25,89 anos.

3.4.9 Contudo, cabe registrar que, conforme Relatório sobre Capacidade Financeira do Plano Previ Futuro, está evidenciando que os requisitos necessários para registro de títulos na categoria mantidos até o vencimento, especialmente a capacidade financeira de atendimento às necessidades de liquidez do plano de benefícios, estão atendidos.

3.5 GANHOS E PERDAS ATUARIAIS

3.5.1 As premissas atuariais devem ser aderentes ao perfil da massa de participantes e assistidos do plano de benefícios. Ao longo do ano podem ocorrer distanciamentos da realidade observada. Os efeitos dos distanciamentos ou diferenças entre as premissas atuariais e o que ocorreu efetivamente e também os efeitos gerados pelas mudanças nas premissas atuariais resultam em ganhos ou perdas atuariais.

3.5.2 Consideramos ganhos todos os desvios de premissas que trouxeram impactos positivos ao Plano, gerando desembolso menor que o previsto, ou arrecadação maior que o previsto ou redução no passivo atuarial. Como perda consideramos exatamente o oposto.

3.5.3 Ganhos e Perdas atuariais, portanto, implicam em demonstrar o grau de ajuste entre a realidade e a projeção que se tinha, quando da formulação do Plano de Custeio, acerca do comportamento de eventos futuros, tais como as Premissas Biométricas, Econômicas, Mobilidade Demográfica etc.

3.5.4 No longo prazo, os ganhos e perdas atuariais podem compensar-se. Também não podem ser considerados sinônimos de Lucros e Prejuízos, pois não implicam, necessariamente, em ganhos e perdas patrimoniais. Através da análise de Ganhos e Perdas Atuariais podemos inferir as origens dos desequilíbrios conjunturais/estruturais dos Planos de Benefícios.

3.5.5 Os principais fatores para os quais apuramos ganhos ou perdas atuariais são: Resultado da Alteração das Premissas Atuariais, Resultados Financeiros e outras variações do Plano, relativas à conjugação dos desvios das demais premissas com as movimentações na população do plano:

- Resultado da Alteração das Premissas Atuariais:
A alteração das premissas atuariais gerou ganho de R\$ 17,8 milhões na reserva matemática do Previ Futuro, conforme demonstrado abaixo.

Redução da Reserva –Premissas

Parte I	20.953.273,03
A conceder	29.764.632,69
Concedidos	- 8.811.359,66
Parte II	- 3.095.108,86
A conceder	0,00
Concedidos	- 3.095.108,86
Total	17.858.164,17

Tabela Q



- Resultados Financeiros:

Considerando a diferença entre a rentabilidade da parte BD1 12,93% e do BD2 foi 12,99% em relação a meta atuarial (8,61%), aplicada ao ativo de cada parte no final do exercício de 2017, apuramos um ganho equivalente a R\$ 47,8 milhões, conforme detalhado abaixo:

Resultado Financeiro – Ativo do Plano

Ativo BD1	
Varição Meta Atuarial	83.585.935,47
Varição Rentabilidade	125.582.294,01
Ganho BD1	41.996.358,53
Ativo BD2	
Varição Meta Atuarial	11.399.402,12
Varição Rentabilidade	17.205.628,39
Ganho BD2	5.806.226,26
Ganho Financeiro Total	47.802.584,80

Tabela R

- Resultado das outras variações do Plano:

Considerando que os ganhos atuariais do exercício totalizaram R\$ 115,6 milhões e o somatório das perdas e ganhos acima descritos, apuramos ganho de R\$ 50,0 milhões decorrentes de outras oscilações do plano. O principal ganho auferido nessa parcela refere-se à transferência de recursos para a Parte I originadas de reversões de saldos patronais decorrentes de Resgates, Portabilidades e concessões de benefícios de risco, na ordem de R\$ 26,3 milhões no ano.

3.5.6 Na tabela abaixo podemos visualizar o resumos as principais perdas e ganhos atuariais do Plano Previ Futuro:

Resumo - Perdas e Ganhos Atuariais – 12/2018

Resultado Financeiro	47.802.584,80
Alteração de Premissas	17.858.164,17
Outros fatores	49.990.057,41
Total	115.650.806,38

Tabela S

3.6 FUNDOS PREVIDENCIAIS

3.6.1 Conforme Resolução CGPC nº 26/2008, em seu art. 5º, “na constituição de fundos previdenciais e na manutenção dos já existentes, observada a estrutura técnica do plano de benefícios, cabe ao

atuário responsável a indicação de sua fonte de custeio e de sua finalidade, que deverá guardar relação com um evento determinado ou com um risco identificado, avaliado, controlado e monitorado.” Assim, os Fundos Previdenciais relacionados abaixo foram criados em outubro de 2006, após ajustes em processos e sistemas, e neles foram alocados os valores apropriados. São eles:

3.6.2 Fundo de Cotas Resguardadas: relativo a saldos de participantes que podem ser recebidos de imediato, mas ainda não foram solicitados pelos participantes ou seus beneficiários, como por exemplo, saldos individuais de participantes que romperam o vínculo empregatício, de aposentados por invalidez ou de falecidos. Esse fundo também consolida os saldos que não tinham destinação definida no Regulamento vigente até 13.12.2010, como os saldos patronais dos ex-participantes que optaram pelo Resgate. Esses saldos são apurados para os participantes enquadrados nas mencionadas situações com base nas informações utilizadas para o cálculo das reservas e são atualizados de acordo com a rentabilidade do perfil de investimento a que esses valores estão vinculados.

3.6.3 Fundo de Cobertura de Risco para Reingresso de Ex-Participantes: relativo a valores necessários para recompor o saldo patronal da Parte II de participantes que se desligaram do plano, mas mantiveram o vínculo empregatício. Portanto, podem retornar ao plano e têm tal direito reconhecido pelo regulamento do Plano. O mencionado saldo é obtido com base nas informações utilizadas para o cálculo das reservas e são atualizados de acordo com a rentabilidade do perfil de investimento a que esses valores estão vinculados.

3.6.4 Fundo de Gestão de Risco: constituído com ganhos atuariais para fazer frente oscilações dos ativos de investimento e do passivo atuarial do Plano, atualizado de acordo com a variação da cota do Perfil de Investimento aplicável a essa parcela do Plano, que a partir de setembro de 2017 passou a considerar o Perfil BD1.

Ao longo de 2018, no âmbito do Planejamento Tático – Estratégico, objetivo “Maximização dos benefícios e equilíbrio do plano PREVI Futuro”, foram desenvolvidas iniciativas para aperfeiçoar o mapeamento dos riscos que podem comprometer a sustentabilidade do Plano Previ Futuro, identificar os principais fatores que impactam o resultado do plano (parte BD) e elaborar estudos visando ao equilíbrio de cada uma das partes do plano por meio da gestão atuarial.

Nesse contexto, avaliamos os principais riscos inerentes à parte BD do plano, considerando a



probabilidade de ocorrência e o seu impacto, realizando simulações para análise de sensibilidade na reserva matemática em caso de mudança de algumas premissas atuariais.

Dentre os riscos identificados, os mais significativos e sujeitos à mitigação por meio de constituição de fundo previdencial são: alteração futura na taxa de juros atuarial e a postergação da idade de entrada em aposentadoria, especialmente em caso de aprovação de reforma da previdência. Cabe registrar que o aumento da longevidade foi identificado como risco relevante, contudo, consideramos que o mesmo está mitigado pela adoção de novas tábuas para válidos e inválidos a partir desta avaliação atuarial, conforme os estudos de aderência.

Ao avaliarmos atuarialmente o cenário de alteração da taxa de juros atuarial para 4,5% a.a. e postergação

da idade de entrada em aposentadoria em média de 2 anos para a totalidade dos participantes ativos, mensuramos que o impacto nas provisões matemáticas seria de R\$ 548 milhões. Assim sendo, revertemos os ganhos atuariais acumulados no plano para este fundo como mecanismo de mitigação desses principais riscos.

3.7 PLANO DE CUSTEIO

3.7.1 O Plano de Custeio determina o nível de contribuições necessário ao financiamento dos benefícios do plano de acordo com o regime financeiro e o método de financiamento, de tal forma que seja mantido o equilíbrio e a solvência do plano.

3.7.2 O Plano de Benefícios Previ Futuro é custeado pelas contribuições mensais e anuais de participantes ativos e da patrocinadora relacionadas na Tabela T.

Participantes	Patrocinadora
Parte I	
- 0,609984% sobre o salário de participação.	- 100% do somatório das contribuições dos participantes relativas a esta parte do plano.
Parte II	
- Subparte “a”: 6,390016% sobre o salário de participação.	- Subparte “a”: 100% do somatório das contribuições dos participantes para esta subparte.
- Subparte “b”: percentual do respectivo salário de participação, a ser obtido de acordo com a pontuação relativa ao participante, conforme Tabela 1 do artigo 62 do Regulamento.	- Subparte “b”: 100% da contribuição individual do participante para esta subparte, limitado o somatório dessas contribuições a 7% do total da folha de salários de participação dos participantes deste plano.
- Subparte “c”: percentual do salário de participação a ser fixado individualmente pelo participante, não podendo ser inferior a 2%.	- Subparte “c”: não há.

Tabela T Obs.: A contribuição total da Patrocinadora para o Plano Previ Futuro está limitada a 14% do total da folha de salários de participação.

3.7.3 Não há previsão de contribuição dos aposentados.

3.7.4 O custeio administrativo do plano será suprido por taxa de carregamento de 4% descontada da totalidade das contribuições acima descritas.

3.7.5 Tendo em vista que trata-se de um plano de contribuição variável, em situação de equilíbrio em sua parte de risco (Parte I), não há necessidade de alteração do Plano de Custeio. Ressaltamos, contudo, que o plano de custeio de 2018 teve sua vigência prorrogada para 31.03.2019³, de modo que a nova vigência do Plano de Custeio será de 01.04.2019 a 31.03.2020.

³ Decisão do Conselho Deliberativo 2018/0101, de 13/12/2018.

3.8 CONCLUSÃO

3.8.1 A rentabilidade do Plano de Benefícios Previ Futuro de 14,06%, apresentada no ano de 2018, maior que a meta atuarial de 8,61%, composta pela taxa real de juros de 5% ao ano e pelo índice de correção monetária dos benefícios do plano, impactando positivamente o saldo de conta dos participantes ativos e o resultado técnico do Plano.

3.8.2 Ao final do exercício de 2018 o plano apresentava superávit técnico no exercício de R\$ 115.650.806,38, que decorre, principalmente, do desempenho dos ativos de investimento e da alteração das premissas atuariais. Em decorrência do aprofundamento do mapeamento de risco do plano



os ganhos atuariais acumulados foram revertidos para o Fundo de Gestão de Riscos como mecanismo de mitigação dos principais riscos mensurados.

3.8.3 Desta forma, concluímos que o plano apresenta situação financeiro-atuarial equilibrada, o que permite a manutenção do atual Plano de Custeio.

4 CARTEIRA DE PECÚLIOS – CAPEC

4.1 BASE DE DADOS

4.1.1 A base de dados para avaliação atuarial da CAPEC é de agosto de 2018, composta por **127.104**⁴ participantes distribuídos nas modalidades Júnior, Pleno, Sênior, Master e Executivo conforme tabela abaixo, que apresenta adicionalmente a informação relativa à avaliação atuarial para o exercício de 2018:

Pecúlio	Julho/2017	Agosto/2018
Morte	120.230	120.323
Especial	37.129	37.215
Mantença	6.675	6.781
Invalidez	26.172	25.504
TOTAL	126.905	127.104

Tabela U

4.1.2 Observamos que os esforços de captação e retenção conseguiram propiciar a reposição da população com ligeiro saldo positivo.

4.1.3 A tabela a seguir apresenta a distribuição dos participantes por faixa etária, para cada modalidade de pecúlio:

Pecúlio por Morte

Planos	Júnior	Pleno	Sênior	Master	Executivo	Total
Até 34 anos	7.973	707	659	378	2.203	11.920
De 35 a 40 anos	4.234	917	802	639	3.822	10.414
De 41 a 45 anos	2.127	500	472	384	1.965	5.448
De 46 a 50 anos	3.085	985	717	459	2.904	8.150
De 51 a 55 anos	3.701	1.537	990	579	4.483	11.290
De 56 a 60 anos	3.850	1.633	1.130	681	6.904	14.198
De 61 a 65 anos	4.264	2.082	1.596	1.531	12.741	22.214
Maior que 65 anos	2.951	1.905	1.751	5.291	24.791	36.689
Subtotal	32.185	10.266	8.117	9.942	59.813	120.323

Tabela V

⁴ Os participantes vinculados ao Pecúlio Especial e ao Pecúlio por Invalidez possuem o Pecúlio por Morte.



Pecúlio Especial

Planos	Júnior	Pleno	Sênior	Master	Executivo	Total
Até 34 anos	116	111	113	73	590	1.003
De 35 a 40 anos	104	136	143	103	887	1.373
De 41 a 45 anos	66	73	83	77	871	1.170
De 46 a 50 anos	48	84	82	60	1.286	1.560
De 51 a 55 anos	65	78	82	51	2.752	3.028
De 56 a 60 anos	119	96	47	28	4.968	5.258
De 61 a 65 anos	122	94	21	9	7.790	8.036
Maior que 65 anos	106	78	12	6	15.585	15.787
Subtotal	746	750	583	407	34.729	37.215

Pecúlio Manutença

Planos	Júnior	Pleno	Sênior	Master	Executivo	Total
Até 34 anos	0	0	0	0	1	1
De 35 a 40 anos	0	0	0	1	1	2
De 41 a 45 anos	0	0	0	0	9	9
De 46 a 50 anos	0	0	0	0	24	24
De 51 a 55 anos	0	0	1	0	98	99
De 56 a 60 anos	1	1	0	0	306	308
De 61 a 65 anos	2	0	0	1	627	630
Maior que 65 anos	1	0	0	0	5.707	5.708
Subtotal	4	1	1	2	6.773	6.781

Pecúlio por Invalidez

Planos	Júnior	Pleno	Sênior	Master	Executivo	Total
Até 34 anos	7.276	300	401	217	1.610	9.804
De 35 a 40 anos	3.206	349	418	269	2.344	6.586
De 41 a 45 anos	1.162	210	162	132	1.028	2.694
De 46 a 50 anos	650	158	140	69	1.657	2.674
De 51 a 55 anos	394	111	98	60	1.389	2.052
De 56 a 60 anos	196	27	19	15	693	950
De 61 a 65 anos	58	2	1	1	519	581
Maior que 65 anos	11	1	1	0	150	163
Subtotal	12.953	1.158	1.240	763	9.390	25.504

Tabela V



4.1.4 Consideramos a qualidade da base de dados boa e suficiente para esta avaliação atuarial.

4.1.5 A seguir apresentamos comparativos das idades médias dos participantes, por faixa etária e tipo de pecúlio, para os anos de 2017 e 2018:

	Morte		Invalidez		Especial		Manutença	
	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018
Até 34 anos	29,8	30,3	29,6	30,2	30,8	31,0	33,0	34,0
De 35 a 40 anos	37,4	37,5	37,2	37,3	37,5	37,6	39,3	40,0
De 41 a 45 anos	43,2	42,8	42,9	42,7	43,1	43,0	42,6	42,4
De 46 a 50 anos	48,1	48,1	48,0	48,0	48,2	48,1	48,3	48,4
De 51 a 55 anos	53,1	53,1	52,9	52,8	53,3	53,3	53,5	53,7
De 56 a 60 anos	58,1	58,1	57,8	57,6	58,2	58,2	58,3	58,3
De 61 a 65 anos	63,0	63,1	62,7	62,7	63,0	63,1	63,1	63,1
Maior que 65 anos	74,0	73,7	66,9	67,3	72,5	72,6	79,6	79,8
TOTAL	56,8	57,4	39,2	39,0	62,3	62,5	76,1	76,7

Tabela W

4.2 PLANO DE BENEFÍCIOS

4.2.1 A CAPEC está prevista no Art. 3º, Inciso IV, do Estatuto da Entidade, que assegura “a todos os participantes: a opção de vínculo a um plano de pecúlio mediante contribuições específicas”.

4.2.2 A CAPEC está cadastrada na PREVIC como plano de benefícios de pagamento único e paga os seguintes pecúlios:

Aos dependentes ou beneficiários designados	Aos participantes
Pecúlio por Morte	Pecúlio por Invalidez
Pecúlio Especial	Pecúlio Especial
Pecúlio Manutença	

Tabela X

4.2.3 Cada tipo de pecúlio é oferecido aos participantes da CAPEC segundo faixas de valores, constituindo cada faixa uma das seguintes modalidades de pecúlio: Júnior, Pleno, Sênior, Master e Executivo.



4.3 METODOLOGIA DE CÁLCULO E PREMISSAS ATUARIAIS

4.3.1 A CAPEC tem seus valores de receitas calculados pelo Regime Financeiro de Repartição Simples com avaliações atuariais anuais, seguindo o princípio de cálculo atuarial usual para a constituição técnica do seguro de vida temporário por um ano com renovações automáticas anuais.

4.3.2 Na tabela a seguir são apresentadas as premissas adotadas no exercício de 2018 e as aprovadas para o exercício de 2019:

Premissas Biométricas	Exercício 2018	Exercício 2019
Mortalidade de Válidos	AT-2000 Suavizada em 10%	BR.EMSsb-2015
Entrada em Invalidez	Light Fraca	Light Fraca
Premissas Econômicas	Exercício 2018	Exercício 2019
Taxa Real de Juros	5% ao ano	5% ao ano
Taxa de Carregamento	2,5%	2,5%

Tabela Y

4.3.3 Levando em conta os últimos 12 meses, o número de falecimentos observados foi inferior ao número de eventos esperados pela Tábua de Mortalidade de Válidos AT 2000 Suavizada em 10%, sendo o número de óbitos nos Pecúlios por Morte, Especial e Manutenção, relativo ao período de setembro de 2017 até agosto de 2018 foi de 1.583 sinistros, que representa 84% do número de óbitos esperados no mesmo período, de 1.880.

4.3.4 Até o exercício de 2018 a Tábua de Mortalidade utilizada para projeção de longevidade, cálculo de prêmios e projeções de despesas relativas ao pagamento de pecúlios foi a Tábua AT-2000 Suavizada em 10%. O estudo técnico sobre a aderência à tábua de mortalidade da Carteira de Pecúlios realizada para o exercício de 2019 indica que a Tábua BR-EMSsb.2015 é a mais adequada à massa de participantes (masculino e feminino) da CAPEC.

4.3.5 Dessa forma, para o próximo ano, o número de óbitos projetados será menor, uma vez que a Tábua BR-EMSsb.2015 projeta maior longevidade, reduzindo o número de sinistros esperados para o próximo exercício.

4.3.6 No que se refere à sinistralidade dos eventos de entrada em invalidez, o número de sinistros ocorridos nessa modalidade de plano não se mostrou tão aderente ao esperado no período de

setembro de 2017 até agosto de 2018. Ocorreram 16 eventos de invalidez contra 48 esperados, o que provavelmente se deve à política adotada pela Previdência Oficial de restrição à concessão desse tipo de benefício.

4.3.7 Não são realizados testes, separadamente, para atestar a aderência da Tábua de Entrada em Invalidez para os participantes da CAPEC, tendo em vista que, no que se refere ao Pecúlio Invalidez, 99% dos participantes da Carteira de Pecúlios também fazem parte dos Planos de Benefícios 1 e Previ Futuro. Os estudos realizados relativos a esses Planos indicam a manutenção da Tábua Light Fraca para previsão do evento de Entrada em Invalidez.



4.4 SITUAÇÃO FINANCEIRO-ATUARIAL

4.4.1 Os valores dos pecúlios foram reajustados em 4,10% superior à variação do INPC entre a data da última alteração de valores e a data da nova avaliação atuarial, realizada em agosto/2018, em conformidade com o disposto no regulamento da CAPEC. A tabela Z apresenta os valores dos pecúlios de 2018 e os valores atualizados para o exercício 2019:

Planos	Júnior	Pleno	Sênior	Master	Executivo
Valor Atual (R\$)	39.000	78.000	117.000	156.000	195.000
Valor Reajustado (R\$)	40.600	81.200	121.800	162.400	203.000

Tabela Z – Valores em Reais

4.4.2 O fluxo de contribuições arrecadadas, pecúlios pagos e ganhos com investimentos relativos à Carteira apresentaram os seguintes resultados em 31.12.2018, que afetaram o Fundo CAPEC:

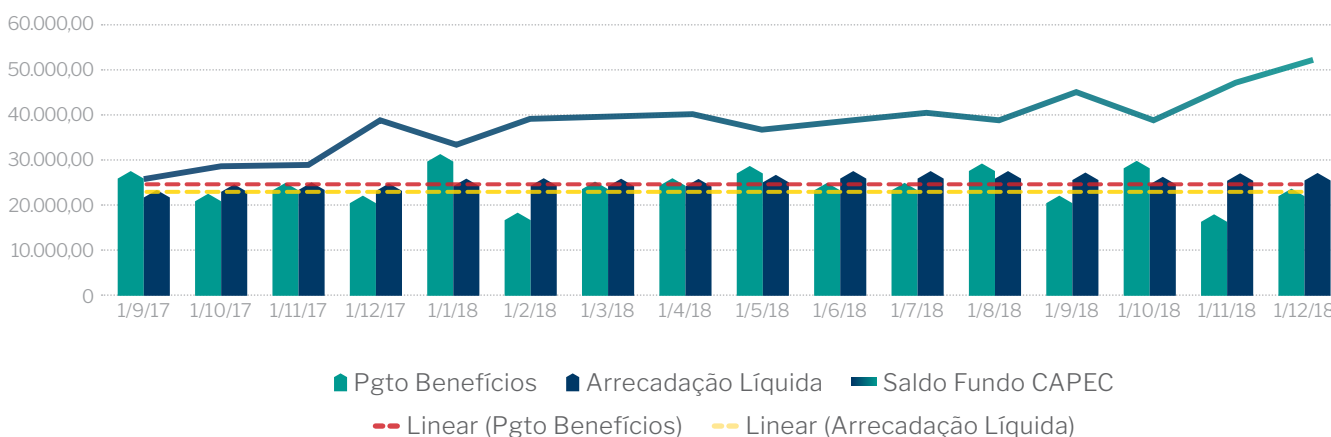
Contribuições Brutas	340.559.097,14
(-) Destinação para RCO 10%	-32.725.145,32
(-) Destinação para Despesas Administrativas 2,5%	-8.475.315,86
Contribuições Líquidas (A)	299.358.635,96
Benefícios Pagos (B)	-286.072.617,51
(-/+Utilização do Fundo CAPEC para custeio das contribuições / Ganhos atuariais (A) - (B)= (C)	13.286.018,45
Resultado Financeiro Bruto	29.314.521,68
(-)Atualização Monetária dos pecúlios a pagar	-4.442.807,78
(-)Atualização da RCO	-23.362.056,06
(-/+ Outros resultados / reversões	-897.045,18
Resultado Financeiro Líquido (D)	612.612,66
Resultado Final Fundo CAPEC (C) + (D)	13.898.631,11

Tabela AA – Valores em Reais



4.4.3 O somatório das contribuições líquidas arrecadadas foi superior ao montante de benefícios pagos no período, conforme pode ser verificado no gráfico abaixo.

› Evolução Fundo CAPEC



4.4.4 Registramos ainda o valor de R\$ 60.665.866,56, em 31.12.2018, relativo à rubrica Benefícios a Pagar, que considera a provisão de pecúlios avisados e não pagos pela Carteira correspondente a processos em curso de liquidação e outros pagamentos pendentes.

4.5 FUNDOS PREVIDENCIAIS

4.5.1 O Fundo CAPEC destina-se ao equilíbrio das contribuições dos participantes, considerando o processo de transição da cobrança por prêmio único para a cobrança por faixa etária ocorrida a partir de 2006. Tal medida faz parte do Plano de Reestruturação da CAPEC, aprovado em 2005 pela Diretoria Executiva e pelo Conselho Deliberativo. O saldo do Fundo CAPEC foi majorado em função do resultado positivo demonstrado na tabela AA do item 4.4.2, fechando em 31.12.2018 no valor de R\$ 51.674.806,91.

4.5.2 O Fundo de Reserva para Cobertura de Oscilações (RCO), constituído em abril de 2010, é um fundo previdencial destinado para garantir o pagamento de pecúlios sempre que as disponibilidades próprias forem insuficientes. O saldo do Fundo RCO, em 31.12.2018, é de R\$ 310.152.704,74 e tende a crescer até a extinção do Fundo CAPEC.

4.5.3 O saldo do ativo líquido da CAPEC aumentou de R\$ 291.841.679,16 (31.12.2017) para R\$ 361.827.511,70 (31.12.2018), em função, principalmente, do incremento do saldo do Fundo de Reserva para Cobertura de Oscilações (RCO).

4.6 PLANO DE CUSTEIO

4.6.1 O custeio da CAPEC é de responsabilidade dos participantes do plano, não havendo contribuição patronal.

4.6.2 Os valores das contribuições mensais variarão segundo a faixa etária e o tipo de pecúlio ao qual o participante tenha aderido ou contratado, conforme regulamento.

4.6.3 Conforme artigo 50 do Regulamento da CAPEC, da importância total arrecadada a título de contribuição mensal, são apartados 10% para constituição do Fundo de Reserva para Cobertura de Oscilações (RCO), a fim de garantir o pagamento de pecúlios sempre que as disponibilidades próprias forem insuficientes.

4.6.4 Por sua vez, o Fundo CAPEC é utilizado para cobrir a insuficiência financeira originada pelo subsídio das contribuições nas faixas etárias mais avançadas, a fim de manter o equilíbrio financeiro da carteira.



4.6.5 Nesse contexto, a estratégia prevê a utilização do Fundo CAPEC até sua extinção, quando o Fundo da Reserva para Cobertura de Oscilações (RCO) passará a cobrir as diferenças decorrentes dos subsídios ainda existentes, até que as contribuições arrecadadas sejam suficientes para custear integralmente os pagamentos dos pecúlios.

4.6.6 A tabela a seguir mostra as contribuições mensais aprovadas⁵ para serem aplicadas a partir de 01.01.2019, correspondentes aos novos valores de pecúlio da CAPEC, considerando a taxa de carregamento de 2,5% e a taxa de 10% referente à constituição do Fundo de Reserva para Cobertura de Oscilação:

Valores dos Pecúlios em Reais	40.600	81.200	121.800	162.400	203.000
Planos	Júnior	Pleno	Sênior	Master	Executivo
Pecúlio por Morte					
Até 34 anos	6,06	12,13	18,18	24,24	30,31
De 35 a 40 anos	7,62	15,23	22,85	30,47	38,09
De 41 a 45 anos	10,48	20,99	31,47	41,96	52,44
De 46 a 50 anos	12,58	25,15	37,73	50,31	62,89
De 51 a 55 anos	20,42	40,82	61,24	81,66	102,05
De 56 a 60 anos	39,47	82,91	124,35	165,81	207,27
De 61 a 65 anos	48,99	100,56	187,06	237,45	265,71
Maior que 65 anos	65,73	138,47	254,54	315,12	354,85
Pecúlio Especial/Manutenção					
Até 34 anos	6,06	12,13	18,18	24,24	30,31
De 35 a 40 anos	7,62	15,23	22,85	30,47	38,09
De 41 a 45 anos	10,48	20,99	31,47	41,96	52,44
De 46 a 50 anos	12,58	25,15	37,73	50,31	62,89
De 51 a 55 anos	20,42	40,82	61,24	81,66	102,05
De 56 a 60 anos	39,47	82,91	124,35	165,81	202,89
De 61 a 65 anos	48,99	100,56	187,06	219,21	240,31
Maior que 65 anos	65,73	138,47	254,54	298,98	329,28
Pecúlio por Invalidez					
Até 34 anos	1,72	3,44	5,16	6,88	8,60
De 35 a 40 anos	3,42	6,85	10,26	13,67	17,08
De 41 a 45 anos	7,57	15,13	22,69	30,24	37,79
De 46 a 50 anos	11,26	22,52	33,78	45,04	56,30
De 51 a 55 anos	14,25	28,49	42,72	56,96	71,20
De 56 a 60 anos	22,54	45,07	67,61	90,14	112,67
De 61 a 65 anos	26,82	53,64	80,45	107,25	134,06
Maior que 65 anos	35,06	70,11	105,17	140,21	175,25

Tabela AB - Valores em Reais

⁵ Decisão do Conselho Deliberativo 2018/0100, de 13/12/2018.



4.7 CONCLUSÃO

4.7.1 O resultado positivo observado no exercício, consubstanciado pelo aumento do Ativo Líquido do plano, demonstra que os eventos de óbito e principalmente os efetivos pagamentos de pecúlio no exercício foram abaixo do esperado. Nesse sentido, a alteração da tábua de mortalidade para a Tábua BR-EMSsb.2015, visa melhor ajuste no cálculo dos prêmios puros. Essa tábua projeta maior longevidade dos participantes e seu efeito, na CAPEC, é de mera postergação da despesa com pagamento de pecúlio.

4.7.2 Assim sendo, é importante a manutenção do Fundo CAPEC, para cobertura dos subsídios das contribuições para as faixas etárias mais avançadas, e a continuidade da estratégia mencionada no item 4.6.5, de tal forma que, ao fim do Fundo CAPEC, o valor dessas contribuições não tenha impacto significativo para os participantes.

4.7.3 Diante do exposto, concluímos que os resultados apresentados pela CAPEC, quando do encerramento do exercício de 2018, indicam o reconhecimento do seu estado de equilíbrio atuarial.

Rio de Janeiro, 24 de janeiro de 2019.

Vanessa Ferreira Ennes
Atuário – MIBA 1194



Relatório do Auditor Independente Sobre as Demonstrações Contábeis

Aos Administradores, Participantes e Patrocinadoras
PREVI - Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil

OPINIÃO

Examinamos as demonstrações contábeis da PREVI - Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil (“Entidade”), que compreendem o balanço patrimonial consolidado (representado pelo somatório de todos os planos de benefícios administrados pela Entidade, aqui denominados de consolidado, por definição da Resolução CNPC nº 8) em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações consolidadas da mutação do patrimônio social e do plano de gestão administrativa, e as demonstrações individuais por plano de benefício, que compreendem a demonstração do ativo líquido, da mutação do ativo líquido e das provisões técnicas para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da PREVI - Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil e individual por plano de benefício, em 31 de dezembro de 2018, e o desempenho consolidado e por plano de benefício de suas operações para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal

de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades reguladas pelo CNPC, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião.



Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantivemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas

até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 28 de fevereiro de 2019

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU

Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609 /O-8

Vanderlei Minoru Yamashita

Contador
CRC nº 1 SP 201506/O-5



Parecer do Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal da **Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil - PREVI**, no uso da atribuição conferida pelo inciso II do artigo 49 do Estatuto da Entidade e tendo em vista o disposto na Resolução MPS/CNPC nº 29, de 13.04.2018, Artigo 17, alínea “j”, examinou as Demonstrações Contábeis da PREVI, apresentado pela Diretoria Executiva, referentes ao exercício findo em 31.12.2018.

Com base no exame desses documentos, complementados por informações e esclarecimentos prestados por membro da Diretoria Executiva e por técnicos da PREVI, e considerando ainda o Parecer da Atuária Interna, o Parecer dos Auditores Independentes e a revisão das Demonstrações Contábeis realizada pelo Comitê de Auditoria, o Conselho Fiscal opina favoravelmente à aprovação das Demonstrações Contábeis da PREVI, relativa ao exercício de 2018.

Rio de Janeiro, 28 de fevereiro de 2019.

Rosalina do Socorro Ferreira Amorim
Presidente

Eslei José de Moraes
Conselheiro

Aureli Carlos Balestrini
Conselheiro

Paulo Cesar Soares de França
Conselheiro



Manifestação do Conselho Deliberativo Quanto às Demonstrações Contábeis do Exercício de 2018

Em reunião de 28 de fevereiro de 2019 o Conselho Deliberativo da Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil – PREVI, no uso das competências de que trata o inciso XII do artigo 22 do Estatuto da Entidade, examinou as Demonstrações Contábeis apresentadas pela Diretoria Executiva, relativamente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

Com fundamento nas análises procedidas, nos esclarecimentos prestados pela Diretoria Executiva, no Parecer dos Auditores Independentes, no Parecer Atuarial emitido pelos Atuários Internos, no Relatório do Comitê de Auditoria, no Parecer do Conselho Fiscal e nas Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis, o Conselho Deliberativo conclui que as Demonstrações Contábeis referentes ao exercício 2018 refletem adequadamente a situação patrimonial e financeira da Entidade, razão pela qual as aprova.

Rio de Janeiro (RJ), 28 de fevereiro de 2019.

Márcio Hamilton Ferreira
Presidente

Antonio Sérgio Riede
Carlos Alberto Guimarães de Sousa
Carlos Renato Bonetti
Cícero Przensiuk
Wagner de Sousa Nascimento



Demonstração do Valor Adicionado GRI 201-1

R\$ mil

VALOR ECONÔMICO GERADO	2018	2017	2016
1. Adições	4.898.818	5.164.527	4.410.131
Contribuições	4.671.633	4.586.697	4.404.788
Receitas Administrativas (*)	296.535	284.632	286.152
Contingências	-69.350	293.198	-280.809
2. Variação das Provisões Técnicas	-10.648.807	-4.560.057	-10.939.898
Provisões Matemáticas	-10.648.807	-4.560.057	-10.939.898
3. Resultado Líquido Operacional (1+2)	-5.749.989	604.470	-6.529.767
4. Benefícios	12.577.020	12.156.902	10.678.741
Benefícios de prestação continuada e única e institutos (líquidos de IR)	11.138.157	10.712.004	9.508.112
Imposto de Renda Retido na Fonte dos Benefícios	1.363.755	1.387.584	1.106.652
Outros	75.108	57.314	63.977
5. Insumos de Terceiros	76.240	87.472	68.686
Materiais, energia e outros (DESPESAS GERAIS líquidas de impostos, taxas e contribuições)	23.961	26.779	23.817
Serviços de Terceiros e comissões	36.567	44.113	40.787
Treinamentos	2.047	3.703	2.141
Viagens e Estadias	1.757	1.835	1.915
Outros	11.908	11.042	26
6. Valor adicionado Bruto (3-4-5)	-18.403.249	-11.639.904	-17.277.194
7. Depreciação, amortização e exaustão	7.232	7.791	9.683
8. Valor adicionado líquido produzido pela entidade (6-7)	-18.410.481	-11.647.695	-17.286.877
9. Valor adicionado recebido/cedido em transferência	31.846.378	23.608.109	22.985.679
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	31.733.171	23.479.584	22.836.163
Resultado Negativo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	0	0	0
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Administrativa	113.207	128.525	149.516
10. Valor adicionado total a distribuir (8+9)	13.435.897	11.960.414	5.698.802



» CONTINUAÇÃO

11. Distribuição do valor adicionado	13.435.897	11.960.414	5.698.802
Pessoal e encargos	200.402	185.262	191.812
Pessoal Cedido da Patrocinadora	181.306	167.221	174.627
Conselheiros, Dirigentes, Pessoal Próprio e Demais Despesas com Pessoal	19.096	18.041	17.185
Impostos, taxas e contribuições ^(*)	36.843	27.906	29.519
Federais ^(**)	30.472	36.851	19.462
Estaduais	101.079	85.935	6
Municipais	6.270	444	393
Remuneração de Capitais Próprios	13.198.652	11.747.246	5.477.471
Juros (atualização de contratos/acordos)	2.056.873	1.767.486	2.964.439
Fundos	474.431	179.511	318.448
Superávit/Déficit Técnico do Exercício	10.667.348	9.800.249	2.194.584

^(*) Taxa de Carregamento, de Administração e Demais Receitas Administrativas.

^(**) Considera R\$ 19.230 de PIS/Cofins (R\$ 20.863, em 2016).



Modelo para Entidades Fechadas de Previdência Complementar - padrão iBase

1 - IDENTIFICAÇÃO

Nome da Instituição: Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil - PREVI Inscrição PREVIC: 1781
 Localização: Região: N []; NE []; CO []; SE [X]; S []; (UF): RJ Patrocínio Predominante: Público [X]; Privado []
 Setor de atividade (segundo atividade da patrocinadora/instituidor principal): Instituição financeira
 Tipo/Natureza jurídica: [] fundação [X] sociedade civil sem fins lucrativos? [] outra _____
 Vinculação dos planos de benefícios: [X] patrocinados [] multipatrocínados [] instituídos

2 - Situação patrimonial (final de período)	2018 (R\$ mil)	Relações %	2017 (R\$ mil)	Relações %	2016 (R\$ mil)	Relações %
1. Ativo total	205.612.845		183.668.208		170.609.646	
2. Carteira de Investimentos	201.950.054	100,0%	180.407.835	100,0%	167.691.455	100,0%
2.1 Títulos públicos	90.823	0,0%	83.632	0,0%	90.581	0,1%
2.2 Créditos Privados e Depósitos	5.396.879	2,6%	8.144.533	4,4%	7.352.910	4,3%
2.3 Ações	46.075.690	22,8%	46.957.740	26,0%	46.558.997	27,8%
2.4 Fundos de Investimento	132.618.715	65,8%	108.122.045	60,2%	96.391.991	57,5%
2.5 Derivativos	62.279	0,0%	0	0,0%	0	0,0%
2.6 Investimentos Imobiliários	10.431.502	5,2%	10.138.259	5,6%	10.405.886	6,2%
2.7 Empréstimos	6.111.512	3,0%	5.820.047	3,2%	5.689.394	3,4%
2.8 Financiamentos Imobiliários	1.116.600	0,6%	1.100.489	0,6%	1.170.068	0,7%
2.9 Depósitos Judiciais/ Recursais	46.054	0,0%	41.090	0,0%	31.628	0,0%
3. Patrimônio para cobertura do plano	175.111.485	85,2%	153.795.330	83,7%	139.435.024	81,7%
4. Compromissos com benefícios (provisões)	168.587.226	100,0%	157.938.419	100,0%	153.378.362	100,0%
4.1 concedidos	151.498.683	89,8%	143.674.033	90,8%	142.534.498	92,9%
4.2 a conceder	31.370.420	18,7%	28.872.577	18,4%	26.140.076	17,1%
4.3 (provisões matemáticas a constituir)	-14.281.877	-8,5%	-14.608.191	-9,2%	-15.296.212	-10,0%
5. Equilíbrio Técnico	6.524.259	3,2%	-4.143.089	-2,3%	-13.943.338	-8,2%
6. Indicador de equilíbrio técnico (%)	103,9%		97,4%		90,9%	



» CONTINUAÇÃO

3 - Origem dos recursos	2018 (R\$ mil)	Distribuição %	2017 (R\$ mil)	Distribuição %	2016 (R\$ mil)	Distribuição %
Adiões	36.919.851	100,0%	28.870.909	100,0%	27.788.718	100,0%
a. Contribuiões previdenciais	4.671.633	12,6%	4.586.697	16,0%	4.404.788	15,9%
b. Contribuiões extraordinrias	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%
c. Reverso de Contingências Previdenciais	0	0,0%	321.917	1,1%	0	0,0%
d. Outras receitas (Tx. Carregamento, de Adm. e Demais Rec. Adm.)	296.535	0,8%	284.632	1,0%	286.173	1,0%
e. Resultado positivo líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	31.733.171	86,0%	23.479.584	81,3%	22.836.163	82,2%
f. Resultado positivo líquido dos Investimentos - Gestão Administrativa	113.207	0,3%	128.525	0,4%	149.516	0,5%
g. Constituião de Fundos de Investimentos	105.305	0,3%	69.554	0,2%	112.078	0,4%
4 - Aplicação dos recursos	2018 (R\$ mil)	Distribuição %	2017 (R\$ mil)	Distribuição %	2016 (R\$ mil)	Distribuição %
Destinaões	-15.025.277	100,0%	-14.263.975	100,0%	-14.225.690	100,0%
a. Previdenciais	-14.694.442	97,9%	-13.926.805	97,6%	-13.905.106	97,7%
- Benefícios de prestação continuada	-12.121.951	80,8%	-11.731.557	82,2%	-10.291.899	72,3%
- Benefícios de pagamento único	-374.273	2,5%	-365.131	2,6%	-320.225	2,3%
- Constituião de Contingências	-59.263	0,4%	0	0,0%	-259.946	1,8%
- Outras	-2.138.955	14,2%	-1.830.117	12,8%	-3.033.036	21,3%
b. Despesas administrativas	-320.717	2,0%	-308.431	2,2%	-299.700	2,2%
- Pessoal e encargos	-200.402	1,3%	-185.262	1,3%	-191.812	1,4%
- Treinamento	-2.047	0,0%	-3.703	0,0%	-2.141	0,0%
- Tributos	-9.050	0,1%	-8.219	0,1%	-8.201	0,1%
- Viagens e estadias	-1.757	0,0%	-1.835	0,0%	-1.915	0,0%
- Serviços de Terceiros	-36.567	0,2%	-44.113	0,3%	-40.787	0,3%
- Despesas Gerais	-51.754	0,3%	-46.466	0,3%	-45.135	0,3%
- Depreciação e amortização	-7.232	0,0%	-7.791	0,1%	-9.683	0,1%
- Outras	-11.908	0,1%	-11.042	0,1%	-26	0,0%

» CONTINUA



» CONTINUAÇÃO

c. Outras Destinações	-10.118	0,1%	-28.739	0,2%	-20.884	0,1%
- Constituição Líquida de Contingências - Gestão Administrativa	-10.087	0,1%	-28.719	0,2%	-20.863	0,1%
- Resultado negativo líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%
- Reversão de Recursos para o Plano de Benefícios	-31	0,0%	-20	0,0%	-21	0,0%

5 - Indicadores sociais internos (Ações e benefícios para os(as) funcionários(as))	2018 (R\$ mil)	% sobre despesas administrativas	2017 (R\$ mil)	% sobre despesas administrativas	2016 (R\$ mil)	% sobre despesas administrativas
a. Alimentação	9.057	2,74%	8.420	2,63%	7.354	2,30%
b. Educação	790	0,24%	296	0,09%	751	0,23%
c. Capacitação e desenvolvimento profissional	767	0,23%	2.289	0,71%	755	0,24%
d. Previdência complementar	6.200	1,87%	7.509	2,35%	8.092	2,53%
e. Creche ou auxílio-creche	43	0,01%	33	0,01%	56	0,02%
f. Saúde	2.407	0,73%	3.293	1,03%	5.980	1,87%
g. Segurança e medicina no trabalho	6	0,00%	128	0,04%	147	0,05%
h. Transporte	239	0,07%	330	0,10%	313	0,10%
i. Estágios	92	0,03%	86	0,03%	98	0,03%
j. Outros	385	0,12%	384	0,12%	0	0,00%
Total - Indicadores sociais internos	19.986	6,04%	22.768	7,11%	23.546	7,35%

6 - Contribuição para a sustentabilidade - Investimentos Socialmente Responsáveis	2018 Relação (R\$ mil) (%)	2017 Relação (R\$ mil) (%)	2016 Relação (R\$ mil) (%)
a. Carteira de Investimentos Socialmente Responsáveis (saldo em 31/12)	R\$ 18.178.739	R\$ 17.651.293	R\$ 28.410.477
Empresas: R\$ 18.121.781		Empresas: R\$ 17.593.722	Empresas: R\$ 28.361.546
Fundos e Projetos: R\$ 56.958		Fundos e Projetos: R\$ 57.571	Fundos e Projetos: R\$ 48.931
b. Participação da Carteira de Investimentos Socialmente Responsáveis no total de Investimentos (saldo em 31/12).	9,76%	9,75%	16,9%
Empresas: 9,76%		Empresas: 9,75%	Empresas: 16,9%
Fundos e Projetos: 0,03%		Fundos e Projetos: 0,03%	Fundos e Projetos: 0,03%
c. A entidade adota critérios de responsabilidade social e ambiental em suas decisões de investimento?	<input checked="" type="checkbox"/> sim, institucionalizada	<input checked="" type="checkbox"/> sim, institucionalizada	<input checked="" type="checkbox"/> sim, institucionalizada
	<input type="checkbox"/> sim, não institucionalizada	<input type="checkbox"/> sim, não institucionalizada	<input type="checkbox"/> sim, não institucionalizada
	<input type="checkbox"/> em estudo	<input type="checkbox"/> em estudo	<input type="checkbox"/> em estudo
	<input type="checkbox"/> não	<input type="checkbox"/> não	<input type="checkbox"/> não

» CONTINUA



» CONTINUAÇÃO

d. A entidade adota critérios de responsabilidade social e ambiental no acompanhamento das empresas, fundos e projetos em que investe?	<input checked="" type="checkbox"/> sim, institucionalizada		<input checked="" type="checkbox"/> sim, institucionalizada		<input checked="" type="checkbox"/> sim, institucionalizada	
	<input type="checkbox"/> sim, não institucionalizada		<input type="checkbox"/> sim, não institucionalizada		<input type="checkbox"/> sim, não institucionalizada	
	<input type="checkbox"/> em estudo <input type="checkbox"/> não		<input type="checkbox"/> em estudo <input type="checkbox"/> não		<input type="checkbox"/> em estudo <input type="checkbox"/> não	
e. A entidade participa de organizações/ iniciativas internacionais e nacionais de critérios de responsabilidade social e ambiental? Quais?	<input checked="" type="checkbox"/> PRI; <input checked="" type="checkbox"/> CDP <input checked="" type="checkbox"/> Pacto Global/ONU <input checked="" type="checkbox"/> Princípios Abrapp/ Ethos		<input checked="" type="checkbox"/> PRI; <input checked="" type="checkbox"/> CDP <input checked="" type="checkbox"/> Pacto Global/ONU <input checked="" type="checkbox"/> Princípios Abrapp/ Ethos		<input checked="" type="checkbox"/> PRI; <input checked="" type="checkbox"/> CDP <input checked="" type="checkbox"/> Pacto Global/ONU <input checked="" type="checkbox"/> Princípios Abrapp/ Ethos	

7 - Informações Populacionais	2018	2017	2016
a) N° total de participantes (em dezembro)	199.212	200.754	202.172
- ativos	94.415	96.273	97.971
- assistidos (aposentados)	82.724	82.748	82.800
- beneficiários de pensão	22.073	21.733	21.401
b) Valor anual dos benefícios pagos (R\$ mil)	12.096.599	12.343.842	10.697.557
- aposentadorias (incluído Benef. Proporc. Diferido - BPD)	10.180.412	10.047.928	8.753.651
- pensões	1.757.098	1.686.500	1.550.445
- auxílios	0	0	0
- pecúlios	280.399	278.809	264.641
- outros (4) (Dev. Reservas e Renda Mensal Temporária)	82.237	91.887	70.475
- distribuição superávit (Benef. Espec. Remun/ Proporc./R. Certa e Temporário - BET)	76.852	517.528	58.345
c) Participação da suplementação na renda mensal dos assistidos aposentados - planos BD (%)	79,95%	80,97%	79,24%
d) Participação da suplementação na renda mensal dos assistidos aposentados - planos CD ou CV (%)	43,73%	47,50%	36,93%
8 - Indicadores sobre o corpo funcional	2018	2017	2016
N° total de empregados(as) ao final do período	575	566	557
N° de admissões durante o período	40	28	37
N° de prestadores(as) de serviço Temporários ⁽¹⁾	1	1	2

» CONTINUA



» CONTINUAÇÃO

% de empregados(as) acima de 45 anos	33,39%	36,39%	34,29%
Nº de mulheres que trabalham na instituição	253	160	238
% de cargos de chefia ocupados por mulheres	31,25%	25,27%	26,92%
Idade média das mulheres em cargos de chefia	45	48	48
Salário médio das mulheres	R\$ 12.134	R\$ 14.281	R\$ 9.586
Idade média dos homens em cargos de chefia	47	48	48
Salário médio dos homens	R\$ 16.650	R\$ 15.879	R\$ 13.201
Nº de negros(as) que trabalham na instituição	93	86	103
% de cargos de chefia ocupados por negros(as)	3%	10,98%	13,00%
Idade média dos(as) negros(as) em cargos de chefia	47	47	42
Salário médio dos(as) negros(as)	R\$ 11.911	R\$ 12.134	R\$ 10.628
Nº de brancos(as) que trabalham na instituição	400	374	430
Salário médio dos(as) brancos(as)	R\$ 15.983	R\$ 15.053	R\$ 12.310
Nº de estagiários(as)	8	6	8
Nº de voluntários(as)	0	0	0
Nº portadores(as) necessidades especiais	0	0	0
Salário médio portadores(as) necessidades especiais	R\$ 0	R\$ 0	R\$ 0
9 - Qualificação do corpo funcional	2018	2017	2016
Nº total de empregados	575	566	557
Nº de doutores(as), mestres e com especialização	500	510	470
Nº de graduados(as)	46	35	63
Nº de graduandos(as)	0	0	1
Nº de pessoas com ensino médio	23	21	23
Nº de pessoas com ensino fundamental	0	0	0
Nº de pessoas com ensino fundamental incompleto	0	0	0
Nº de pessoas não-alfabetizadas	0	0	0

» CONTINUA



» CONTINUAÇÃO

10 - Informações relevantes quanto à ética, transparência e responsabilidade social	Metas 2019	2018	2017	2016
Relação entre a maior e a menor remuneração	32,5	32,5	33,2	28,9
O processo de admissão de empregados(as) é:	1% por indicação 99% por seleção/ concurso	1% por indicação 99% por seleção/ concurso	1% por indicação 99% por seleção/ concurso	1% por indicação 99% por seleção/ concurso
A entidade desenvolve alguma política ou ação de valorização da diversidade em seu quadro funcional?	<input checked="" type="checkbox"/> sim, institucionalizada	<input checked="" type="checkbox"/> sim, institucionalizada	<input checked="" type="checkbox"/> sim, institucionalizada	<input checked="" type="checkbox"/> sim, institucionalizada
	<input type="checkbox"/> sim, não institucionalizada	<input type="checkbox"/> sim, não institucionalizada	<input type="checkbox"/> sim, não institucionalizada	<input type="checkbox"/> sim, não institucionalizada
	<input type="checkbox"/> não	<input type="checkbox"/> não	<input type="checkbox"/> não	<input type="checkbox"/> não
Se "sim" na questão anterior, qual?	<input type="checkbox"/> negros <input checked="" type="checkbox"/> gênero <input type="checkbox"/> opção sexual	<input type="checkbox"/> negros <input checked="" type="checkbox"/> gênero <input type="checkbox"/> opção sexual	<input type="checkbox"/> negros <input checked="" type="checkbox"/> gênero <input type="checkbox"/> opção sexual	<input type="checkbox"/> negros <input checked="" type="checkbox"/> gênero <input type="checkbox"/> opção sexual
	<input type="checkbox"/> portadores(as) de necessidades especiais	<input type="checkbox"/> portadores(as) de necessidades especiais	<input type="checkbox"/> portadores(as) de necessidades especiais	<input type="checkbox"/> portadores(as) de necessidades especiais
	<input type="checkbox"/> _____	<input type="checkbox"/> _____	<input type="checkbox"/> _____	<input type="checkbox"/> _____
A entidade desenvolve alguma política ou ação de valorização da diversidade entre seus participantes?	<input type="checkbox"/> sim, institucionalizada	<input type="checkbox"/> sim, institucionalizada	<input type="checkbox"/> sim, institucionalizada	<input type="checkbox"/> sim, institucionalizada
	<input type="checkbox"/> sim, não institucionalizada	<input type="checkbox"/> sim, não institucionalizada	<input type="checkbox"/> sim, não institucionalizada	<input type="checkbox"/> sim, não institucionalizada
	<input checked="" type="checkbox"/> não	<input checked="" type="checkbox"/> não	<input checked="" type="checkbox"/> não	<input checked="" type="checkbox"/> não
Se "sim" na questão anterior, qual?	<input type="checkbox"/> negros <input type="checkbox"/> gênero <input type="checkbox"/> opção sexual	<input type="checkbox"/> negros <input type="checkbox"/> gênero <input type="checkbox"/> opção sexual	<input type="checkbox"/> negros <input type="checkbox"/> gênero <input type="checkbox"/> opção sexual	<input type="checkbox"/> negros <input type="checkbox"/> gênero <input type="checkbox"/> opção sexual
	<input type="checkbox"/> portadores(as) de necessidades especiais	<input type="checkbox"/> portadores(as) de necessidades especiais	<input type="checkbox"/> portadores(as) de necessidades especiais	<input type="checkbox"/> portadores(as) de necessidades especiais
	<input type="checkbox"/> Outros _____	<input type="checkbox"/> Outros _____	<input type="checkbox"/> Outros _____	<input type="checkbox"/> Outros _____
Na seleção de parceiros e prestadores de serviço, critérios éticos e de responsabilidade social e ambiental:	<input type="checkbox"/> não são considerados	<input type="checkbox"/> não são considerados	<input type="checkbox"/> não são considerados	<input type="checkbox"/> não são considerados
	<input checked="" type="checkbox"/> são sugeridos <input type="checkbox"/> são exigidos	<input checked="" type="checkbox"/> são sugeridos <input type="checkbox"/> são exigidos	<input checked="" type="checkbox"/> são sugeridos <input type="checkbox"/> são exigidos	<input checked="" type="checkbox"/> são sugeridos <input type="checkbox"/> são exigidos
A participação de empregados(as) no planejamento da entidade:	<input type="checkbox"/> não ocorre <input type="checkbox"/> ocorre em nível de chefia	<input type="checkbox"/> não ocorre <input type="checkbox"/> ocorre em nível de chefia	<input type="checkbox"/> não ocorre <input checked="" type="checkbox"/> ocorre em nível de chefia	<input type="checkbox"/> não ocorre <input checked="" type="checkbox"/> ocorre em nível de chefia
	<input checked="" type="checkbox"/> ocorre em todos os níveis	<input checked="" type="checkbox"/> ocorre em todos os níveis	<input type="checkbox"/> ocorre em todos os níveis	<input type="checkbox"/> ocorre em todos os níveis
Os processos eleitorais democráticos para escolha da alta direção:	<input type="checkbox"/> não ocorrem <input checked="" type="checkbox"/> ocorrem regularmente	<input type="checkbox"/> não ocorrem <input checked="" type="checkbox"/> ocorrem regularmente	<input type="checkbox"/> não ocorrem <input checked="" type="checkbox"/> ocorrem regularmente	<input type="checkbox"/> não ocorrem <input checked="" type="checkbox"/> ocorrem regularmente
	<input type="checkbox"/> só conselheiros <input checked="" type="checkbox"/> conselheiros e diretores	<input type="checkbox"/> só conselheiros <input checked="" type="checkbox"/> conselheiros e diretores	<input type="checkbox"/> só conselheiros <input checked="" type="checkbox"/> conselheiros e diretores	<input type="checkbox"/> só conselheiros <input checked="" type="checkbox"/> conselheiros e diretores

» CONTINUA



» CONTINUAÇÃO

A composição dos conselhos é:	<input type="checkbox"/> 100% patrocinadoras	<input type="checkbox"/> 100% patrocinadoras	<input type="checkbox"/> 100% patrocinadoras	<input type="checkbox"/> 100% patrocinadoras
	<input type="checkbox"/> 2/3 patrocinadoras	<input type="checkbox"/> 2/3 patrocinadoras	<input type="checkbox"/> 2/3 patrocinadoras	<input type="checkbox"/> 2/3 patrocinadoras
	<input checked="" type="checkbox"/> paritária	<input checked="" type="checkbox"/> paritária	<input checked="" type="checkbox"/> paritária	<input checked="" type="checkbox"/> paritária
	<input type="checkbox"/> outra_____	<input type="checkbox"/> outra_____	<input type="checkbox"/> outra_____	<input type="checkbox"/> outra_____
A composição da diretoria é:	<input type="checkbox"/> 100% patrocinadoras	<input type="checkbox"/> 100% patrocinadoras	<input type="checkbox"/> 100% patrocinadoras	<input type="checkbox"/> 100% patrocinadoras
	<input type="checkbox"/> 2/3 patrocinadoras	<input type="checkbox"/> 2/3 patrocinadoras	<input type="checkbox"/> 2/3 patrocinadoras	<input type="checkbox"/> 2/3 patrocinadoras
	<input checked="" type="checkbox"/> paritária	<input checked="" type="checkbox"/> paritária	<input checked="" type="checkbox"/> paritária	<input checked="" type="checkbox"/> paritária
	<input type="checkbox"/> outra_____	<input type="checkbox"/> outra_____	<input type="checkbox"/> outra_____	<input type="checkbox"/> outra_____
A instituição possui Comissão/ Conselho de Ética extensivo para:	<input checked="" type="checkbox"/> empregados e alta direção	<input checked="" type="checkbox"/> empregados e alta direção	<input checked="" type="checkbox"/> empregados e alta direção	<input checked="" type="checkbox"/> empregados e alta direção
	<input type="checkbox"/> só empregados	<input type="checkbox"/> só empregados	<input type="checkbox"/> só empregados	<input type="checkbox"/> só empregados
	<input checked="" type="checkbox"/> todas as ações/atividades	<input checked="" type="checkbox"/> todas as ações/atividades	<input checked="" type="checkbox"/> todas as ações/atividades	<input checked="" type="checkbox"/> todas as ações/atividades
	<input type="checkbox"/> só situações comportamentais	<input type="checkbox"/> só situações comportamentais	<input type="checkbox"/> só situações comportamentais	<input type="checkbox"/> só situações comportamentais

Observações

Fonte: Modelo elaborado pela Comissão Técnica Nacional de Sustentabilidade da ABRAPP (CTNSus) em parceria com o iBase.

⁽¹⁾ Número de prestadores de serviços temporários: não foram inseridos dados relativos às consultorias técnicas.